

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
MESTRADO



Rebeca Santos de Amorim Guedes

*OS SERTÕESE A CASCA DA SERPENTE:*  
A REESCRITURA COMO RESSIGNIFICAÇÃO

RECIFE  
2010

Rebeca Santos de Amorim Guedes

*OS SERTÕESE A CASCA DA SERPENTE:*  
A REESCRITURA COMO RESSIGNIFICAÇÃO

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para a obtenção do título de Mestre em Letras/Teoria da Literatura

Orientador<sup>a</sup>: Sônia Lúcia Ramalho de Farias

RECIFE  
2010

**Guedes, Rebeca Santos de Amorim**

**Os sertões e A casca da serpente: a reescritura como ressignificação / Rebeca Santos de Amorim Guedes. – Recife : O Autor, 2010.**

**138 folhas.**

**Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CAC. Teoria da Literatura, 2010.**

**Inclui bibliografia.**

**1. Literatura brasileira. 2. Cunha, Euclides da, 1866-1909. 3. Veiga, José J. 4. Ressignificação. I.Título.**

**869.0(81)  
B869**

**CDU (2.ed.)  
CDD (22.ed.)**

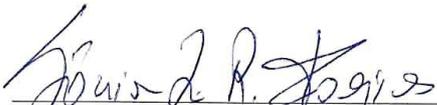
**UFPE  
CAC2010-20**

**REBECA SANTOS DE AMORIM GUEDES**

**Os Sertões e a Casca da Serpente: A Reescritura como Ressignificação**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para a obtenção do Grau de Mestre em Teoria da Literatura, em 2/22/2010.

**BANCA EXAMINADORA:**

  
\_\_\_\_\_  
**Prof. Dr.<sup>a</sup> Sônia Lúcia de Ramalho Farias**  
Orientadora – LETRAS - UFPE

*Holanda*  
\_\_\_\_\_  
**Prof. Dr. Lourival Holanda**  
LETRAS - UFPE

  
\_\_\_\_\_  
**Prof. Dr. Rinaldo Nunes Fernandes**  
LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS - UFPB

**Recife – PE**

*Euclides*

*O fascínio do cacto.  
A ponta do espinho.  
A fulguração do tiro.  
Vegetalizar o homem:  
tudo tornar folha,  
corroída  
pelas minúsculas formigas  
das letras.*

(Everardo Norões)

à memória da minha mãe, presente na lembrança  
e ao meu pai, hoje comigo.

## Agradecimentos

Meu agradecimento primeiramente a Deus, pela força e coragem concedidas nos momentos felizes e nos mais difíceis pela tristeza sentida. Agradei, até antes deste momento chegar, ao apoio que minha mãe me deu enquanto lutou pela vida. Hoje agradeço por ter realizado meus planos. Sou grata ao meu pai, Renato, também pelo suporte oferecido e reconhecido com entusiasmo e com amor em cada conquista minha; agradeço também o carinho do meu irmão Rafael. Sou grata aos cuidados de Zilda Maria, que esteve sempre ao meu lado, presenteando o meu cotidiano com mais leveza. Em continuação, agradeço a Dimas Brasileiro, pelo amor e pela amizade compartilhada há quase dois anos; sou grata por ter dividido também comigo suas conquistas profissionais. Não poderia deixar de agradecer a Sônia Ramalho, por representar na minha vida o início do meu interesse pelas pesquisas dentro da Universidade Federal de Pernambuco; o sentimento que cultivo por ela é de imensa admiração e respeito pelo seu trabalho no departamento de Letras. Sou grata também às mais queridas amigas que me cercaram todos os dias, demonstrando apoio durante minha pesquisa: Ariane da Mota, Manuela Almeida, Ana Cecília Oliveira, Mariana Azevedo, Marema Lima, Clarissa Miranda, Thereza Bachman, Talita Paes, Denise Pierrotti, Raul Azevedo, Conrado Falbo, Cristhiano Aguiar, Arilson Lopes, Teca Valverde, Cristiane Almeida, Bernardo Coutinho e Luís Carlos.

Muito Obrigado.

## Sumário

<b>Introdução: <i>Os sertões</i> como livro-palimpsesto</b>	<b>11</b>
<b>Capítulo I: <i>Os sertões</i>, um caso de leitura</b>	
1.0 No mapa do Brasil: <i>Os sertões</i>	16
<b>Capítulo II: <i>Os sertões</i>, um caso de crítica</b>	
1.0 No mapa da crítica: literatura, ciência e antinomias	41
1.1 Um recorte sobre algumas das primeiras recepções: José Veríssimo, Araripe Júnior e Moreira Guimarães.	49
1.2 <i>Os sertões</i> como ficção para Afrânio Coutinho	58
1.3 <i>Os sertões</i> : fato e fábula	60
1.4 <i>Os sertões</i> : dois livros em um	66
1.5 <i>Os sertões</i> como terra ignota	74
2.0 Algumas considerações: arremates para uma hermenêutica da literatura	80
<b>Capítulo III: A reescritura como ressignificação</b>	
1.0 Por que a reescritura em <i>A casca da serpente</i>	84
2.0 A releitura em <i>A casca da serpente</i>	93
3.0 Repensando a História da Literatura	96
4.0 O percurso da hermenêutica: recepção e ressignificação	100
<b>Capítulo IV: O retorno da serpente</b>	
1.0 Outros trabalhos críticos em torno de <i>A casca da serpente</i>	107
2.0 As novas cascas	111
2.1 O narrador	114
2.2 Antônio Conselheiro ou tio Antônio	120
2.3 A Concorrência de Itatimundé	124
3.0 Arrumando o sertão: um desfecho para análise	129
<b>Conclusão</b>	<b>131</b>
<b>Bibliografia</b>	<b>136</b>

## RESUMO

Por razão de *Os sertões* se firmarem como um dos livros mais importantes da cultura brasileira, sua escritura está sujeita a inúmeros retornos, sejam por meios de textos críticos ou ficcionais. Diante de revisitações, as mais variadas possíveis dentro de contextos sociais e ficcionais específicos, é preciso compreender neste movimento de leitura, ao qual um texto está sujeito, que numa perspectiva hermenêutica, além de reconstruir a ressonância deixada pelo texto nas recepções ao longo do tempo, esta latitude interpretativa não deixa de também estar atenta à manifestação de como o sentido dessa obra se constitui no leitor contemporâneo. Analisar comparativamente *Os sertões* (1902), de Euclides da Cunha, e *A casca da serpente* (1989), de José J. Veiga, designa apresentar a relação intertextual entre os discursos, esclarecendo como o romance do escritor goiano ressignifica aspectos estéticos e ideológicos, colocando-se como antidiscurso de um texto fundado na filosofia positivista e nas teorias científicas de raça em vigor no fim do século XIX. Pensar a reescritura como ressignificação é conceber que a natureza histórica de um texto está na atualização deste texto no percurso de suas recepções. Trata-se de uma rememoração crítica atuando em favor da continuidade cultural.

Palavras-chave: *Os sertões*, ressignificação, *A casca da serpente*

## ABSTRACT

The reason why *Os sertões* established itself as one of the most important books of Brazilian culture, the way it was written is subject to numerous returns, whether by the means of critical or fictional texts. Before revisiting a great variety of possibilities within social contexts and specific fictional, it is necessary to understand this movement of reading a text which is subject to a hermeneutic perspective, and to reconstruct the resonance left by the text in receptions over a period of time. This interpretive latitude nevertheless is responsive to the manifestation as to how the meaning of this work is constituted by the modern reader. To analyse comparatively *Os Sertões* (1902), by Euclides da Cunha and *A casa da serpente* (1989) by José J. Veiga, means to present the intertextual relation between both speeches, outlining how the novel of the writer from Goiana gives a new significance to an aesthetical and ideological aspects, placing them as antidiscourse of a text based on the positivist philosophy and in scientific theories of race which were enforced at the end of the XIX century. To think of this new type of writing as reframing is conceivable that the historic nature of the text is in the update of this text on the course of their receptions. This is a critical recollection acting in favor of cultural continuity.

Keywords: *Os sertões*, resignification, *A casca da serpente*

## Intrrodução: *Os sertões* como o livro-palimpsesto

Não raramente, por razão de uma postura atenta e comprometida da crítica literária ao longo do tempo, e do interesse pela leitura nos mais variados círculos de saberes, ao livro *Os sertões* (1902), de Euclides da Cunha, pode ser atribuído o qualificativo de um palimpsesto. Apesar do sentido restrito desse termo, é mister que se compreenda não o apagamento de um texto primeiro para que outro tome seu lugar, e sim a posição de suplementação de escrituras atentas ao diálogo com o livro fundador da nacionalidade. O livro-palimpsesto apresenta-se, dessa forma, como tecido de dobras — para fazer uso de uma terminologia derridariana — que vão sendo ora reforçadas ora desconstruídas pelos discursos sucessores. Por isso, muitos são os retornos à obra euclidiana, diversificados em suas abordagens críticas, e, a cada volta executada, urge seu aspecto aurático, endossado entre outros motivos pela popularidade do escritor e pelo caráter de monumento que a obra adquiriu durante o passar dos anos.

A volta ao texto de Euclides da Cunha ainda se faz premente por inúmeros aspectos da sua obra os quais são englobados pela dimensão discursiva que postula uma formação social, iniciada cambaleantemente na passagem do império para república, e continuada até os dias de hoje. Sua permanência na atualidade se explica porque Canudos parece ser a grande sinédoque do país. É o grande fato histórico que estende seus vetores sobre inúmeras outras comunidades, ou coletividades, que congregam a denúncia a um sistema de governo desigual. É certo que este eterno retorno também se faz pela personalidade do escritor. Quase não se desempenha um estudo sobre *Os sertões* sem o cotejo com informações biográficas de seu autor. O ano de 2009, por exemplo, está marcado por celebrações do centenário de sua morte. O caderno *Mais da Folha de São Paulo* traz uma edição comemorativa com comentários sobre o caráter difícil e nebuloso do escritor. O *Jornal do Comércio*, em um caderno especial, oferece a celebração de forma diversa. Ainda pelo motivo dos cem anos do falecimento de Euclides da Cunha, o que é apresentado vai além da peculiaridade do perfil do escritor. Pode-se dizer também que ultrapassa a escrita de *Os sertões* no conteúdo exposto. Ou melhor: ultrapassa pelos personagens que já não são os mesmos. No entanto, o discurso de Euclides da Cunha permanece, ressignificado em uma nova história. O caderno traz uma pequena biografia sobre sertanejos que lutam ainda nos dias de hoje contra as

maiores adversidades próprias do atual cenário sócio-político. Assim está posto do editorial da rica matéria:

Não se pretende, aqui, enterrar a conhecida imagem do chão quente, rachado pela seca, quando o sol, com seu calor inclemente, reflete nos pequenos cristais da terra um brilho iridescente — e o clarão vermelho tinge a paisagem com laivos de sangue. Este sertão existe. Mas jagunços do asfalto também estão ali, assim como há outros tipos e outra gente sertaneja que nem a genialidade de Euclides poderia prever (Recife, 9 de agosto de 2009).

A volta ao livro confirma seu valor como narrativa mnemônica que recupera o passado para utilizá-lo com uma prática direcionada ao presente. A volta ao livro resgata o sinal da denúncia que, apesar dos estigmas provocados na população de Canudos, está longe de se apagar.

Em contato com o texto de *Os sertões*, à medida que a narrativa vai avançando, logo o leitor percebe o deslize de um adjetivo que funciona como um importante dêitico no discurso euclidiano: *inimigo*. Esta palavra primeiramente assume o sentido dado aos sertanejos, compatriotas menores porque *sub-raça*, porque *bárbaros*, porque *fervorosamente religiosos*, daí o *gnosticismo bronco*. Em seguida, no calor da hora do combate, o correspondente de guerra do *Estado de São Paulo* é testemunha também do desmoronar de seus valores republicanos. Neste marco o *inimigo* já não é o mesmo. Como ser o mesmo, se agora os barbarismos de conduta estavam nas mãos dos militares com a autorização assinada de um outro segmento da pátria concentrado no litoral? A cicatriz provocada pela linguagem foi exposta cinco anos após o término da guerra com o lançamento da obra. A recepção não poderia ser mais calorosa. Ali estava o resultado do conhecimento de um país nunca antes vivido em sua alteridade. Funda-se, dessa forma, uma identidade para o Brasil.

O peso dessa fundação foi realmente sentido se pensarmos o sucesso, sem paralelo para comparação possivelmente, que foi a sucessão de edições para o livro. É bem verdade que não havia como acontecer de outra forma, basta se ater mais demoradamente sobre o panorama político da época que não demonstrava outro perfil de governo senão sua fragilidade. A tão prometida República não confirmou em seu modo de governo o que nela tinham sido os sonhos e as esperanças por parte daqueles que precisavam ver mudanças; precisavam ver o progresso da sociedade saturada da sua subserviência diante de uma monarquia decadente cujo mando não fazia mais sentido.

No entanto, a consagração deste libelo contra a ineficiência do poder político da época não se mostra como condição para que seu discurso esteja blindado contra as manobras da ideologia. Basta lembrar que *Os sertões* estão postos sob a égide das teorias cientificistas européias, diante das quais a enunciação textual demonstrava maior fidelidade. Ledo engano pensar que porque se constituiu como uma voz autorizada para falar não apenas sobre o conflito, mas acerca da formação étnica de um povo, assim se tinha como neutra porque pronunciada numa tribuna que se colocava entre o poder e a população. A salvaguarda da ciência positivista foi um aspecto importante na recepção do texto. O esquema enunciativo garantia sua atuação por esse saber instituído em vigor. Surgem, assim, pontos para a problematização acerca do livro a partir dos aspectos ideológicos que o discurso contém. Outro núcleo que proporciona comentários incessantes a respeito da obra pode estar mais sob o foco da crítica literária: qual lugar ocupa o gênero de *Os sertões*. Desde sua publicação, tal discussão se perpetua numa pulsão recalcitrante, evidenciando os impasses promovidos pelo que apresenta no complexo sistema discursivo composto pelo domínio histórico e literário. Vê-se certamente que a obra é cercada por uma aura bastante singular que se encontra ainda longe de ser resolvida sem o encontro de obstáculos no percurso da leitura. Por essa razão, o texto de Euclides da Cunha suscita a todo tempo respostas, provenientes das mais variadas fontes das áreas sociais do conhecimento. Entretanto, no presente trabalho a reflexão descansa no retorno à obra, dentro de uma relação intertextual, mediante o discurso ficcional do romance *A casca da serpente*, de J. J. Veiga (1989).

A retrospectiva crítica executada pelo romance está comprometida com a construção de um contradiscurso ideológico. Sendo assim, já ficam dispostos nessa reescritura os sinais que atestam a relação que *Os sertões* mantêm com um diverso contexto histórico e ficcional. O enredo do livro de José J. Veiga configura o não extermínio do arraial de Canudos. Após a rendição, forjada pelos canudenses, o plano para apresentar um sócio do Conselheiro como cadáver é bem sucedido e, assim, se dá o fim do conflito, enquanto que o verdadeiro Antônio foge com os seguidores que restaram no lugar. Depois de muita peregrinação pelo sertão, resolvem fundar uma nova Canudos, só que agora retificada. Abandonam, desse modo, as manias de reza e se abrem mais para a modernização e o progresso. O personagem do Conselheiro se desvencilha de seu caráter sério e de homem temido e, nesta nova fase, não pensa em vocativo mais carinhoso para sua pessoa como “Tio Antônio”. Este se despe não só de

objetos externos, como o camisolão azul, mas sobretudo da ojeriza ao sexo feminino e de sua formação autoritária.

Vê-se, dessa forma, todo um discurso ressignificado a partir da desconstrução dos elementos estéticos e ideológicos que tanto sustentaram a legitimação de uma nacionalidade.

Para o caminho escolhido na defesa da questão da reescritura como ressignificação a discussão foi dividida em três capítulos. O primeiro deles problematiza o próprio texto de Euclides da Cunha a partir da contextualização de sua criação. A importância de vasto panorama se coloca por razão da reescritura de levantar contra toda forma de saber e organização social que a época apresentava. Sendo assim, estarão dentro da reflexão os vértices da teoria positivista e de outras teorias sociais vigentes no fim do século XIX e início do XX. Além da introdução destes aspectos para problematização, não se pode aqui obliterar as primeiras recepções do texto pela comunidade de leitores, pelo fato de que a produção de cada texto responde às necessidades do público com quem diretamente dialoga. Assim sendo, o que se discute nesta primeira parte é de que modo *Os sertões* atuaram como símbolo de fundação da pátria, preenchendo ideologicamente os hiatos entre cidadãos e governo.

O segundo capítulo engendra uma eleição de trabalhos críticos, desde a primeira edição de *Os sertões*. A escolha por discutir a recepção crítica da obra está também no fato de que a ressignificação em *A casca da serpente* se faz também na problematização de alguns pontos elaborados pela crítica, uma vez que endossam o veio ideológico presente no discurso euclidiano. Outro direcionamento importante para se pensar a reescritura é a própria reflexão presente com unanimidade nos estudos críticos sobre o complexo lugar que a escrita de Euclides da Cunha ocupa. Embora não seja a reflexão predominante, o discurso ficcional de *A casca da serpente* se impõe como um antidiscurso que evidencia mesmo seu caráter de fingimento contra uma linguagem que se queria como verdade sem deixar de conter arroubos de estilo tão caros ao escritor. O fingimento do discurso ficcional vem exatamente pela constituição de se configurar como um mundo “como se” fosse real. Neste movimento dialético em *poder ser* o que ele *não é* é que a ficção atua em direção de mostrar os pontos fracos de uma verdade instituída.

A terceira parte comporta um direcionamento mais teórico que se concentra sobre o pensamento da estética da recepção, esclarecendo como se estabelecem as interações entre texto e leitor e como este reúne as práticas que confirmam a

historicidade fora de suas amarras cronológicas nos manuais de literatura, e sim dentro da atualidade no ato da leitura. Sendo assim, o leitor atua com suas representações diante dos signos dados nas estratégias textuais, sem perder de vista seu desejo gerado dessa experiência para uma mudança social. Embora a reescritura nunca venha a ocupar o status de “livro número um” do Brasil, ela vem materializar uma prática que não mais aceita a fixidez de uma identidade expressa por códigos já não mais irrevogáveis.

O quarto e último capítulo se concentra com mais vigor no romance de José J. Veiga. Não pode estar de fora a confissão antecipada de ter sido um obstáculo reunir produções críticas sobre o escritor goiano. Ainda são muito escassos os ensaios críticos publicados ao seu respeito. De fato, com felicidade, foram encontrados alguns trabalhos, mas ainda considerados como mínima parte de representação quando se trata de um autor tão importante na literatura brasileira. Pareceu pertinente, dessa forma, introduzir tais estudos dentro do capítulo acolhedor da análise. Primeiro, pelo simples intuito de apresentar trabalhos recentemente publicados sobre o romance *A casca da serpente*. E segundo, por tais trabalhos elaborarem um campo de discussão entre eles próprios e as ideias aqui sugeridas. Após a problematização, passa-se a análise do romance de Veiga, a partir da seleção de alguns aspectos que foram ressignificados na retrospectiva crítica sobre o texto de *Os sertões*. Conceber a reescritura como ressignificação é se furtar de modelos tradicionais de narrativa, fazendo emergir nesse ato de descentralização discursiva as subjetividades que agora representam uma nova forma de organização social. Considerando o distante e diverso contexto de produção de *A casca da serpente*, durante o ofício interpretativo deste texto é possível tristemente reconhecer, por meio também da literatura, que há sempre um *devir*-Canudos, ingenuamente ignorado seja nos sertões seja nos maiores centros urbanos do país.

## Capítulo I: *Os sertões*, um caso de leitura

### 1.0 No mapa do Brasil: *Os sertões*

Desde o primeiro diálogo estabelecido entre obra e público e durante a recepção do texto de Euclides da Cunha ao longo de mais de cem anos, indubitavelmente um fato se erige: a escrita de *Os sertões* já é em si um ato de inconformismo que repousa inquieto nas tensões pelas quais passava o país desde a época de transição do Império para a República. É inegável que a força do discurso se apresente indelevelmente por significar também a força de uma testemunha da guerra, quando servia como correspondente para o jornal *O Estado de São Paulo*, conflituosa entre seu credo republicano, de aportes teóricos solidificados na Ciência, e sua rápida e amarga derrocada, deixando consigo, até o dia de sua morte, a decepção com uma nação que ajudava a construir.

Ao considerar a releitura e a ressignificação da obra, é possível assinalar essa queda do grande projeto de construção de uma nacionalidade no novo regime como a mola propulsora dessa *travessia* — no sentido barthesiano do termo<sup>1</sup> — pela qual passa o texto de Euclides da Cunha na História da Literatura Brasileira. É bem verdade, vale aqui um tom de ressalva, que quando estudos e pesquisas estão voltados para *Os sertões*, a separação que Roland Barthes faz entre *obra* e *texto* acaba sendo ofuscada pelo particularismo do acontecimento que foi e é hoje o livro de Euclides da Cunha. Expliquemos mais esta ideia a partir da citação:

a obra é um fragmento de substância, ocupa alguma porção do espaço dos livros (por exemplo, numa biblioteca). Já o texto é um campo metodológico. A oposição poderia lembrar (mas de algum modo reproduzir termo a termo) a distinção proposta por Lacan: a “realidade” se mostra, o “real” se demonstra; da mesma forma a obra se vê (nas livrarias, nos fichários, nos programas de exame), o texto se demonstra, se fala segundo certas regras (ou contra certas regras); a obra segura-se na mão, o texto mantém-se na linguagem: ele só existe tomado num discurso (ou melhor, é Texto pelo fato mesmo de o saber) (BARTHES, 2004, p.67).

---

<sup>1</sup> Barthes se utiliza desse termo no ensaio “Da obra ao texto” presente no livro *O Rumor da Língua*.

*Os sertões* ocupam desde sua primeira edição um estatuto envolto de uma singularidade não exclusivamente pelo texto que comporta, mas, unido a este aspecto, está seu valor mesmo como obra. A notificação deste caráter sofre o perigo de parecer inútil, ou talvez até óbvio. No entanto, o contorno que ele adquire prepara melhor a discussão a ser formada sobre a reescritura do livro. O fato de ter sido um dia considerado como o livro número um do Brasil e de sustentar seu título, longe ainda de temer a perda, até a atualidade e, possivelmente, no tempo ainda por vir, não protege a obra de uma recepção superficial. Afora seu grande valor de linguagem, o livro de Euclides da Cunha foi assimilando um valor material, de fetiche, e, em seguida, foi ganhando espaço dentro dos locais privados familiares. Como bem assinalou Walnice Nogueira Galvão, “a maioria de seus possuidores nem sabe o que é que há dentro do livro, mas sabe que deve se orgulhar dele” (1981, p. 79).

A simbologia que conseguiu construir em torno de si como o livro fundador da identidade brasileira e como *o livro vingador da nacionalidade*, como já mencionou Costa Lima (1984), de forma surpreendente, tanto alcançou o movimento próprio do *texto*, que permanece nas voltas a ele próprio mediante discursos críticos e ficcionais, como obteve o *status* apenas por esses títulos que carrega até a atualidade, sem que seja demonstrado o motivo do mérito e, assim, baste para garantir seu lugar de destaque. A reescritura em *A Casca da Serpente*, na forma como se erige, vem ressignificar o *texto* e a *obra* de Euclides da Cunha: a “desescrita” que faz de *Os sertões* — “desescrita” porque estabelecida uma relação entre textos<sup>2</sup> — está comprometida com a desconstrução dos aparatos ideológicos nele enredados, assim como dos seus elementos estéticos; a posição que apresenta diante da *obra*, por sua vez, se vê como consequência de sua primeira atuação: como a construção do discurso ficcional da reescritura comprova o não fechamento de sentido, ela vem justamente desestabilizar o significado estanque do discurso, porque toda “obra se fecha sobre seu significado” (BARTHES, 2004, p. 68), deslocando seu lugar de mérito apenas pelo valor material, superficial e, sobretudo, canônico que ganhou sem a (des)leitura atenciosa e reflexiva que o livro exige.

É por meio da análise de aspectos estéticos e ideológicos da obra máxima do autor que vai se constituindo na leitura uma dispersão de sentidos na procura de

---

<sup>2</sup> Harold Bloom fala da idéia de leitura como “desescrita” em seu estudo *Um Mapa da Desleitura* (2003).

reescrever um discurso antes pautado no desejo de construção da Pátria. Em contigüidade ao tema do patriotismo, um dos pilares mais marcantes na formação do escritor, estão os aspectos do compromisso rigoroso com a realidade, atrelado a uma perspectiva científica do mundo. Possivelmente de todas as obras produzidas em fins do século XIX e começo do século XX, *Os sertões* se apresenta como escritura que mais exige um exame dedicado do panorama político da época, seja pelo projeto que comporta de representação fiel do real, seja pela impossibilidade de separar a glorificação da obra da personalidade de seu autor. O importante é a consciência de que a observação do contexto em que está inserida também se faz necessária por razão de terem sido reveladas as quebras de relações éticas e afetivas, fomentadas pela intenção de se promover uma identidade nacional a partir da criação de símbolos que, sob análise, expõem a manobra executada por parte dominante da sociedade.

Com a premência de implantação do novo regime verificou-se o estratagema de manejar símbolos para que de fato fosse bem sucedida e de mais fácil aceitação a renovação de um projeto político. É sabido que parte significativa do povo carecia de educação formal. Sendo assim, o incentivo para a recepção passiva e irrefletida de uma nova ordem era feito por meio de artifícios simples, como por exemplo, mitos, imagens, sinais universais, entre outros. A artimanha obteria bons resultados, se de antemão já estivesse formada uma comunidade de sentido para o acolhimento dos símbolos sem grandes impedimentos, caso contrário, não teriam outro destino senão caírem no vazio, ou o que é talvez pior, despencarem para o ridículo. É claro que outros meios de controle também existiram entre grupos sociais de mediana ou alta instrução formal. É para este segmento de pessoas que funcionaram a linguagem escrita e a linguagem falada, esta direcionada ao público menos inclinado às práticas de leituras (CARVALHO, 2007).

Percebe-se dessa forma que os alicerces para a República seriam fundados com realizações de alguns atos direcionados ao firmamento de uma identidade brasileira. Assim pois é que se pode verificar uma tradição que percorreu grande parte do século XIX em toda América Latina com o surgimento dos chamados “romances nacionais”. Estes, entre outros mecanismos de símbolos, faziam parte ideologicamente do conjunto de medidas positivistas para o Estado. Os textos de fundação estavam em circulação antes mesmo da proclamação republicana, atuando retoricamente na representação do “desejo heterossexual produtivo” para a fertilização da nova estrutura governamental

iminente — daí a constatação das relações bem próximas entre erotismo e política nos romances românticos:

Ao aceitar um certo tipo de traduzibilidade entre desejos românticos e republicanos, escritores e leitores do cânone de romances nacionais da América Latina estavam, de fato, pressupondo o que significa uma relação alegórica entre narrativas pessoais e políticas [...] Tramas de amor e tramas políticas estão o tempo todo se sobrepondo (SOMMER,2004, p.59).

Outros textos, e aqui se insere a obra euclidiana, contracenavam com um quadro social no qual estava ainda ausente uma identidade solidificada, mesmo já efetivado o sistema político republicano, ainda que formalmente apenas. Sendo assim, na escrita de *Os sertões* se pontua o desejo de concretização da nação, impondo-se surpreendentemente de forma durável para apagar o que antes se sentia como falta. Um adiantamento do tempo mostra relações fortes entre o livro e projetos políticos. Em *O Enigma de Os sertões*, Regina Abreu concentra um dos picos de editoração para a obra durante o Estado Novo e logo em seguida lança as questões:

Que motivos teriam provocado esse movimento? Teria sido o livro utilizado como justificativa ideológica para projetos de governo, como o plano de interiorização proposto por Vargas (a ‘marcha para o oeste’)? (1998, p. 22).

Pela pulsão hoje reconhecida de livro fundador de nossa identidade, é que o livro *Os sertões* pode ser considerado o objeto simbólico, vale dizer mais aclamado certamente, que atingiu de forma bem sucedida — tendo em vista a explosão editorial que a obra sofreu — a linha que demarcaria efetivamente a autenticação discursiva autorizada para a representação da nacionalidade. Seu caráter de legitimidade é assegurado por variados aspectos que compõem sua máquina textual, estes tecidos em domínios sociológicos, geográficos, históricos, botânicos, poéticos, constituindo, ao mesmo tempo admiravelmente para o leitor, a dificuldade de desconsideração de algum deles para delimitar mais sua classificação. Por estas e outras razões é que se vê cada vez mais fortalecida sua condição de libelo, reafirmando-se como tal ainda mais por ter sido encarada como uma escritura de verdades pronta para revelar as portas irrealis que a República brasileira oferecia aos seus filhos.

A observação atenta dos caminhos escolhidos pelo governo republicano brasileiro parecia promover, aos olhos não alienados, um jogo de contrários: o

famigerado processo de modernização do país implicava também no incontrolável aceleramento da marginalização de certas camadas da população, reforçada pela constituição de novos padrões de distinção social (SEVCENKO, 2003). O segmento almejado da civilização passava longe das condições humanitárias de solidariedade, previstas pela ciência de August Comte. No entanto, mesmo apontando esse desvio doutrinário, vale a ressalva, antes de mais nada, de refletir com acuidade sobre o caráter utópico da filosofia positiva<sup>3</sup>, desde sua origem como *novo estado* dentro da história da humanidade.

Um estudo dos métodos do Positivismo evidencia o paradoxo no compromisso de manter como lema o *vivre pour autrui* ao mesmo tempo em que conservava como uma de suas bases, quiçá a mais representativa, a evolução da humanidade por meio de avanços técnicos e científicos nas áreas permeadas pela lógica do mercado e nos estudos biossociais do homem. Para se contrapor a uma possível e violenta competição e sensíveis acirramentos, corolários estes de novas premissas econômicas, a doutrina de Comte apresentou como proposta o exercício do altruísmo<sup>4</sup>. Ora, não haveria melhor escolha para a manipulação do imaginário social do que a apresentação de uma versão laica sobre o amor cristão do *frater* cidadão: o doutrinamento em cima desta moral asseguraria uma reforma na sociedade que privilegiasse os interesses dominantes e a manutenção do poder estaria aportada sem as ameaças de possíveis movimentos revolucionários, deflagrados em sinal de contestação. Uma vez “pacifistas”, os positivistas declaravam que nada poderia abalar a ideia de solidariedade nacional e, em maior plano, universal.

Se o modelo da sociedade positiva oferecia os ingredientes para o exercício velado do poder dominante burguês em territórios franceses, sua transposição para o

---

<sup>3</sup> Em seu livro *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*, José Murilo de Carvalho reflete sobre como se dá a legitimação dos regimes políticos no mundo moderno. A consolidação de determinada forma de governo é bem sucedida não por qualquer outro caminho, senão o caminho da ideologia. Os modelos de república passam pelo jacobinismo, com seus preceitos de democracia direta com ativa participação popular; o liberalismo, com sua concepção de indivíduos autônomos, cujos favorecimentos eram concedidos ou negados pelo julgamento de um mercado imparcial; e o positivismo, de aspectos idealistas mais sobressalentes: “A república era aí vista dentro de uma perspectiva mais ampla que postulava uma futura idade de ouro em que os seres humanos se realizariam plenamente no seio de uma humanidade mitificada” (2007, p.9).

<sup>4</sup> Como Alfredo Bosi apresenta, em seu artigo dentro do livro organizado por Leyla Perrone-Moisés *Do Positivismo à Desconstrução – Idéias Francesas na América*, a prática altruísta se impõe na diferença com relação ao darwinismo social, que concebia a lei do mais forte (a lei da selva) como motor da evolução humana (2004).

Brasil incidia numa ideologia de segundo grau. Ou seja, dentro do caso específico brasileiro, não se constatava a escamoteação do quadro da realidade, e sim a obviedade de uma espécie de consentimento, primeiramente da posição subjugada diante das novas ideias do liberalismo europeu, e em seguida da permanência de valores escravistas e daqueles correspondentes à política de favores (SCHWARZ, 1988). Não tinha como ser diferente: em um país apoiado na exploração do trabalho escravo para seu ingresso no sistema de circulação financeira internacional por meio da exportação de produtos, mesmo já declarada a abolição, os abjetos valores ainda se encontravam bastante arraigados, fortalecendo cada vez mais a não inclusão de trabalhadores dentro desta nova vida a que chamavam *moderna*. Era parte constituinte do *ethos* positivista promulgar que a abolição inferia uma nova incorporação do proletariado dentro de ideais de igualdade e liberdade, advindos da referência totêmica que povoava a América: a Revolução Francesa, presente como cripta em grande parte da produção discursiva euclidiana. O afã da recepção do pensamento francês relegou ingenuamente o conhecimento estrito da formação social brasileira e as ideias, insustentáveis para servirem a uma interpretação, como soem acontecer, foram colocadas fora do lugar.

Inserido numa campanha anti racista e abolicionista, o Positivismo demonstrou a elaboração da distinção das raças defendendo que só a participação de todas elas, cada uma empenhada a seu modo em suas práticas sócio-culturais, promoveria com efeito o progresso humano (BOSI, 2004). A data específica de 13 de maio de 1888 abriu caminho para o governo receber a grande chance de mudança evolutiva, mas, como o próprio Euclides da Cunha soube refletir, não passou de acontecimento vão, comprovando com isso a inércia do regime. No entanto, o marco que a data significou sanou a frustração daqueles que viam neste dia exato o sinal de novos tempos mediante o concebimento do prelúdio para uma fase de transformações. Demonstrando sua crença na força imbatível do curso da História, o autor logo expressa suas esperanças, com o cuidado que sirva como bálsamo seja para os leitores de suas crônicas, seja para ele mesmo, discípulo inveterado da Ciência:

A civilização é o corolário mais próximo da atividade humana sobre o mundo; emanada imediatamente de um fato, que assume hoje, na ciência social, o caráter positivo de uma lei — a evolução —, o seu curso, como está, é fatal, inexorável, não há tradição que lhe demore a marcha, nem revoluções que a perturbem — tanto assim é que, atravessando o delírio revolucionário de 93 e tendo pela frente — impugnadora — a espada de Bonaparte, onde irradiavam as gloriosas

tradições do maior povo do mundo — imergiu tranqüilo no vasto deslumbramento do século XIX (CUNHA, 1995, p.597)<sup>5</sup>.

Os entraves para as mudanças estavam bastante fincados dentro do sistema de governo no Brasil. O que se constatava, lamentavelmente para os mais esperançosos, era o retardamento do caminhar para uma reestruturação social. A Revolução Francesa era a todo tempo lembrada e exaltada, principalmente na data de 14 de julho, talvez no afã de despertar uma nação independente, embora ainda imperial e escravocrata.

Conquanto tivesse um fim para o progresso, é possível apontar dentro dessa lógica evolutiva dos ideais positivistas que à confluência das raças não eram atribuídos qualificativos igualitários de parecer social. O que se executava por trás dessa concepção de comunhão racial, que se estendia também à diferenciação entre a cultura dos povos anglo-saxões e latino-americanos, era o estabelecimento de uma escala de hierarquia dos sentimentos e da razão:

A raça negra seria superior à branca por se caracterizar, como as mulheres, pelo predomínio do sentimento, ao passo que a raça branca era marcada pela razão. Os países latinos estavam na mesma posição vantajosa em relação aos anglo-saxões. Representariam o lado feminino da humanidade, seriam os portadores do progresso moral, enquanto os anglo-saxões seriam o lado masculino, o progresso material, as ciências menos nobres. Apesar da grande importância do progresso material, seu papel seria secundário na evolução da humanidade, que se baseava sobretudo na moral, na expansão do altruísmo (CARVALHO, 2007, p.131).

Diante desta separação dogmática, urge a reflexão de um tema que lhe precede. Não passará como fato irrelevante que o divórcio preciso entre razão e sentimento está postulado consecutivamente a um revisionismo pelo qual passou o pensamento positivista. Posteriormente aos diálogos entre Clotilde de Vaux e August Comte é que se pode identificar com mais definição uma releitura epistemológica: os elementos discursivos dispostos na doutrina do Positivismo não mais provinham restritamente de fontes científicas, e sim de uma visão de mundo calcada em bases religiosas. O novo exame inaugurava uma discussão sobre o papel feminino no curso da evolução humana. A fusão de valores católico-feudais e aportes biológicos, embora ainda não escoimasse a

---

<sup>5</sup> Texto originalmente publicado no jornal *Província de São Paulo* em 22 de dezembro de 1888, com o título “A Pátria e a Dinastia”. In: CUNHA, Euclides da. *Obra Completa* vol. I.

inferioridade da mulher em relação ao homem, assinalava uma superioridade moral feminina em contraposição à significação masculina do lado materialmente egoísta da existência (CARVALHO, 2007).

A sobrelevação do gênero concedia à mulher o domínio restritamente do sentimento e em nada implicava uma emancipação social. E com o advento das teorias científicas no fim do século XIX, uma mudança para encarar um novo comportamento ficava mais difícil por estar agora sob determinação comprovada sua constituição fraca, mais susceptível a doenças físicas e mentais, como por exemplo, a histeria, caso bastante comum em diagnósticos desta época.

A visão que Euclides tem diante da figura da mulher não cessa de ser mencionada, dentro de sua fortuna crítica, como relacionada aos particularismos de sua vida precariamente povoada pelo afeto feminino. Por essa ausência tão significativa de referências ao sexo oposto é que biógrafos e estudiosos da sua obra se debruçam sem passos ponderados sobre como este fato pode estar evidente nos seus discursos. No ensaio intitulado “As Mulheres de *Os sertões*” José Calasans já de início coloca:

Uma existência como a de Euclides da Cunha, tão pobre de amor e tão vazia de mulheres, haveria de refletir, necessariamente e de modo especial, na sua atitude de escritor em face do mundo feminino. Não tendo sido autor de obra de ficção que lhe permitisse a liberdade de criar suas mulheres, delas fazendo o que bem quisesse, a Euclides da Cunha restou, apenas, o direito de interpretar a seu modo as personagens femininas que foram surgindo na área dos estudos históricos e sociais que lhe coube investigar (2002, p. 191).

É claro que o fator biográfico não pode ser tomado como único vetor determinante para a explicação desta supressão discursiva. Mas, do toda forma, não há como escapar dessa constante problemática que a vida de Euclides da Cunha sugere. Como já dito anteriormente, o valor de exaltação do livro é cercado pelo interesse sobre o perfil peculiar de seu autor. Sendo assim, autor e obra passam a ser pensados concomitantemente, quase sem medidas-limite para separação. Para José Calasans, este lapso confirmado no texto de *Os sertões* é plenamente justificado pelo viés de que os temas construídos ao longo de toda obra de Euclides da Cunha, tocando áreas de política, economia, geografia, “não davam ensejo ao surgimento de mulheres” (2002, p. 191). Apesar de o ensaísta confessar que a tese não pode ser tomada como definitiva falta à sua reflexão um avanço maior sobre este aspecto. O espaço não preenchido no discurso euclidiano é discutido por Calasans apenas por via do ínfimo fato de que em

certa ocasião, quando Euclides discursava com visível admiração sobre a vida de Castro Alves, seu patrono na Academia Brasileira de Letras, sua fala curiosamente privou-se da menção ao lado afetivo que o poeta condoreiro mantinha com as mulheres. Ora, para pensar este traço marcante tanto na obra, como na vida do escritor não há como permanecer dentro de categorias de análise tão simplistas. A dimensão do discurso em que se insere o narrador de *Os sertões* corrobora os valores republicanos, os quais defendem a preservação de que o papel da mulher dentro da sociedade deveria funcionar de acordo com o que a instituição do casamento estabelecia como prática aceitável dentro dos bons costumes. Na descrição que faz da população multiforme do arraial aparece a crítica aos preceitos do Conselheiro:

*Porque o dominador, se não estimulava, tolerava o amor livre. Nos conselhos diários não cogitava da vida conjugal, traçando normas aos casais ingênuos. E era lógico. Contados os últimos dias do mundo, fora malbaratá-los agitando preceitos vãos, quando o cataclismo iminente viria, em breve, apagar para sempre as uniões mais íntimas, dispersar os lares e confundir no mesmo vórtice todas as virtudes e todas as abominações (CUNHA, 1995, p.235).*

Os trabalhos críticos que se ocupam de estudar a presença/ausência da mulher na obra euclidiana de fato ressaltam o foco na escrita de *Os sertões* sobre três personagens específicos da figura feminina: Helena Maciel, tia de Antônio Conselheiro, conhecida como a Nêmesis da família, tem espaço na narrativa na exposição dos conflitos entre a famílias Maciel e Araújo; a mãe, narrada como o pivô das intrigas entre ele e a esposa, de acordo com as lendas populares ao redor de sua vida; e a própria esposa, fugida com o amante e grande responsável pelo início de sua peregrinação pelas terras do sertão, de acordo com o que endossa Euclides da Cunha a partir das informações que reúne na época. No discurso euclidiano, a figura da esposa passa a ser um suplemento sobre os fatores determinantes estipulados pelas teorias científicas em vigor. A narrativa acaba amalgamando o sexo feminino às vicissitudes que as próprias condições do meio e da raça já de imediato proporcionam ao homem:

*A mulher foi a sobrecarga adicionada à tremenda tara hereditária, que desequilibraria uma vida iniciada sob os melhores auspícios. A partir de 1858 todos os seus atos denotam uma transformação de caráter. Perde os hábitos sedentários. Incompatibilidades de gênio com a esposa ou, o que é mais verossímil, a péssima índole desta, tornam instável a sua situação (CUNHA, 1995, p. 212).*

Possivelmente a passagem de mais força inserida neste trecho acima seja aquela que mostra a crença maior na má índole feminina, do que no atrito entre os dois gênios difíceis do marido e da esposa. O julgamento do comportamento da mulher de Antônio Conselheiro surge logo de início, precedendo o desenrolar dos fatos que apontam para tal veredicto. Não está em questão averiguar se verdadeiramente a esposa se portou de maneira maléfica, mas é preciso notificar que o discurso, sobre esta parte da vida do Conselheiro, agrega a “culpa” do princípio do cotidiano desregrado do líder messiânico a partir do desvio de práticas da mulher. Se parte do motivo da precipitação em julgar como “mais verossímil” a inclinação perversa feminina vem de inquietações pessoais do narrador não há como comprovar. No entanto, o que se sabe é que a máquina discursiva de *Os sertões* é regrada por valores ideológicos republicanos. Mais uma vez, a sentença direcionada ao sexo feminino estava salvaguardada pela noção de casamento e família propagada pelo novo sistema político e não há como expulsar esta discussão de uma escrita que atuou e continua atuando como símbolo do país. Vale a ressalva de que a reescritura de *Os sertões* como ressignificação da obra a partir de um *antidiscorso* ideológico<sup>6</sup> estabelece um contradiálogo, precisamente com a “experimentação” na narrativa de sujeitos antes marginalizados dentro do panorama social gerado com o estabelecimento da república.

Em retorno às duas visões apresentadas em *Os sertões* sobre a relação entre sexos opostos, tanto nas práticas de costume no arraial de Canudos como na vida do próprio Antônio Conselheiro, estando aliada a ambas as perspectivas raciológicas, é possível depreender que dentro da ideia de que a grande sociabilidade solidária entre raças e culturas diversas seria responsável por uma transformação social, a elaboração da desaprovação euclidiana, naquilo que concernia às relações entre os homens e as mulheres, escancarava o mecanismo do discurso ideológico: a transformação estrutural da nação devia estar submetida aos preceitos dominantes das sociabilidades. A promessa de democratização entre os povos partia de uma cultura unívoca justalinedada ao saber dominante instituído. As práticas de vivência da alteridade, portanto, jamais foram vistas com tolerância. Mesmo nas regiões privadas de sua própria participação e,

---

<sup>6</sup> De acordo com Marilena Chauí o *negativo* do discurso da ideologia “é um discurso que se elabora no interior do próprio discurso ideológico como o seu contradiscurso. Esse contradiscurso é o *discurso crítico*, que não deve ser tomado como um discurso da objetividade” (1997, p. 22,23).

sobretudo, do seu reconhecimento como a porção de um todo chamado Brasil. A mudança propagada com júbilo nos maiores centros urbanos do país não passava de parte integrante de uma retórica disposta em um discurso bastante abrangente, englobando o proletariado e as mulheres, que invertia a realidade para justificar o exercício abusivo e arbitrário do poder. Diante disso, desfeito também seja o engano de se pensar que as alterações predestinadas a acontecerem pelas mãos das mulheres significariam finalmente uma emancipação. A elas eram apenas destinadas uma educação para que desempenhassem com competência o papel doméstico e materno com o objetivo de desenvolver, no seio familiar, bons cidadãos. No Brasil, a promessa de mudanças sociais com o novo regime arregimentou suas garantias com ofertas de ensino para as mulheres, como bem esclarece Luzilá Gonçalves Ferreira em seu estudo “Presença das Mulheres em Canudos”<sup>7</sup>. No entanto, nenhuma dessas ofertas se configurava como ensino superior. O que de fato foi apresentado à disposição foi um formato de escola, onde as mulheres pudessem aprimorar suas práticas domésticas e assegurar com isso o equilíbrio do lar, que por sua vez era a extensão da ideia de República.

Todo o quadro de mudança no sistema de governo foi desenhado por enfrentamentos ideológicos profundos, culminados no oxímoro da modernidade: o acontecimento da abolição e da proclamação da república, ressaltando uma tradição liberal e individualista, em coexistência com o caminho evolutivo da humanidade possibilitado pela integração de cidadãos. São estas forças incompatíveis que trazem à tona a resposta sobre o caráter abalável e frágil da ideia de unidade nacional.

Tanto era inexistente esse aspecto de integração, de coletividade, que estão ausentes da passagem do regime monárquico para a República participações comprometidas do povo. O Rio de Janeiro, centro que reunia o afluxo de capitais estrangeiros para a reciclagem de tendências européias, o que fazia com que a circulação das finanças acabasse dissipada em aplicações improdutivas, assistiu à transição política apaticamente. Não houve entre as sociedades do litoral legítimas ações populares que manifestassem, em acordos ou desacordos, seus interesses diante da iminência de um novo governo. As exigências por parte do povo se concentravam mais em problemas relacionados ao microcosmo do seu cotidiano, a saber: segurança do

---

<sup>7</sup> Este ensaio está inserido dentro do livro *O Clarim e a Oração* (2002), organizado por Rinaldo Fernandes.

indivíduo, limpeza das ruas, oferta de transportes, entre outros. “O Estado aparece como algo necessário e útil, mas que permanece fora de controle, externo ao cidadão” (CARVALHO, 2002, p. 106). Além dessa transição política ter ocorrido à revelia dos cidadãos, ainda atuava como entrave o forte enraizamento de costumes os quais remetiam a aspectos da nobreza imperial, como por exemplo, o passeio eqüestre, um tanto performático, de Deodoro pela cidade do Rio de Janeiro (SEVCENKO, 2009).

Os caminhos responsáveis pela inclusão das cidades no compasso da modernização estavam atrelados também a um desejo de participar de uma comunidade internacional. Para isso é que estavam previstos os modelos de vida europeus a serem seguidos fielmente e, como consequência, o notável crescimento de padrões culturais e materiais da população. No entanto, para que houvesse de fato esse acolhimento dentro dos valores de universalidade disseminados por sociedades modernas da Europa, era premente a posição para se afirmar como Estado-nação, que simultaneamente estava impelido a constituir sua própria via de definição como *diferença* perante a alteridade, acentuando, dessa forma, os aspectos mais específicos de sua cultura. Esse desígnio das ex-colônias, vale dizer em toda América Latina, reforçou ainda mais as tensões entre duas vertentes que permearam intensamente o pensamento ocidental: o Romantismo e o Iluminismo. Foi precisamente nesta época que se observou o crescimento de práticas interessadas em imprimir novo vigor à ideia de nacionalidade:

Essa agitação nacionalista constituiria a base ideológica da formação dos Estados-nação. Ela buscaria nas teorias raciais, que passariam então a dominar a área cultural, a sua justificação, e encontraria no militarismo o seu meio de auto-afirmação (SEVCENKO, 2009, p. 101).

Aos poucos, a constatação lamentável da ineficiência do regime republicano fez com que brotassem intensamente acirradas críticas por parte de intelectuais ou daqueles envolvidos diretamente na política. Não havia como ser de outra forma quando o que se via era o estágio de total paralisia do governo que vinha demonstrando ação apenas com práticas de corrupção nos departamentos administrativos. Como parte de uma era em que a Ciência se postava como divindade, apresentando seus dogmas a um grupo de indivíduos que testemunhou o vazio ideológico dos projetos políticos alienados pelos parâmetros europeus, é que se efetivou entre escritores, historiadores, críticos literários a dedicação volitiva de seguir com suas interpretações sociais, posicionando-as a serviço de leis e teorias comprometidas com nada além da verdade que se dispunha na

objetividade do real<sup>8</sup>. Tanto a escritores como a intelectuais foi direcionada a exigência de que seu ofício nas letras deveria ser centrado no engajamento político, uma vez que se assumiram em um tempo anterior como corifeus de ideias no combate contra a escravidão para que a sociedade se apresentasse como *moderna*, tão logo pudesse atuar avidamente em um domínio político pulverizado de valores fincados na democracia.

Mesmo estendendo o motivo da escritura de *Os sertões* para além da guerra, como está disposto em confissão na Nota Preliminar (“Escrito em raros intervalos de folga de uma carreira fatigante, este livro, que a princípio se resumia à história da Campanha de Canudos, perdeu toda a sua realidade... Demos-lhe, por isto, outra feição, tornando apenas variante de assunto geral o tema, a princípio dominante, que o sugeriu...”), usando como pontos suplementares análises descritivas dos aspectos de um povo formador das *sub-raças sertanejas* componentes da nação, é evidente ao leitor que todas as palavras escritas, coadunadas na tripartição determinista de *A Terra, O Homem e A Luta*, estão dispostas de uma forma que deixa sobressalente o envolvimento com questões sociais. Dentro desta questão é fato já sabido a admiração que o *doublé* de jornalista e engenheiro cultivava pela personalidade de Castro Alves, como esteve explícita pelo próprio em alguma ocasião de uma palestra na Faculdade de Direito de São Paulo em 1907. O fulcro de aproximação entre os dois autores, razão da exaltação por parte de Euclides, está na composição discursiva em favor do povo, a partir de uma tribuna de esclarecimento que só a um poeta seria concedida. O poeta, portanto, se apresentaria como um salvador dos cidadãos brasileiros não redimidos ainda do jugo opressor das adversidades sociais. Só que a determinação desse *locus* para o escritor suscita algumas problemáticas ao entrar em consideração o momento de tensões políticas durante o fim do século XIX. Diante de sua condição de engajamento durante esse período e diante de uma República imatura e incompetente, o homem das letras se via fadado a encarar uma difícil situação: ao acolher o dever de ser a voz dos oprimidos, ele abraçava também o estigma de anti-republicano, por tornar fecunda a mente da

---

<sup>8</sup> Como expõe Sevcenko, essa dedicação por parte de grupos intelectuais não mais se encontrava a essa altura concentrada apenas na aplicação de regras da ciência européia à realidade do Brasil. O trabalho ia mais além: tratava-se também de constituir um conhecimento próprio a respeito da nação ladeado, obviamente, por dados do cientificismo. Até mesmo na Ciência verifica-se o desejo de acentuar traços tipicamente nacionais (2009).

população para um levante contra o governo<sup>9</sup>. Ao mesmo tempo, seu discurso em favor da alteridade estava destinado à inocuidade por comportar uma concepção, advinda de teorias biossociais, de incorporação de todos os cidadãos em uma comunidade democrática, no caso de Euclides da Cunha e de intelectuais que cultivaram o cientificismo. O escritor, no estamento de gênio da raça, aparece como estando acima desses descompassos estruturais da sociedade e seu discurso, esclarecido e poético, seria a única porta livre das artimanhas ideológicas das elites. No tangente a este ponto, assim coloca Valentin Facioli:

Estava aí implicado o desejo (no fundo, a necessidade das classes dominantes) de alcançar a *integração nacional* sob a égide das ideologias prestigiosas, o que supunha o papel e a missão dos intelectuais liberais (ou não), elitistas e iluministas, originados e integrados às frações modernizadoras, como guia da nação e do povo. Velho problema, afinal, hoje tornado lugar-comum, embora vivo, presente e em pleno funcionamento, pois, como é sabido, as ideologias não conhecem fronteiras de nenhuma espécie e nem são inteiramente falsas, elas apenas mentem porque não cumprem o que prometem, como as classes e o poder de que se originam e a que servem. São falsas não no que representam, mas no que pretendem, seja universalizando o particular, seja naturalizando a história (1998, p.51-2).

Tão logo se sabe que a contribuição intelectual de Euclides da Cunha reservou para sua interpretação algumas ressalvas. Ainda que a ele tenham sido direcionados os méritos por ter sua escrita se formado como denúncia de violência em cima dos compatriotas que viviam nas rudezas do sertão, ater-se neste aspecto unicamente demonstraria reducionismo de um estudo que solicita muito mais o alargamento da compreensão das contradições pulverizadas no texto de *Os sertões*. É preciso notificar também que algumas medidas do discurso crítico seriam indissociáveis do caráter de diretriz para a integração dos cidadãos, visando, em um pensamento macro, à comunhão universal. Faz-se evidente, dessa forma, a condição que lhe é inerente: a retórica assinalada nestas construções discursivas abriga aspectos que remetem demasiadamente ao terreno das emoções. Nas considerações da doutrina positivista feitas às discriminações entre raças e povos a partir do separatismo entre quais acolhiam mais

---

<sup>9</sup> Os intelectuais e artistas, ao assumirem a posição de críticos ávidos do poder, acabavam desabando para fora dos principais nichos de expressão, em sua maioria jornais. Estes meios de comunicação terminaram por sofrer a pressão de poderosas oligarquias que, devido às críticas intempestivas, viam ameaçadas as rédeas mantenedoras de seus privilégios (SEVCENKO, 2009).

sentimento e quais apresentavam mais racionalidade, é possível perceber, nos liames destas ideias, os ensinamentos para uma elaboração estética: estava postulado que a expressão artística nascia a partir da manifestação de um sentimento, entretanto sem perder as bases dessa imaginação consolidadas na razão, domínio de real supremacia. Isto porque partindo desta instância é que se concebia a possibilidade para concretização de seu fim, segundo o Apostolado Positivista, no pragmatismo social. Ou seja, a razão, e a sua culminância na ação, “não poderia afastar-se da realidade definida pela ciência, ao mesmo tempo em que devia buscar afetar a política, mediante a idealização dos valores e das pessoas consideradas modelos para a humanidade” (CARVALHO, 2002, p.132). Diante destas premissas, a prática discipuladora do Positivismo atraía para a escritura de *Os sertões* a motivação de suas antinomias: a face desconhecida da alteridade destituiu a irrevogabilidade da certeza científica e, assim, como manter o pacto com a aproximação fiel da realidade, se o instrumental teórico não bastava para o quadro social exposto para análise? A estética, neste caso, sofreria um descaminho: constata-se a impossibilidade no discurso euclidiano de sancionar a expressão artística tendo como pilar que a erige a razão. Ao invés, sua elaboração entra em cena para amainar as contradições que se formam através da lente objetiva do jornalista, como já postulou Walnice Nogueira Galvão (1981).

É certo que os pontos opostos apresentados estão ancorados, a maior parte deles, na reviravolta de opinião que Euclides expressa com relação ao investimento violento das tropas sobre a comunidade. Exemplo mais comum e possivelmente mais discutido, como se vê também em *Terra Ignota*, de Luiz Costa Lima (1997), está desenhado na “Nota Preliminar”. Em primeiro plano, Euclides da Cunha, fazendo referência a Gumplowicz, chega ao ponto de afirmar que as sub-raças sertanejas estariam destinadas ao aniquilamento por parte das raças mais fortes que chegariam inevitavelmente ao lado da civilização nos sertões. Em seguida, expõe a ideia que culmina na contradição: “Aquela campanha lembra um refluxo para o passado. E foi, na significação integral da palavra, um crime. Denunciemo-lo”. Nas tessituras do discurso do livro-denúncia que foi *Os sertões* fica configurado, portanto, o embate entre o determinismo da “força motriz da História” e a revelação da violência pelas tropas militares descritas a partir da formação que Euclides da Cunha possuía no humanismo científico. Advém a freqüente questão dentro dos estudos sobre a obra: se o caminhar evolutivo investiria a pujante civilização sobre a fraqueza daquela terra precária e daquela raça menor, por que a sentença de crime foi dada a um fato que *naturalmente* — atenta-se para o destaque do

vocábulo, — estava destinado a se realizar? Se a própria natureza acolhedora dos sertanejos era também a mãe ferina e arisca que se manifestava como um deus *ex machina* arbitrando os tempos de seca e pobreza, estaria na “Nota Preliminar” a inferência de que o exército apenas acelerou o processo?

O caso específico destas passagens se coloca como exemplo de um traço da obra euclidiana: algumas contradições estão protegidas contra a resolução pelo aspecto de que tais impasses no texto atuam simultaneamente em fidelidade ao saber científico e à construção do campo sensível do humanismo na *re-visão* que faz da luta. O amadurecimento das lembranças e da reflexão na escritura do livro acerca dos fatos ocorridos fez inclusive retirar do centro das anotações, durante a expedição, o predomínio de descrições da natureza, próprias de um viajante curioso e deslumbrado pelo que por ele passava durante o percurso até chegar às proximidades do arraial. Entretanto, após cinco anos de seu trabalho como correspondente, as marcas da comoção fazem-se presentes na primeira parte da obra, atuando pela ciência, no que era fundamental para a compreensão do conflito, e pela memória de um povo. É o que se vê em uma das mais belas partes de “A terra”, quando expõe o cenário da região da caatinga com o elenco dos mandacarus e dos xiquexiques:

*Têm como sócios inseparáveis neste habitat, que as próprias orquídeas evitam, os cabeças-de-frade, deselegantes e monstruosos melocactos de forma elipsoidal, acanalada, de gomos espinescentes, convergindo-lhes no vértice superior formado por uma flor única, intensamente rubra. Aparecem, de modo inexplicável, sobre a pedra nua, dando, realmente, no tamanho, na conformação, no modo por que se espalham, a imagem singular de cabeças decepadas e sanguinolentas jogadas por ali, a esmo, numa desordem trágica* (CUNHA, 1995, p. 130).

A descrição da terra é parte constitutiva do estudo a ser feito ainda sobre o homem e o acontecimento da luta. Vale dizer parte constitutiva e determinante, sem a qual o mérito pela postura sempre a postos de cientista desapareceria por razão da incompletude. No trecho exposto, no qual se configura apenas um dos exemplos que transbordam o conhecimento da botânica, parece haver cautela quanto ao que vai ser descrito: aqui, a natureza recua sua supremacia para uma das primeiras menções ao crime. Os cactos estão dispersos em cima de uma superfície rochosa, fato talvez ainda não conhecido pelo narrador cientista, mais familiarizado com a predominância de vida brotando do solo. Daí sua manifestação escolher a palavra “inexplicável”. Mas esse

desvio executado do seu próprio saber está indissociavelmente posto ao lado da alegoria a que as cabeças-de-frade servem para significar a violência da guerra. A natureza, que surpreende os olhos da testemunha naquela paragem, predestinou o conflito. E o conflito não passou de crime também inexplicável. A natureza sinaliza a comprovação do domínio do saber científico, embora não encontre o aparato nas categorias que Hegel delineou para tratar das reações dos elementos geográficos sobre o homem<sup>10</sup>; assim como representa já o ressentimento da violência. Aspectos como este estão dispersos em todo o discurso, apresentando a conformidade com o que na “Nota Preliminar”, possivelmente escrita depois da matéria do livro estar majoritariamente composta, se firmou com tanta evidência em seus contrapontos.

Conquanto o texto tenha o abrigo vasto das leis deterministas, não se pode estender o julgamento de eixos opostos de ideias a qualquer passagem escolhida aleatoriamente. Ora o leitor percebe no discurso que os aparatos científicos se detêm frente ao desconhecido, ora vê claramente subjugados os homens e suas práticas pelas leis da biologia e da antropologia racial. Daí que a reescritura de *Os sertões* se coloca ladeada por estes dois posicionamentos da leitura. Sua resignificação tanto está comprometida com os impasses, como com a construção de um contradiscurso ideológico do *fin de siècle*.

Justaposto ao embate vigoroso entre as leis científicas e o sentimento diante da injustiça sobre seus compatriotas, ainda havia as pulsões da sua incapacidade de entendimento sobre o caráter religioso do movimento de Canudos, reforçada por sua formação científicista, e da sua permanente análise comparativa entre o *modus vivendi* do campesinato europeu e do sertanejo brasileiro (GALVÃO, 1981). Verifica-se, dessa forma, que os pontos de impasse do texto de Euclides da Cunha são resultados mais do que esperados, uma vez observados os aportes teóricos de que dispunha. Porém, nada se desenha tão facilmente quanto parece quando se aponta este aspecto de sua obra. No tangente ao referente do camponês europeu, primeiramente, há que se considerar sua inicial manifestação em dois artigos reunidos sob o mesmo título, *A nossa Vendéia*. Publicado cinco anos antes do livro, parecia improvável que nova menção ao *département* francês fosse feita com tanta convicção depois da comprovação frustrante

---

<sup>10</sup> Em *Os sertões*, o narrador apresenta quais são essas categorias: “As estepes de vegetação tolhiça, ou vastas planícies áridas; os vales férteis, profusamente irrigados; os litorais e as ilhas” (CUNHA, 1995, p. 134).

de que eram distintos os acontecimentos históricos entre Bretanha e Bahia. No entanto, pode-se ler ainda em *Os sertões*:

*Malgrado os defeitos do confronto, Canudos era a nossa Vendéia. O chouan e as charnecas emparelham-se bem como o jagunço a as caatingas. O mesmo misticismo, gênese da mesma aspiração política; as mesmas ousadias servidas pelas mesmas astúcias, e a mesma natureza adversa, permitiam que se lembrasse aquele lendário recanto da Bretanha, onde uma revolta, depois de fazer recuar exércitos destinados a um passeio militar pela Europa, só cedeu ante as divisões volantes de um general sem fama, as “colunas infernais” do general Turreau — pouco numerosas mas céleres, imitando a própria fugacidade dos vendeanos, até encurralá-los num círculo de dezesseis campos entrincheirados (CUNHA, 1995, p. 270).*

A comparação endossava o intuito de insurreição monárquica por parte dos canudenses, real meta dos franceses para a reconstituição do antigo regime. Por apresentar em parte mais adiante do livro a desfeita de que a formação de Canudos não traduzia o mínimo intuito de revolta para o retorno do sistema de governo da monarquia, ainda assim o discurso não expurgava de suas malhas as marcas que sinalizavam o emblema dos valores europeus. Como coloca Costa Lima, “a metáfora da Vendéia sustenta uma explicação transformista, de inequívoco embasamento biológico, que cobrirá todo o livro” (1984, p. 211-12). Neste trecho preliminar à descrição dos confrontos vê-se que a única ressalva para a equiparação dos dois movimentos é a crítica feita à atuação dos militares brasileiros. Afora este traço, Canudos encarnou o retorno do medo que uma vez abalou o projeto de universalidade da razão iluminista por trás do qual a Revolução Francesa imprimia a homogeneização dos valores dominantes burgueses.

É bem verdade que a conformidade aos padrões da Europa era servida com a ponderação pelos conhecimentos científicos — atestados em sua perspectiva determinante principalmente na recriminação aos militares brasileiros que imitavam as táticas bélicas praticadas para além do continente americano. O quadro da natureza nas regiões sertanejas era diverso do quadro formado pelas vastas florestas em algumas regiões européias. Neste ponto, não falta ironia por parte do narrador ao reprovar a invasão dos “doutores da arte de matar” na Europa quando passam por cima da ordem da natureza, com suas ofertas e seus limites dentro de suas leis específicas, para formularem planos de guerra nos quais delegam às florestas funções como agente de

ataque ou de defesa. O leve sarcasmo desta passagem do texto vai culminar no destaque para a diferença, desconhecida é claro pelos articuladores bélicos europeus, que aqui se expõe com relação à formação geográfica das ermas áreas secas do Brasil central e do Nordeste. A especificidade do meio natural do país contestava a tese defendida pelos grandes estrategistas das guerras, estivessem eles envolvidos direta ou indiretamente nas lutas:

*[...] as caatingas são um aliado incorruptível do sertanejo em revolta. Entram também de certo modo na luta. Armam-se para o combate; agridem. Trançam-se, impenetráveis, ante o forasteiro, mas abrem-se em trilhas multívias, para o matuto que ali nasceu e cresceu.*

*E o jagunço faz-se o guerrilheiro-thug, intangível...*

*As caatingas não o escondem, amparam-no* (CUNHA, 1995, p. 266).

Não só contestava o saber europeu sobre planos de guerra, como toda a caracterização do clima, da vegetação, do estado precário e de atraso daquela terra recentemente conhecida tornava sua própria formação intelectual movediça. Surpreendentemente é que se afirma como uma terra demasiadamente miserável e carente de ofertas para os que nela habitam, de repente se arma como favorável durante o conflito, na defesa dos sertanejos. O espaço do sertão no discurso euclidiano vai sendo apontado para significar o espaço do desconhecido para a ciência, pois sempre esteve fora da escrita desta, e, sobretudo, para a própria nação, afirmada agora dentro da ideia de progresso e de civilização.

O detalhe que aqui se coloca como fundamental para análise é que a exposição da singularidade do meio natural nas regiões da caatinga é exposta anteriormente à comparação, resultando em grande parte na similitude, entre o arraial de Canudos e a Vendéia. Então, mais um impasse: se neste trecho fica evidente a posição do narrador para esclarecer a disparidade entre Brasil e Europa no que apresentam de seus cenários naturais, como em três páginas posteriores se faz crítica tão direta com relação às falhas do conflito na mesma medida em que justapõe sertão baiano e Vendéia? É certo que esta região da Bretanha conservava a alusão às caatingas pela vegetação formada pelas charnecas. No entanto, mesmo assinalando no que parecem, se as ações dos homens são determinadas pelo meio específico onde estão atuando, ou no mínimo adaptadas a este meio, na vigência do ponto de vista científico, por que colocação tão direta entre os dois movimentos? Aqui, a contradição parece se formar como personagem para fortalecer de

mais impacto a reviravolta do pensamento sobre o acontecimento bélico. Por um lado, a ciência impera com o conhecimento da botânica para que se desenrole o que vai ser descrito sobre a natureza européia figurada nas matas virgens e sua divergência relacionada à cena das caatingas, graves e resistentes, introduzindo, dessa forma, de onde partem as determinações do homem. Por outro, teria o humanismo entrado em questão para aproximar vendeanos e canudenses, atores de mesma base mística em favor do mesmo sistema político e, por fim, silenciados pelo mando de voz oficial? A intenção do imperativo da ciência cede quando chega o tempo da maturação dos fatos, abrindo a guarda para as próprias inquietações do narrador, evidenciadas em eixos oponentes que ora sim, ora não deixam mais saliente seus próprios questionamentos.

A separação entre os pontos desencadeadores dos conflitos na Vendéia em Canudos começa a se efetivar no momento em que o discurso abriga a ideia de que porque fanáticos e gnósticos brancos, os seguidores do Conselheiro não eram capazes de assimilar qualquer entendimento sobre formas políticas. Aqui Vendéia e Canudos assinam o divórcio pelo ponto em que divergem, embora mantenham a identificação da mesma base mística. Se estão inaptos para entenderem arranjos políticos, resta ao Conselheiro e aos seus fiéis seguidores percorrerem as linhas do copista e serem submetidos para o estudo em suas manifestações de loucuras messiânicas.

Mesmo lançando mão no discurso de *Os sertões* de três teóricos, a saber Le Bom, Tarde e Sighele, importantes que foram para se pensar esse movimento das *massas*<sup>11</sup>, foi a predominância do último, indubitavelmente, que comprovou o prestígio que o autor a ele direcionava, verificável nas entrelinhas sobre o contágio generalizado entre os indivíduos comandados por Antônio Conselheiro. Com mais exatidão de análise acerca dessa influência teórica pela qual passa Euclides da Cunha, Luiz Costa Lima expõe e discute estas âncoras do pensamento do escritor. Sobre Sighele, destaque maior, o autor coloca:

A preocupação básica de Sighele é com o fenômeno de massa e, mais concretamente, com os critérios jurídicos pelos quais o Estado poderia se contrapor às suas ações criminosas. Para o autor italiano, as massas se definem por um *déficit* [...] E isso porque, sendo a massa um mero agregado, nela inexistente uma relação de homogeneidade entre seus componentes [...] a “cura” das massas estaria na dependência de um Estado e de um líder que as “desnaturasse”, *i.e.*, que lhes

---

<sup>11</sup> Estudo mais aprofundado sobre suas teorias está disposto em *Terra Ignota* (1997), de Luiz Costa Lima.

emprestasse uma homogeneidade que em si desconhecem, convertendo a negatividade de sua presença na positividade de uma força canalizada (1997, p. 64-5).

O pensamento de Sighele, identificável na descrição da organização social de Canudos, pode ser visto como um potencializador da concepção de que os movimentos milenar-messiânicos não podem sinalizar nada além de uma forma de alienação. Ora, conhecendo as teorias biológicas sobre as raças, sinalizadas no discurso de *Os sertões*, não é estranha a percepção de que o retardamento de certos caracteres raciais incorra no aparecimento, entre o grupo, de credices e formas supersticiosas de se pensar a vida.

Existe de fato uma perspectiva enviesada de se conceber os movimentos milenar-messiânicos como resultados de um comportamento alienado dentro da sociedade. A própria ideia de Sighele, reiterada no discurso de *Os sertões*, de que é fundamental e urgente que o Estado conceda certa homogeneização a um grupo amorfo de cidadãos, unidos entre si em nome sempre de um mal, e não de práticas positivas para com a sociedade, aponta para uma visão claramente pejorativa e, como não poderia deixar de ser, dominante, que denuncia o perfil opressor do Poder em desautorizar certos discursos críticos.

O caráter de não-alienação desses movimentos do quiliasmo, cristão ou não, já está posto na sua própria denominação. Como coloca Jean Delumeau, existe na maioria das vezes “uma ligação entre febres milenaristas e grupos sociais em crise. Os atores dos movimentos escatológicos são freqüentemente marginalizados, desenraizados ou colonizados que aspiram a um mundo de igualdade e de comunidade” (1997, p. 17). É a partir de uma desestruturação sócio-econômica que se recorre à crença de uma renovação cíclica do mundo. A chegada do dia final dos tempos é almejada ferrenhamente pelos fiéis para que uma nova criação, uma nova organização do universo se estabeleça redimindo todos os desprivilegiados. Estava distante a intenção de derrocada do governo republicano entre os canudenses. Sabe-se que a revolta expressa estava concentrada na separação entre a Igreja e o Estado e no pagamento de impostos. No entanto, a relação simbiótica entre o Conselheiro e seus seguidores, mediante análise da psicologia social da época, não passava de loucura de retrógrados.

Maria Isaura Pereira de Queiroz, em seu dedicado estudo sobre movimentos messiânicos, esclarece na introdução que apresenta esse caráter comprometido do messianismo com o desejo de mudança social, evidenciando diversas vezes a formação de um contradiscurso ideológico:

O messianismo se afirma, pois, como uma força prática, e não como uma crença passiva e inerte de resignação e conformismo: diante do espetáculo das injustiças, o dever do homem é trabalhar para saná-las, pois sua é a responsabilidade pelas condições do mundo. E, desde que a crença se ativa, dá então lugar ao movimento messiânico, que se destina a consertar aquilo que de errado existe. Estes objetivos, que são políticos, sociais, econômicos (conforme se localizem os erros neste ou naquele setor), devem sempre ser, no entanto, religiosamente alcançados, isto é, por meio de rituais especiais que um enviado divino revela aos homens (QUEIROZ, 2003, p. 29).

A marginalização do discurso messiânico se efetiva em dois níveis que se aproximam: primeiramente se afirma na desautorização de seu fenômeno por ser dissidente rebelde da razão. No caso de Canudos, como conceder à massa, distante que estava do percurso do progresso, o poder de voz para a exigência de mudanças estruturais na sociedade? O outro nível traduz uma nova ideia de corpo dentro do regime republicano e de sua prática na biologização dos cidadãos. No sistema da monarquia o corpo mais importante para o grupo social era visto como o do rei. Era uma realidade política que exigia sua presença física para a engrenagem da máquina de governar. Inexistia para os outros homens comuns a consciência mesma do seu corpo, a importância do seu corpo como autonomia, uma vez voltadas todas as preocupações e cuidados para o monarca a quem deviam manifestar reverência e subserviência. Com o projeto ideológico da República, o corpo conotava a organicidade social, na qual todos formavam um todo democrático e homogêneo, reconhecido por sua indivisibilidade. Assim sendo, os corpos que apresentassem desvios dessa uniformidade idealizada, acabavam sendo expurgados para que se evitassem contaminações e mazelas dentro da fraternidade entre os cidadãos que precisava ser configurada com total sanidade. Entenda aqui que o mal da ameaça estava nos doentes, nos julgados como delinquentes e nos discriminados pela eugenia (FOUCAULT, 2007). O progresso social, embora prescrevesse a solidariedade entre todos na utopia positivista, não se sustentava com os corpos da loucura e das sub-raças. O discurso-mor do poder estava disseminado na opinião pública das sociedades do litoral: as manifestações para que fosse acatado o extermínio de Canudos provinham de estudantes, homens da política, intelectuais, jornalistas e militares, concordantes agora do novo projeto de civilização.

Longe de acreditar que só os conselheiristas estavam susceptíveis às práticas de opressão oficial. Canudos era a metonímia da nação. O ponto de vista narrativo, que concorrerá para a consciência de que tudo não passou de um crime, se constrói, como já

mencionado, a partir dessas tensões entre o progresso e o conhecimento de um povo à margem deste progresso. Assim se verifica este aspecto no próprio jogo de contrários que se inicia no par Rua do Ouvidor, *lócus* privilegiado por receber intelectuais e aclamados escritores, e caatingas. Na especificidade deste tópico dentro do capítulo sobre a quarta e última expedição Euclides da Cunha coloca:

*A Rua do Ouvidor valia por um desvio das caatingas. A correria do sertão entrava arrebatadamente pela civilização adentro. E a guerra de Canudos era, por bem dizer, sintomática apenas. O mal era maior. Não se confinara num recanto da Bahia. Alastrara-se. Rompia nas capitais do litoral. O homem do sertão, encourado e bruto, tinha parceiros porventura mais perigosos (1995, p. 345-6).*

O Brasil oficial passava a ser agora dominado pelo reverso social provocado por aqueles que agora se faziam conhecer; reverso suscitado pela denegação das práticas civilizatórias que por tanto fizeram existência vã dos compatriotas sertanejos. E a contrapartida não se erguia apenas de Belo Monte. Não estiveram fora do discurso euclidiano outras menções a movimentos oblíquos. A nação, dedicada aos avanços que garantiriam seu patamar de mérito pela harmonia orgulhosamente mantida com os ideais europeus, era agora surpreendida por um verdadeiro “tropear de bárbaros”, como mesmo caracteriza o autor:

*Não eram somente os jagunços. Em Juazeiro, no Ceará, um heresiarca sinistro, o Padre Cícero, congregava multidões de novos cismáticos em prol do Conselheiro. Em Pernambuco, um maníaco, José Guedes, surpreendia as autoridades, que o interrogavam, com a altanería estóica de um profeta. Em Minas, um quadrilheiro desempenado, João Brandão, destroçava escoltas e embrenhava-se no alto sertão do São Francisco, tangendo cargueiros ajoujados de espingardas. A aura da loucura soprava também pelas bandas do sul: o Monge do Paraná, por sua vez, aparecia nessa concorrência extravagante para a história e para os hospícios [...] A reação monárquica tomava afinal a atitude batalhadora precipitando nas primeiras escaramuças, coroadas do melhor êxito, aquela vanguarda de retardatários e de maníacos. O governo devia agir prontamente (CUNHA, 1995, p. 350).*

O discurso dominante deslocava o sentido das manifestações messiânicas para que fossem reconhecidos apenas como objetos de estudo das ciências vigentes da época. Assim, não se esperava de organizações em massa desse tipo que sua forma de vivência, ou melhor, de cultura, concebida como retardada, sinalizasse o mínimo de operação

capaz de sobrepujar as ações protegidas pelos avanços técnicos no fim de século pensadas pelas autoridades políticas e realizadas pelo exército. Daí que *Os sertões* expuseram o vértice do messianismo pela linha da perplexidade sentida por todo o país diante das sucessivas derrotas dos militares. O grupo de fanáticos canudenses desmontava a ideia, sob a égide de teorias determinantes, de que sua extraordinária força bélica, quase sobrenatural, se colocava apenas como consequência de uma motivação irracional. Canudos se mostrou exército de instrução invejável. Pela pulsão das mais variadas emoções também se equipararam os dois adversários. “Porque num exército que persegue há o mesmo automatismo impulsivo dos exércitos que fogem. O pânico e a bravura doida, o extremo pavor e a audácia extrema, confundem-se no mesmo aspecto” (1995, p. 321), como está esclarecido em *Os sertões*. Fato também admitido nas notícias alarmantes que chegavam ao litoral juntamente com a frustração de mais uma derrota para a República. Belo Monte, assim, erigia em terras ignotas, mediante sua pulsão de fé religiosa conjugada à consciência de uma desestruturação sócio-política, o difícil panorama de um Brasil real. Em semelhante tempo no qual as sociedades do litoral assimilavam de forma extremamente passiva e não-refletida as mudanças de uma conjuntura social, o povo isolado no centro castigado do país manifestava o direito à sua posição de agentes em todo o processo histórico pelo qual passa uma nação.

Como já dito anteriormente, o caráter de denúncia em *Os sertões*, adicionado a outros posicionamentos críticos que o narrador assume, a saber a lucidez sobre o reflexo decadente da metrópole no litoral que expõe os vícios da nacionalidade, de fato contribui para sua legitimação como símbolo da nação. O sentido que agregou ao longo dos anos demarcou bem seus méritos: o fôlego de se debruçar sobre um panorama social totalmente inédito e desconhecido em sua formação intelectual. Daí ser reconhecido seu esforço nas pesquisas e nos estudos de mais teorias para melhor aportar suas explicações sobre o quadro que se desenhava à sua frente. A própria tradição crítica que Euclides da Cunha conseguiu formar em torno de sua obra já comprova a vitalidade de sua composição discursiva. No entanto, não se pode desconsiderar que essa vitalidade também é reconhecida nos pontos que à obra se contrapõem. Se em *Os sertões* permeiam a verdade instituída, apoiada pelo saber científico e pelas ideias positivistas, e a defesa dos ideais republicanos, cuja referência máxima firmava-se na Revolução Francesa, não raramente contra-respostas a esta ideologia seriam lançadas. São os antidiscursos, atuantes na desconstrução de uma escrita-mestra que se pôs no

passado, em suas primeiras recepções, e permanece até os dias atuais com um significado fechado da nacionalidade brasileira.

## Capítulo II: *Os sertões* um caso de Crítica

### 1.0 No mapa da Crítica: literatura, ciência e antinomias

As razões para se fazer esse breve panorama da crítica literária do fim do século XIX e também do tempo que se estende ao século XX, retirando destas duas épocas significativas seus trabalhos intelectuais de maior destaque para o estudo da literatura brasileira, estão envolvidas pela compreensão da recepção da obra euclidiana consubstancializada na sua ressignificação. A escolha para o debate sobre o público crítico do trabalho de Euclides da Cunha também foi feita por difundir, concreta e indiretamente, “nosso modo de ser intelectual — tanto nossas obsessões como nossas fraquezas” (LIMA, 1997, p.10). Ao partir da ideia de que a reescritura se faz por não conceber o fechamento de sentido do texto na relação dialógica estabelecida com *Os sertões*, ainda se deve estender a ela a ressignificação construída a partir das interpretações direcionadas à obra. A seleção de aspectos para a construção do texto ficcional de *A casca da serpente* não comporta visão restrita para que apenas do livro de Euclides da Cunha sejam retirados elementos prontos a serem ressemantizados. A produção de sentido que envolve a obra máxima do jornalista e engenheiro se ergueu juntamente com os limites epistemológicos de cada vertente crítica. Os pontos frágeis reconhecidos serão aqui ora desconstruídos, ora servirão como a mola para dar continuidade às discussões sobre o possível lugar de complexidade discursiva em que habita *Os sertões*. Fica assim determinada tal medida para melhor se constituir a ideia da reescritura como contradiscurso estético e ideológico.

É importante retomar a colocação, anteriormente apenas sugerida, sobre o embate conjugal, a partir da metade do século XIX, entre escritores e cientistas sociais. Não será possível cair no risco de dizer o mesmo, pois o propósito se faz no momento da preparação para a discussão, a partir de um panorama geral, ao mesmo tempo em que breve, da fortuna crítica do livro *Os sertões*, mais precisamente sobre a construção das ideias acerca dos domínios da ciência, da história, da literatura e da ficção. É preciso que esteja claro então que neste fim de século, época em que estavam sendo geradas as primeiras anotações da guerra de Canudos, se constatava a presença de dois grupos de intelectuais envolvidos na disputa para servir como veio interpretativo da sociedade. Na comprovação deste fato se confundem traços da retórica com a linguagem literária, pois

muitos cientistas na época passaram a ser exaltados por reunir o duplo talento de instruir para o saber científico com o domínio de uma forma que supervalorizava o estilo com o qual eram construídas suas ideias.

Não se quer aqui, é verdade, retirar da literatura uma de suas ações sobre o social, que é pensá-lo, analisá-lo, e, sobretudo, dizer, através da inventividade da arte, o que ficou fora dos relatos da história<sup>12</sup>. Inúmeros são os romances que possibilitam um profundo estudo da realidade a partir de suas criações. No século XVIII, o próprio gênero se compunha como o melhor domínio para representar a pulverização de aspectos que uma sociedade moderna poderia conter. No caso do Brasil, mais exatamente no período romântico, a atuação da estrutura discursiva romanesca esteve ligada à ideia de nacionalismo como um projeto literário comprometido com a expressão dos fatores locais. Segundo Antonio Candido, esta tendência “fez do romance verdadeira forma de pesquisa e descoberta do país” (2000, p. 99).

É bem verdade que com a movimentação intensa nas áreas do conhecimento científico e, conseqüentemente, com a entrada deste na criação literária durante o século oitocentista, pode-se pensar que o posicionamento da narrativa foi cada vez mais se fortalecendo e se legitimando no ofício do estudo da realidade circundante. Estaria aí a justificação solidificada do embate entre os saberes da sociologia e da literatura. Na elaboração analítica que toca no ponto do nascimento e independência das ciências sociais, Wolf Lepenies postula:

Mal surge com sua pretensão de autonomia disciplinar, a sociologia enfrenta, por essa razão, não apenas as suspeitas das disciplinas estabelecidas, mas também a concorrência da literatura. Um motivo para isso está no fato de que se anunciava, na fé científica do século XIX, pelo menos nas esferas literárias, uma pretensão de conhecimento igual por nascimento ao de várias disciplinas científicas (1996, p.16).

O ato de leitura da obra euclidiana também proporciona, inclusive em estudos mais recentes, recolher de suas linhas pontos de contribuição teórica significativa. A sociologia de Euclides da Cunha deixou o legado do conhecimento que só fez

---

<sup>12</sup> De acordo com Wolf Lepenies, a literatura, diversas vezes, se constituía como discurso demasiadamente incisivo nas suas reflexões e críticas sociais. Tanto tal fato ocorria que Balzac pensou seriamente em trocar o nome de sua obra *Comédie humaine* para *Études Sociales*, pois já se autodenominava um *docteur és sciences sociales* (1996).

enriquecer nossa história social com a diferenciação que desempenhou na observação sobre os três tipos que constituíam a sociedade sertaneja. Eram eles os bandeirantes das cabeceiras do São Francisco, o grupo social missioneiro e a sociedade pastoril das regiões médias (CANDIDO, 1999). Tais divisões partiam de um mesmo eixo: a base étnica era formada pelo cruzamento do indígena com o europeu. Encontram-se também dispostas discussões de fôlego sobre índices sócio-econômicos que sinalizam os antecedentes para o cenário de pobreza e precariedade das regiões da caatinga. Na transição que elabora do garimpeiro, “saqueador de terra”, para o jagunço, “saqueador de cidade” está justaposta a atenção de que as desordens existentes naqueles terrenos estavam fortemente concentradas nas áreas onde mais se ostentou a ânsia mineradora. Verifica-se, desse modo, a coerência com o que estava posto na “Nota Preliminar”: a Campanha acabou perdendo a exclusividade da narrativa. No lugar, e ao lado das notificações da luta, apareceram congruências de saberes unidos pelo mesmo vetor de construção da nacionalidade. E por bem trabalhar essa sociologia das oscilações, como postula Antonio Candido, no meio físico (seca e bonança), no homem (presteza e preguiça) e no grupo (humildade mística e assomo sanguíneo), é que se pode compilar suas palavras e preservá-las como referência sobre a vivência cultural do sertanejo. Como o próprio Euclides coloca, a “campanha de Canudos despontou da convergência espontânea de todas estas forças desvairadas, perdidas nos sertões” (1995, p. 255).

Por congregarem indicadores lingüísticos de vários domínios discursivos e por suscitar ainda impasses por razão deste lugar difícil que ocupa, é preciso entender como se manifestou a crítica literária contemporânea à publicação de *Os sertões* e quais pontos se viram mais focalizados através de seus métodos críticos. Identificar a cadeia de pensamento em que esteve inserida a topografia textual euclidiana é entender também como o horizonte de leitura da época vai endossar teorias raciológicas dispostas na obra, demonstrando assim também o encontro inesperado com entraves teóricos na elaboração de suas ideias acerca da representação da guerra de Canudos. Posterior ao delineamento dos primeiros receptores críticos da obra, o estudo segue com a discussão debruçada sobre mais trabalhos analíticos ao longo do século XX.

O apego ao delineamento do real é questão que convive permanentemente nas reflexões sobre a obra maior de Euclides da Cunha, tornando-as mais sensíveis no tangente ao laborioso estudo sobre os limites ou intersecções do que é ficção, história e literatura. Tudo isso por motivo da singularidade de sua linguagem, que ao longo do tempo, de acordo com Gilberto Freyre, exerceu um tipo de má influência sobre os

escritores que, conscientemente ou não, intentaram seguir o autor no estilo, conseguindo apenas caricatura grotesca de construção de palavras<sup>13</sup>.

Ainda que os aportes científicos trabalhassem soberanamente nas ciências naturais e nas ciências humanas, e que sua influência estivesse demarcada na produção literária da segunda metade do século XIX e do início do século XX, é preciso reforçar que nenhum autor apresentou tanto domínio da linguagem científica e do que dela se ergueu como envolturas literárias. Precisamente, uma observação investigativa sobre o epistolário de Euclides da Cunha evidenciará o tom lamentoso em suas palavras sobre o menosprezo que a Ciência desperta em romancistas e poetas. Em carta a José Veríssimo, de data 3 de dezembro de 1902, após o agradecimento pelo juízo que o crítico desempenhou na exaltação do livro, o escritor não perde tempo em confessar o vacilo que lhe atingiu na referência aos termos técnicos empregados:

Aí, a meu ver, a crítica não foi justa. Sagrados pela ciência e sendo de algum modo, permita-me a expressão, os aristocratas de linguagem, nada justifica o sistemático desprezo que lhes votam os homens de letras — sobretudo se considerarmos que o consórcio da ciência e da arte, sob qualquer de seus aspectos, é hoje a tendência mais elevada do pensamento humano (CUNHA, 1995, p. 653).

Tal aspecto da escrita de Euclides da Cunha, assim como é merecedor de toda admiração por parte da crítica e por leitores leigos, é motivo também para que sejam circunscritos pontos de contradição no discurso minuciosamente elaborado tempos depois do término da guerra sertaneja enquanto, com zelo também, estava sendo engenhosamente construída a ponte de São José do Rio Pardo, obra do estado de São Paulo que lhe foi delegada para supervisão. Os impasses gerados a partir das antinomias são de inexatas conclusões. Muitos são diagnosticados como causadores das frases de efeito de que o autor tanto lançou mão para expressar conformidade com sua altiva eloquência, fazendo assim com que a construção de suas reflexões caminhasse para a resolução no estilo literário, e não no raciocínio, daquilo que escapava do credo científico. Outros nem sequer chegam a se construírem como ideias contrárias, porém são concebidos como tais por se chocarem com determinada posição ideológica da crítica literária.

---

<sup>13</sup> In: CUNHA, Euclides da. *Obras Completas* vol. I (1995).

O elenco de estudos críticos aqui selecionados não pode obliterar a menção ao ensaio que Hildeberto Barbosa Filho faz compilando inúmeras referências bibliográficas atentas à discussão sobre o gênero da obra *Os sertões*<sup>14</sup>. Sem muito aprofundamento, mas com bastante precisão na reflexão que propõe, o autor passeia por diversos manuais de literatura ou ensaios dispersos que tocam na dualidade *historiografia e esteticidade*. O desejo de sua escrita sobre o caráter múltiplo do texto de Euclides da Cunha encontra a intersecção, de certa forma, com a ideia de reescritura da obra como ressignificação. Primeiramente assim se coloca sobre o texto de Euclides da Cunha:

Nenhuma obra da cultura brasileira deu margem a tantas análises multifárias, o que, de certa maneira, já sinaliza para sua complexa ontologia, para a dimensão emblemática, seminal, singular, radical e fundante de suas estruturas tectônicas e de suas latitudes verbais e expressivas (BARBOSA FILHO, 2002, p. 315).

É bem verdade que este traço singular da escrita de Euclides da Cunha rendeu inúmeros trabalhos de crítica literária. É igualmente um fato, como também expressa Hildeberto Barbosa, que esta qualidade de estilo é uma ferramenta importante para a sustentação de seu perfil dupla-face de emblema e enigma do país. O percurso que o crítico executa desde as primeiras recepções do texto *Os sertões* demonstra que a discussão em torno do livro não ultrapassou o desejo de resolução sobre o gênero da obra, e assim o autor desenvolve críticas a Alfredo Bosi que considerava ser um prejuízo o exercício insistente de enquadrar *Os sertões* em um determinado gênero. Em reverso de Bosi, Barbosa Filho esclarece que pode até ser insistência por parte da crítica, mas não significa que não deva encarar o problema.

Logo como ponto de partida, Hildeberto Barbosa equipara a obra de Euclides da Cunha a *Casa Grande e Senzala*. A obra de Gilberto Freyre mantém em comum com *Os sertões* a conjunção feita entre ciência, filosofia e literatura. O que se segue, como já foi antecipado com a referência a Bosi, são outras restrições e questionamentos quando o crítico introduz mais alguns ensaístas. Obviamente que alguns autores souberam construir sua reflexão dentro de uma cadeia demonstrativa distante de uma retórica na análise que mais deixou vazios do que esclarecimentos. No entanto, Hildeberto Barbosa chama a atenção para a falta cometida por dois críticos: primeiro, Ronald de Carvalho,

---

<sup>14</sup> O ensaio tem como título *Historiografia e Esteticidade*. In: FERNANDES, Rinaldo. *O Clarim e a Oração* (2002).

por “não vislumbrar as possibilidades poéticas do estilo de Euclides da Cunha (2002, p. 322); segundo, José Aderaldo Castello, por mencionar *en passant* Euclides da Cunha, dando mais atenção aos livros antecedentes que demarcam mais as vertentes realista e naturalista, como por exemplo *Os jagunços*, de Afonso Arinos, e *O rei dos jagunços*, de Manuel Benício. Ao problematizar tais análises críticas e estranhar as restrições que fazem, cada uma ao seu modo, aos valores estéticos presentes no texto euclidiano, Barbosa Filho engendra sobre quais bases está construída sua linha de pensamento. É neste momento que se faz conveniente a menção ao texto “A arte como procedimento”, de V. Chklovski. No intuito de percorrer o caminho contrário ao de Potebnia cuja teoria advinha do núcleo “a arte é pensar por imagens”, Chklovski percebeu que ele desenvolveu dessa maneira suas ideias por não fazer a distinção entre a *língua da poesia* e a *língua da prosa*. A partir desta diferenciação emerge uma nova forma de esclarecer e compreender o procedimento artístico: “existem dois tipos de imagens: a imagem como um meio prático de pensar, meio de agrupar os objetos e a imagem poética, meio de reforçar a impressão” (CHKLOVSKI, 1978, p. 42). Para desmembrar melhor esta ideia, cabe neste momento o que Hildeberto Barbosa traz por fim na demarcação de todo o seu desejo de pesquisa, atestada nas mais variadas citações sobre a fortuna crítica de Euclides da Cunha. Segue, então, o arremate de seu ponto de vista:

Por esteticidade entendemos o conjunto daqueles fatores que fazem com que *Os Sertões* ultrapasse a chamada função referencial — obra ensaística que é — para se instituir, sem qualquer prejuízo para a veracidade dos fatos sobre os quais reflete e aos quais narra, enquanto autêntica obra de arte literária, isto é, obra em que a função poética coexiste, em perfeito equilíbrio, com as outras funções da linguagem (BARBOSA FILHO, 2002, p. 330).

Quando Barbosa Filho assina que *Os sertões* ultrapassam a função referencial da linguagem pela admissão da presença da esteticidade, sem comprometer que os fatos narrados sejam reconhecidos como verdadeiros, vê-se que nesta conjugação de equilíbrio está implicada a ideia de imagem como a instância provocadora de um determinado efeito. Ou seja, sobre a descrição de determinados acontecimentos do conflito em Canudos e da população que lá vivia, a esteticidade atua como responsável para despertar uma percepção particular dos fatos no ato da leitura. A função poética trabalha em busca de reforçar a impressão causada diante de uma visão, e não de um reconhecimento das coisas a serem narradas. Interessante e cabível é falar em

“reconhecimento” diante de um discurso que se viu fragilizado com armas científicas no encontro com o desconhecido.

O trabalho com a linguagem — para alguns críticos, marcada por um estilo barroco — é reconhecido, sem dúvida alguma, pela historiografia. Assinalando no final do ensaio este ponto, definitivamente o autor acerta. E no momento em que fala sobre como a esteticidade do discurso ultrapassa a referencialidade das coisas sem comprometer a veracidade dos fatos, está destacando essa construção singular de trabalho sobre as palavras escolhidas para preencherem a página. No entanto, isto não faz com que a função poética coexista “em perfeito equilíbrio” com a função referencial. E ao longo da discussão, logo mais a ser feita, também em torno dessa questão, ficará claro o porquê dessa noção de “equilíbrio” se mostrar com fragilidade.

Como já dito anteriormente, a ideia de reescritura como ressignificação está aliada, também como *resposta* ao texto euclidiano, às constantes vertentes analíticas de crítica cujo principal debate está centralizado na admiração inevitável, presente em todo leitor, pelo ponto de encontro entre o histórico e o literário. O romance de *A casca da serpente* pode ser pensado como um discurso que responde ao embate sobre o gênero do texto a partir de seu lugar assumido como ficção. Wolfgang Iser (2002), em seu ensaio “Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional”, postula que o mundo representado no discurso ficcional só está assim disposto pelo processo do fingimento. Ou seja, o mundo do texto de ficção só pode existir sendo diferente do mundo como é no empirismo da vida. Isto só pode ser possível através dos processos de seleção de elementos que habitam nesse mundo real e da combinação desses elementos, formando assim uma dimensão relacional realizada no imaginário da obra. Como a dimensão de mundo presente na obra não está remetendo ao mundo que de fato existe extratextualmente, o que permanece no fingimento é a atuação de um mundo *como se* fosse real. Segundo Iser, a partícula condicional “como se” de início já aponta para algo irreal ou impossível de acontecer; indica que “o mundo representado não é propriamente mundo, mas que, por efeito de um determinado fim, deve ser representado como se o fosse” (2002, p. 974).

O mundo fingido no romance de J. J. Veiga se inicia a partir do engano provocado de maneira volitiva, por parte dos canudenses, sobre os militares da derradeira expedição: apresentou-se um cadáver de um outro homem que não era Antônio Conselheiro para que as autoridades se conformassem e pusessem um fim ao violento conflito, enquanto que o verdadeiro chefe do arraial fugia com alguns

seguidores, adentrando o sertão. Pode-se dizer que o elemento iniciante da narrativa, sinalizador daquilo que está sendo representado é irreal, é a sobrevivência de Antônio Conselheiro para a continuação de uma nova comunidade, que embora com os mesmos habitantes de antes (vale dizer, aqueles que sobreviveram), as práticas entre a coletividade passam a ser “retificadas”. Ora, trata-se de um contra-diálogo pela própria formação do imaginário do discurso ficcional: *A casca da serpente* está inserida em um movimento oposto de confirmação de veracidade que *Os sertões* mantêm a partir tanto das garantias que advêm de anotações de uma testemunha jornalística, como das bases científicas inquestionáveis. Retoma-se, dessa forma, a noção de que a construção de um fingimento, para passar a atuar como se fosse o mundo, não ocorre sem sua condição de comportar uma consequência; uma finalidade para o texto ficcional. Esquiva-se o propósito de que esta finalidade esteja associada à intenção autoral. É bem verdade que o texto ficcional contém uma intencionalidade, só que provocada pela escolha de elementos retirados do mundo e combinados entre si. A intencionalidade não está comprometida com o significado do texto, uma vez que não é verbalizada:

a finalidade não entra na linguagem porque foi ela que se apresentou entre parênteses. Desta maneira os pontos arquimédicos do texto se afastam da verbalização e, na indicada abertura, se manifesta, pela configuração verbalizada do texto, a presença do imaginário (ISER, 2002, 984).

Sem engessar um sentido único para o texto, o discurso ficcional de *A casca da serpente* de fato apresenta uma intencionalidade. Ora, esta se configura justamente na própria construção de um mundo não-submetido à atividade de copista do narrador diante da realidade, como em *Os sertões*. O discurso ficcional da narrativa de J. J. Veiga se assume como tal por via de uma noção dialética: sua existência é verificada exatamente pelo que o mundo não é. Se a ficção apresenta mecanismos para demarcar não uma outra “verdade” sobre a realidade, mas os pontos fracos da verdade instituída, *A casca da serpente* experimenta um lugar de discurso contra a pretensão do texto euclidiano em comportar um significado fechado sobre o acontecimento.

Portanto, dentro do alinhamento de discussão sobre os estudos críticos, verificar-se-á diversas vezes a exaltação de um discurso que tem seu mérito pela fundação da nacionalidade, sustentada pelos caracteres da identidade brasileira. O louvor também parte pela via do livro atuar como denúncia de um crime cometido pelas próprias autoridades, reportando os horrores de uma guerra com a visão assustada de uma

testemunha e, conferindo assim, mais autenticidade ao que foi notificado e divulgado nos jornais da época, ou cinco anos depois, no amadurecimento da escrita.

Como já mencionado, a reescritura de *A casca da serpente*, em seu contramovimento ideológico, não pode e não deve cometer o desvio de evidenciar quais pontos da reflexão crítica, a serem debatidos logo a seguir a partir da apresentação de suas cadeias demonstrativas, fortalecem ou desconstroem aspectos ideológicos presentes na máquina textual de *Os sertões* mediante a via tensionada entre história e literatura.

### **1.1 Um recorte sobre algumas das primeiras recepções: José Veríssimo, Araripe Júnior e Moreira Guimarães**

Para apresentação das manifestações críticas fica sendo necessário que a primeira referência seja feita ao artigo de José Veríssimo redigido para ser publicado no *Correio da Manhã* em 3 de dezembro de 1902, mesma data da resposta de Euclides da Cunha ao que o crítico havia escrito. Segundo o autor, a consagração de sua obra e a possibilidade então aberta de ingresso na Academia Brasileira de Letras ocorreram em grande parte pela apresentação que Veríssimo executou na análise do grande livro. Assim foi expresso em carta de 12 de junho de 1903: “... ao senhor devo o favor da apresentação do meu nome, então obscuro, à sociedade inteligente da nossa terra, amparando-o com extraordinária generosidade”<sup>15</sup>.

É possível extrair da crítica de Veríssimo, indubitavelmente digna de ser reconhecida, a qualidade de o escritor reunir diversos títulos numa só obra: Euclides fora a um só tempo um homem de ciência, um homem de pensamento e um homem de sentimento. Afora os elogios feitos aos conhecimentos que conseguiu agregar, o crítico não demonstra empatia pela presença de termos científicos, nem com o que destes se sobressaem pelo efeito de gongorismo e de artificialidade. Logo em seguida se explica para desfazer o engano imediato de que suas palavras denotassem diminuição dos méritos que o escritor sinceramente merecia:

Mas este defeito é de quase todos os nossos cientistas que fazem literatura, até mesmo de alguns afamados escritores nossos, que

---

<sup>15</sup> In: CUNHA, Euclides da. *Obra Completa* vol. I.

mais sabem a língua, é quase um vício de raça, o qual no Sr. Euclides da Cunha, por grande que seja, não consegue destruir as qualidades de escritor nervoso e vibrante, nem sobretudo, o valor grande do seu livro (VERÍSSIMO, 2003, p. 47)<sup>16</sup>.

A partir das considerações de Veríssimo fica mais nítida a singularidade do campo daqueles que cultivam a um só tempo na máquina textual ciência e literatura. Ainda se vê melhor tal postulação quando se coloca em comparação ao lamento de Euclides sobre os homens de letras assumirem posições intelectuais com o desprendimento do domínio científico. O que o crítico delimita e esclarece, atenuando seu posicionamento severo sobre o estilo, é que tal “defeito” se via mais como tendência entre o grupo de homens de ciência quando ocupados no ofício de escritor de literatura. Ou seja, não havia desde então separação clara entre os dois discursos: os termos científicos, para Veríssimo, atuavam como “marcas” de uma formação intelectual as quais eram evidenciadas na literatura.

Entre os vários trechos de *Os sertões* que traz para, em seguida, apresentar seus comentários, fica evidente que de fato Veríssimo faria opção por uma linguagem mais simples, que não estava impelida a retirar de si “a força, a eloquência, a comoção” necessárias para uma narrativa pronta a revelar as agruras de uma guerra sustentada apenas por mera intolerância da alteridade, só conhecida, é verdade, através das leituras acerca da mestiçagem nacional. Por isso, o que ressalta até o fim de sua reflexão está concentrado nas cenas desumanas da Campanha, importantes como provas inquestionáveis de um ofício descritivo de louvável caráter porque feito com a atenção minuciosa que só um grande conhecedor da geografia de nossa terra e técnico, para fundamentar na ciência a identidade da nação, mostraria ser capaz.

Na seleção de algum dos aspectos culturais que os sertanejos vivenciam, Veríssimo se ocupa da reflexão sobre as crenças, que assim como sua raça e, principalmente, por causa dela, também são consideradas mistas em sua organização. Segundo o crítico, a narrativa euclidiana concede ao leitor a convicção de que o misticismo de sua religião está fundado no Sebastianismo português, atestado pela

---

<sup>16</sup>In: FACIOLI, Valetim; NASCIMENTO, José Leonardo. (Orgs.). *Juízos Críticos*. Os Sertões e os olhares de sua época (2003). O célebre artigo de José Veríssimo está presente, ao lado de tantos outros que lhe foram contemporâneos, neste trabalho que reuniu a crítica editada pela Laemmert & C, por nome apenas *Juízos Críticos*, que por muito tempo teve parte dela inacessível aos leitores interessados no assunto.

transcrição de algumas quadras encontradas nas casas do arraial, e o estudo preliminar que apresenta sobre o homem foi essencial para a compreensão de como o “bronco tabaréu” conseguiu ao redor de si atrair para o fanatismo uma grande massa da população habitante de regiões próximas que demonstravam semelhanças na precariedade da vida que ofereciam. Afora as longas cópias de passagens da narrativa de *Os sertões* que José Veríssimo apresenta em seu artigo, porque talvez pensasse que estaria sob a sua responsabilidade a apresentação do livro para que o texto fosse bem visto e valorizado pelo público ou porque não dispunha de argumentos teóricos para reflexão mais aprofundada, o que resta são os pontos de reforço para o discurso ideológico de Euclides da Cunha pautado nas ciências naturais em voga: a glorificação do livro se faz pelo alto nível de estudo visto na tripartição do texto, sem a qual o acontecimento da guerra se tornaria privado de explicação legítima. “A terra” e “O homem” fazem de Canudos a soberana ratificação mediante o que oferecem como fatores determinantes naturalmente e, portanto, irrevogáveis.

Igual assombro pela qualidade do livro expressou Araripe Júnior. Saturado do que estava sendo publicado em notas de jornais diários e das obras que abordaram a temática de forma desinteressante, o livro euclidiano arrebatou-o depois do fim da primeira parte e do início da segunda. A elaboração dedicada com as palavras caracterizando seu estilo instigou o crítico às sensações nele despertadas durante as leituras de textos de Dumas ou de Eugênio Sue:

*Os sertões* são um livro admirável, que encontrará muito poucos, escritos no Brasil, que o emparelhem — único, no seu gênero, se atender-se a que reúne uma forma artística superior e original, uma elevação histórico-filosófica impressionante e um talento épico-dramático, um gênio trágico como muito dificilmente nos deparará em outro psicologista nacional (ARARIPE JUNIOR, 2003, p.56)<sup>17</sup>.

Outra comparação que o crítico tece para melhor traduzir o impacto que a escrita euclidiana nele causou está na homologia desta em relação aos romances de Walter Scott. Nas narrativas de lutas dos *highlanders* ou dos *rudes patrícios dos sertões* os leitores tanto estão diante de fatos verdadeiros, como familiarizados “com as suas

---

<sup>17</sup> In: FACIOLI, Valentim; NASCIMENTO, José Leonardo (orgs.) *Juízos Críticos: Os sertões e os olhares de sua época* (2003). A resenha de Araripe sobre *Os Sertões* foi publicada, em três partes, no *Jornal do Comércio* em 27 de fevereiro, 6 e 18 de março de 1903.

ficções poéticas”. Os conceitos de verdade, para Araripe Jr., estão situados nas observações atentas que uma alma de poeta demandava sem que dela fosse retirada toda a seriedade e qualidade de filósofo que foi Euclides da Cunha. O crítico não apresenta, portanto, qualquer sinal de delimitação entre ciência e literatura. Quando elege um ponto para discutir o método descritivo de base psicológica que o escritor lança mão em sua análise diante de grandes multidões, não sabe o crítico desfazer-se da referência a outro romancista, Dostoiévski, que executou tão bem esse encargo. Araripe Jr., ao invés das posições de Veríssimo em demarcar como falhas o peso das reflexões científicas, concentra-se mais em situar as impressões provocadas por *Os sertões* dentro do gênero de romance histórico, mesmo que ao mesmo tempo afirme amplamente que a realidade das guerras está sempre mais além nas afecções sociais quando comparada com a inventividade artística e suas descrições encenam os fatos históricos por cima do que se manifesta como imaginação. Se a objetividade do real se encontra em posição superior ao que poderia ser apontado como resultado da invenção, firma-se na crítica de Araripe Jr. uma reflexão demasiadamente confusa ao ponto de ficar evidente a ausência de uma delimitação daquilo que se constrói como fato ocorrido e do que se forma como signo da ficção. Está no desvio da presente discussão desconsiderar por completo o que pode haver de história dentro de um romance. O discurso ficcional comporta sim realidade: realidade social, realidade sentimental, com a ressalva de que se trata de um real desrealizado e realizado no imaginário (ISER, 2002). O embaraço crítico de Araripe Jr. se faz por seu artigo não dispor de uma cadeia demonstrativa cuja linha de pensamento seja a de demarcar até onde se espalha a ficção diante da superioridade da verdade objetiva.

A convergência que expõe com relação ao que José Veríssimo desempenhou em sua resenha se encontra nas cópias de trechos da obra, embora com o diferencial de tratar da análise dos aspectos de destaque da narrativa com reflexão mais demorada. Sua principal escolha se revelou no homem do sertão. Como ele mesmo admitiu, pode-se dizer que o *clou* do livro é o jagunço e sua gênese, que passa a conhecer mediante as palavras de “mais alto grau literário” de Euclides da Cunha. A ocupação prolongada da elaboração crítica sobre este tipo humano de terras desconhecidas acaba por endossar a linha discursiva que Euclides evidencia nas suas teorias determinantes referentes à *sub-raça* que ali habitava assustadoramente. Assim coloca Araripe Jr.:

O jagunço é um temperamento resultante das circunstâncias em que se conservam os sertões, em todas as gradações, desde o Calibã, o bruto inconsciente, que se move como uma máquina de maldade, até o matuto *mitrado*, o qual posto na orla da civilização, participa de ambos os feitos, semelhante ao centauro, essa bela expressão mitológica do homem intermédio (2003, p. 58).

A continuidade de sua análise explicita o comando desorganizado que os sertanejos apresentavam mediante as ações de João Abade, Macambira, Pajeú e Vila Nova, que não podiam demonstrar eficiência na composição do grupo pronto a enfrentar um combate por não serem ladeados pela civilização. Seu comportamento avesso era restrito ao determinante dos fatores naturais, do clima, provocando assim os erros das atitudes bárbaras. Ergue-se, pois, mais um liame do discurso crítico para corroborar as oposições entre o litoral e o sertão, ou seja, civilizados e não civilizados.

Para o lado dos militares Araripe Jr. direcionou sua análise majoritariamente ressaltando o heroísmo das tropas do governo e justificando sua violenta investida sobre o arraial pela determinação que diz fazer o “historiador da guerra de Canudos” — seu modo de referência a Euclides da Cunha — sobre o ápice de defesa atingido por um homem na sua fase psíquica e animal mais delicada. As ponderações feitas para explicação das práticas dos soldados não cessam com esta ideia. Ao contrário, se apresentam em continuação com postulações mais convictas:

Durante estes dois meses intermináveis Canudos é a obsessão de todos. Colméia do mal, aquele povoado, gera no espírito do soldado visões, quando não paralisa a sua sensibilidade transformando-o num autômato assassino (ARARIPE JUNIOR, 2003, p. 80).

Nesta manifestação crítica vê-se que não mais é bastante o credo cientificista mais específico da determinação natural. Não o é porque nem a doutrina da Ciência sustenta aportes que justifiquem o crime para aqueles que são vítimas e para os outros que cometem. Em seu lugar insurge um determinismo de outra ordem: o poder maléfico do feiticeiro Antônio Conselheiro, além de arrastar milhares de fiéis, entorna seu domínio sobre os militares, construindo sua própria desgraça na medida em que faz destes homens uma força de seres, ou melhor, de “autômatos”, destituídos de compaixão e do sentimento de união nacional tão almejada pelo projeto republicano, preparados para a contrapartida sem limites e sem a culpa ou a ressaca de uma atitude tomada pela intolerância do Outro. O que se depreende das tomadas críticas é o espaço

não ocupado para a discussão sobre o que Euclides demonstra como *re-visão* daquilo que é testemunha. A seleção de trechos do livro a serem analisados exclui as passagens não mais blindadas pelos ideais republicanos, embora na conclusão esteja arrematada a ideia de que a campanha de Canudos foi ação criminosa. Do ponto final do crime não havia como escapar. Possivelmente a ausência de pensar o revisionismo com debate aprofundado e não apenas inferido seja justificada porque cabia à crítica a tentativa de sustentar os escombros discursivos do poder, uma vez sendo também divulgadora dos valores sociais positivistas.

Dentro da reflexão que o crítico executa acerca da grande massa de seguidores surge como curto segmento do seu pensamento a referência às mulheres. Embora muito breve, Araripe Jr. não consegue deixar passar o pouco de dedicação analítica que Euclides da Cunha demonstrou no tangente à presença do grupo feminino na *Tróia de taipa*, relegando sua representação apenas como corpos de abrigo ao amor livre, isto é, sendo todas elas filhas de Deus, demonstravam fraternidade livremente a todos que as buscassem. Mesmo sinalizando a pouca menção descritiva que Euclides imprimiu em sua narrativa, o crítico eximiu-se igualmente de discussão mais prolongada. No contrário a esta tendência, o que fez foi criticar em poucas palavras o modo de vida das mulheres dentro do arraial, ressaltando os valores de uma sociedade republicana fundada no patriarcalismo: a liberdade na forma como se relacionavam com os homens suplantava violentamente a hierarquia feminina salvaguardada pela virgindade, pelo casamento e pela honra. Em passagem já conclusiva, ao resumir aspectos da obra, Araripe Jr. aponta, a parecer com um lamento, a falta de lirismo para com as mulheres de Canudos. No entanto, logo se conforma com a impossibilidade de idealizações dos traços femininos quando se tinha à vista crua imagem de indivíduos na mais precariedade apresentação física, exibindo-se terrivelmente como seres assexuados.

Disposta no meio de sua conclusão se encontra também a convicção do ato criminoso contra os conselheiristas. A resolução a que chega, depois de muito pensar a guerra, carrega a culpa não só dos militares ou do governador da Bahia, e sim de todos, cidadãos do litoral, crentes do projeto republicano, principalmente daqueles que embriagaram a imprensa com a criação discursiva de que aquele povo sertanejo, olvidado em seus costumes e em suas crenças, representava de fato uma ameaça à estabilidade do governo. O que sucede na leitura da conclusão de Araripe Jr. é o estranhamento causado por motivo de a resenha mostrar o desfecho apontando a culpa para todos os compatriotas, defensores ingênuos da propaganda republicana, ao mesmo

tempo em que ao longo de sua linha de pensamento reafirma os mandamentos doutrinários do novo regime. Estranhamento porque reflexo de uma contradição constituída como a prova cabal de que a crítica não possuía aparatos teóricos para pensar *Os sertões* nem como livro, e o que é pior, nem como acontecimento de nossa história.

O caso de Moreira Guimarães entra em cena com algumas ressalvas. Com a formação na engenharia militar talvez não fosse de todo impossível esperar que seu artigo se apresentasse em divergência às vagas elogiosas entornadas sobre *Os sertões*. No reverso de espantos causados pelo tratamento da linguagem e pelo conhecimento científico ali disposto, as palavras de M. Guimarães ao longo da análise não amortecem, tampouco amenizam o efeito cortante que causam em seguida ao que ele coloca: “Mas, ao que me lembra, ainda não se afirmou que esse belo trabalho é mais produto do poeta e do artista que do observador e do filósofo”<sup>18</sup>. As bases do seu pensamento apóiam-se sobre trechos de contradição do discurso de Euclides da Cunha. Resta então averiguar como estão fundamentados estes pontos contraditórios.

Um dos primeiros a serem descortinados, segundo Guimarães, está no fato irresoluto do leitor encontrar passagens no início da narrativa com afirmações de que “não temos unidade de raça”, para mais adiante se deparar com a certeza de que aquele tipo humano se configurava como “a rocha viva de nossa raça”. É bem verdade que neste caso se vê de fato o impasse, que será em outro momento discutido com mais afinco. No entanto, sua resolução se esgota pela explicação da encenação poética no texto que afasta de si as verdades do acontecimento. Por mais que reconheça a personalidade de “talentoso engenheiro” que foi Euclides da Cunha e por mais que tenha admitido sentir deleite durante o ato da leitura, estas duas opiniões não são suficientes para que seguisse com o vezo de glorificações da obra. Ao contrário, confessa logo sua discordância em fazer referência ao texto indicando páginas impecáveis de um relato de guerra. Ora, se cabe também à recepção crítica a produção de sentido do texto, fica claramente delineado que o repúdio ao que o discurso poderia

---

<sup>18</sup> In: FACIOLI, Valentim; NASCIMENTO, José Leonardo. *Juízos Críticos*: Os sertões e os olhares de sua época (2003). A resenha de M. Guimarães foi publicada no *Correio da Manhã* nas datas 3 e 4 de fevereiro, e 4 e 7 de março no ano 1903.

apresentar como formas literárias significava uma vontade de verdade ferida por construções imaginosas, as quais funcionavam como a engrenagem da desconstrução das legítimas, porque autorizadas, medidas militares apoiadas pelo governo. O que se entende pela resenha de Moreira Guimarães era o seu desejo como leitor de blindar *Os sertões* como um documento fiel, do qual se vissem expurgados todas as pulsões poéticas, para que fosse preservada a imagem de uma nação democrática.

Outro impasse que intenta resolver habita na incapacidade, referida por Euclides, dos canudenses assimilarem o funcionamento de ações políticas. Assim está disposto em *Os sertões*:

*Pregava contra a República; é certo.  
O antagonismo era inevitável. Era um derivativo à  
exacerbação mística; uma variante forçada ao delírio religioso.  
Mas não traduzia o mais pálido intuito político: o jagunço é  
tão inapto para apreender a forma republicana como o monárquico-  
constitucional.  
Ambas lhe são abstrações inacessíveis. É espontaneamente  
adversário de ambas. Está na fase evolutiva em que só é conceptível o  
império de um chefe sacerdotal ou guerreiro (CUNHA, 1995, p.  
243)<sup>19</sup>.*

Moreira Guimarães acaba por se precipitar nas críticas, deixando evidente sua rigorosidade irrefletida quanto ao julgamento que faz da interpretação euclidiana. Diz sobre a observação equivocada de Euclides da Cunha em ter afirmado a um só tempo que os canudenses estavam reunidos contra a República e sua organização “não traduzia o mais pálido intuito político”. Faltou ao crítico mais atenção nas palavras seguintes, através das quais se percebe que a linha de pensamento de Euclides se pautava sim na existência da luta contra o governo republicano por parte dos conselheiristas, no entanto sem comportar o que para o litoral era movimentação política, por motivo do comando estar nas mãos de um sacerdote louco e fanático. Estava certo que pregava contra a República, no entanto, de modo enviesado e tosco, como só o misticismo assimilava.

Foi também parte desconsiderada de Moreira Guimarães o movimento de todo o texto para a construção da mudança de perspectiva: depois da consciência de que a constituição do arraial não teve o propósito de uma insurreição monárquica, não havia outro caminho a não ser ver, a partir das enormes proporções geradas, a guerra como

---

<sup>19</sup> In: *Obra Completa*. Vol. II.

um crime. Tanto fica clara a visão de um crime que logo em *Os sertões* se vê o acréscimo da ideia:

*Vivendo quatrocentos anos no litoral vastíssimo, em que palejam reflexos da vida civilizada, tivemos de improviso, como herança inesperada, a República. Ascendemos, de chofre, arrebatados na caudal dos ideais modernos, deixando na penumbra secular em que jazem, no âmago do país, um terço de nossa gente* (CUNHA, 1995,p. 244)<sup>20</sup>.

Entretanto, no lugar de abrigar uma reflexão sobre os avanços da intolerância dos poderes elitistas, prontos a apagarem as marcas de uma nação desigual, M. Guimarães expõe dedicação apenas nos pormenores de construções como “herança inesperada”, defendendo com isso que para o escritor consagrado de *Os sertões* os ornamentos da linguagem que pulsavam no arremate do efeito para a comoção na leitura sobrepujavam o sentido de suas palavras, suscitando ideias incompreensíveis:

Herança inesperada...Mas, por isso mesmo que o é, não se faz inesperada a herança. Compreende-se herança desconhecida, ignorada. Aliás, por essa liberdade de construir a locução de que me ocupo, poder-se-ia lembrar, por analogia, esta outra locução: certeza incerta (GUIMARÃES, 2003, p. 93).

A partir desta passagem em sua resenha, o militar Moreira Guimarães submete a dúvidas a formação científica e social que Euclides adquiriu, uma vez que parecia desconhecer o caminho que se constituiu naturalmente para a pátria republicana. Ora, a colocação do oxímoro entra em cena justamente para confirmar que a república sonhada estava longe daquela que se mostrou esquecida de sua atenção para com uma parte da nação, lembrando-se dela apenas quando se viu ameaçada na exposição de um falso discurso sobre igualdade de todos perante o novo regime político.

No que diz respeito às outras antíteses, construídas com tanto empenho no texto, M. Guimarães também expressa sua indignação e as desfaz para revelar em sua análise qual dos qualificativos no jogo dos contrários foi de sua escolha. No trecho da obra no qual está explícito que o embate contra a civilização poderia fazer Antônio Conselheiro caminhar tanto para a história como para o hospício, o que se segue na resenha é o

---

<sup>20</sup> In: Obra Completa Vol. II

fechamento de sua ideia: o beato “foi um nevrótico, um desequilibrado”. Se o posto em que Euclides situa Conselheiro é de oscilações, possivelmente o motivo esteja ladeado pelas alterações da visão de todo o cenário da guerra à qual assistiu com o dever fiel de registrar em seu diário de expedição. Como o autor de *Os sertões*, tamanho o valor de *mea culpa* que o livro carrega, constituiria estritamente no seu discurso o caráter do beato em cima da sua condenação como um louco? Se assim o fizesse estaria legalizando as investidas sobre os canudenses e afastando de sua obra a via discursiva que desvela toda a campanha como empreendedora da superioridade pelos encargos dos privilégios que a todo custo precisam ser resguardados.

Entende-se o posicionamento que Moreira Guimarães assume contra essas elaborações de qualidade dupla, embora que de forma contraditória. Se considera o livro sobretudo como obra de poeta e romancista na qual são desenhadas livremente os impulsos da imaginação, por que se debruçar tão ferrenhamente sobre as antíteses erigidas, segundo ele, por mero motivo de adorno lingüístico? O que se pode verificar a partir de suas críticas é que mesmo com a consideração de que *Os sertões* não passava de linguagem fantasiosa, ainda assim seu discurso abalava todo um projeto político capaz de provar sua firmeza diante de quaisquer enfrentamentos, embora fizesse uso de suas mais violentas armas. Por isso que não tarda em construir sua conclusão em cima da exaltação do militar, mencionado com louvor porque foi cumpridor de seu dever para defesa do país: “É cidadão, no sentido elevado do vocábulo. É todo amor à Pátria identificada com a República”. Enquanto o que restou de sua crítica foi apenas o vazio de sentido para a palavra cidadão quando referida aos habitantes de Canudos.

## 1.2 *Os sertões* como ficção para Afrânio Coutinho

O que preside o outro extremo das oscilações para classificação do livro de Euclides da Cunha é o artigo de Afrânio Coutinho, publicado originalmente no *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro em 12 de outubro de 1952<sup>21</sup>. Para melhor esclarecimento, o crítico admite de imediato que a proposição por ele desenvolvida foi primeiramente levantada por João Ribeiro. Sua defesa está pautada em tratar-se de uma obra ficcional, pois se o leitor dedicar observação comparada aos textos do diário de expedição, às

---

<sup>21</sup> In; CUNHA, Euclides da. *Obra Completa* vol II. (1995). Este artigo também faz parte do Estudo Liminar sobre *Os sertões*.

reportagens publicadas sobre o acontecimento e aos relatos dos militares sobreviventes ao massacre mútuo entre tropas e canudenses, ressalta-lhe o diferencial do estilo, resultado do ofício artístico que transfigurava tudo que se apresentava como fato na comprovação do real. É certo que se guarda pela ponderação ao afirmar que o valor do livro não se encontra no estudo sobre a terra, nem sobre as descrições das populações do sertão. O que se erige como domínio artístico está encenado nas grandes construções trágicas e em como estas vão se movimentando ao longo da narrativa da guerra. Por outro lado, acaba se perdendo em demonstrações inconciliáveis quando pensa estar fora de propósito a seleção de um aspecto da obra para servir de exemplo como teor literário: “Qualquer ponto do livro fornecerá matéria de intensa emoção artística” (COUTINHO, 1995, p. 63). Se qualquer passagem do texto *Os sertões* comprova sua condição de discurso ficcional, como está situado o signo da ficção, principalmente na primeira parte do livro em que se encontram com mais vigor as rédeas de um saber científico?

A um só tempo Afrânio Coutinho sinaliza sua convicção teórica no título de seu artigo, assim disposto “Os sertões, Obra de Ficção”, e já no segundo parágrafo antecipa, talvez para não se comprometer nos deslizos analíticos, comportamento que assumiu em vão, vale dizer, ser a obra euclidiana desses tipos “inclassificáveis”, se a ela for direcionado um esquema simplista para localizar o gênero. Outra dúvida se erige com relação à linha de pensamento do crítico: se o próprio título de sua resenha é a prova da bem sucedida reflexão que consegue escapar dos reducionismos classificatórios, por que mais adiante evidencia que na estrutura discursiva de Euclides da Cunha habitam aspectos do ensaio, do drama, da ficção e da poesia lírica, sem quaisquer explicações sobre como estão imbricados os variados *tropos*? Quando busca respaldo teórico em outros críticos para defender a premissa do caráter lírico do texto, nem assim encontra sucesso. Proclama erradamente citações de artigos anteriores, como faz com o exemplo de Araripe Jr.: “Mesmo a mulher não falta no livro, como acentuou Araripe Junior, uma mulher que tem também lirismo, mas que aparece *encharcada no lameiro sexual*” (1995, p.62). O que exatamente Araripe Jr. postula é quase ideia oposta: “Só lhe *falta o lirismo da mulher*. Mas esta, coitada, apareceu em Canudos apenas encharcada no lameiro sexual” [grifo nosso] (2003, p. 86). Embora o comentário feito pelo crítico suponha que houve este lapso para pintar a figura feminina, isto não indica obrigatoriamente a determinação de uma expressão lírica.

Outros trabalhos que enfatizam *Os sertões* como obra de ficção são apenas mencionados por meio dos nomes de seus autores, Eugênio Gomes e José Calazans,

sem que deles sejam demonstrados os métodos críticos acolhidos para discussão de tal ordem.

Finaliza o artigo discursando, sem apresentação de exemplos específicos, sobre a deformação de episódios antes de acordo com as anotações de seus documentos sobre a guerra. Envolve também como vítimas da transfiguração do real, agora transpostos para uma objetividade estética, os tipos sertanejos de maior destaque, defendendo sua funcionalidade como personagens que “*figurariam* de bom grado em um romance” [grifo nosso] (1995, p. 66). Na atenção à conjugação verbal: ora, sendo *Os sertões* um romance, como mesmo defende, não já figuram?

Enfim, conquanto seja constatado um salto temporal significativo entre a crítica do fim do século XIX e a da metade do século XX, vê-se ainda como os estudos de análise textual se encontram privados de um arcabouço teórico capaz de dar conta de uma complexa topografia textual como a de *Os sertões*. A não solidez das ideias tanto está presente nas suas malhas ideológicas, como estéticas. É preciso ainda percorrer outros trabalhos analíticos na busca de avanços interpretativos para que então seja viável sedimentar, endossando posicionamentos teóricos ou denegando-os, a defesa que aqui se propõe sobre a condição discursiva da obra euclidiana.

Dessa forma, caminha-se no momento para expor os pontos de acordo com outros trabalhos críticos acerca de *Os sertões*, evidenciando também a partir de quais proposições se divergem.

### 1.3 *Os sertões*: Fato e Fábula

Em continuidade, tomam-se as ideias elaboradas em *Fato e Fábula* (1999), de Lourival Holanda. Não é a intenção dissecar todo o texto no qual se vê o senso aguçado para a crítica que expressa seu autor. Trata-se na verdade de selecionar alguns pontos postulados e que se fizeram importantes para que fique melhor delineado o debate sobre a reescritura como ressignificação, além de promover a formação que aqui se desenha da concepção do gênero da obra euclidiana.

Pode-se dizer que o eixo da crítica elaborada por Lourival Holanda sustenta a ideia de que antes como palavras destinadas a meras anotações para um diário de guerra, o desejo da escrita, conjugado ao distanciamento dos fatos históricos, transfigura o real para o domínio da fabulação. Existiu o fato no registro de testemunho, mas é pelo movimento de criação literária, trabalho incessante com a linguagem, que o que se

passou diante dos olhos do jornalista assumirá diverso significado: a reviravolta que o narrador constrói, depois de ver fracassadas as esperanças do novo governo, só encontra espaço para sua inscrição nas páginas do livro porque agora é concebida pela via fabulística. O autor postula que a fábula permite a ficção do fato, e este foi o meio possível para arrefecer a complexidade do real. O que são considerados como fantástico, imaginoso, fantasmal, sobrenatural a partir da totalidade discursiva de *Os sertões* entram em cena para dar conta de acontecimentos diante dos quais a linguagem objetiva e realista se mostrou insuficiente para fazê-lo. Aliada a tudo isso está a combinação de formas históricas, psíquicas e literárias, “variante da poética *della meraviglia*, de rasgo tão tipicamente barroco” (1999, p. 15).

É com bastante rigor crítico discutido que o que era antes “inteireza ideológica” desconstruiu-se com o investimento lingüístico e com arranjo de imagens, caros ao modo literário de se apresentar discursivamente. Todo leitor é capaz de apontar no ato de leitura elementos recorrentes da aliteração, de construções verbais equiparadas a inteiros conceitos — como exemplifica o crítico a partir do trecho “a caça caçava o caçador”—, de anamorfose, quando a cena ou o objeto que se coloca à sua frente expõe sua imagem distorcida, tornando-se compreendida apenas se vista de outro ângulo. Aspectos estes capazes de conduzir à constatação de que o texto habita indubitavelmente a dimensão do literário. No entanto, deve-se ater diante da questão da não separação no estudo de Lourival Holanda entre a literatura e a ficção.

Ainda se vê como prática entre os trabalhos críticos atuais a indistinção entre história e ficção fomentada pelas belas-letas por estas ainda serem coordenadas pelos direcionamentos da retórica desde o Renascimento até o século XVIII. O que Luiz Costa Lima discute em *História.Ficção.Literatura* é que o termo literatura alastra-se por cima dos gêneros ficcionais, “sem se conceber que a história neles caiba — o que implica simplesmente reativar a distinção feita pelos antigos romanos entre *res ficta* e *res facta*” (2006, p. 382). Isto não faz com que sejam excluídos do seu domínio textos não ficcionais, como as autobiografias e as crônicas. Mas é imprescindível o esclarecimento de que a literatura torna-se desobrigada de associação, principalmente, a três vias: a primeira configurada na atualização do imaginário, a segunda seria o cuidado com a linguagem e, por fim, o reconhecimento do ficcional (LIMA, 2006). O ponto frágil em *Fato e Fábula* está em limitar os aspectos analisados, fazendo com que restritamente apareçam as figuras e os recursos recorrentes em textos literários e ficcionais, como ironia, vazios súbitos executados em seguida aos cortes narrativos, entre outros já

citados no parágrafo anterior. Sua análise prioriza majoritariamente os aspectos formais do discurso de *Os sertões*, simplificando uma questão que estava muito mais próxima da complexidade, porque envolvida por um panorama social e político regido pela crença no progresso por meio da ciência. É importante estar como ponto basilar das discussões acerca do livro de Euclides da Cunha o fato de que a legitimidade do discurso se fazia por razão de estar conformada com a doutrina científica. *Os sertões* se constituíram como símbolo, vale dizer, muito bem aceito pela comunidade de sentido formada no início do século XX, porque condizia moral e eticamente com a superioridade científica, mais até do que com o regime republicano, uma vez que a política estaria definida como parte dentro do processo coordenado pelas leis da evolução: a forma republicana era vista como naturalmente superior à monarquia.

Como já mencionado acima, o que foi antes registrado como acontecimento da realidade da batalha de Canudos, transcorrido seu tempo, se instaura agora como ficção por se guardar já longe do caráter imediato do desenvolvimento factual passado diante dos olhos de um correspondente de guerra. É certo que não se deve esquecer que o discurso registrado como mnemônico dispõe da pulsão criativa de seu autor, no entanto, tal pulsão em nada implica a caracterização do texto produzido como ficção.

A todo tempo no decorrer do estudo sobre *Fato e Fábula* percebe-se a referência aos termos “ficção” e “imaginário”. Tais referências se encontram apenas indiretamente discutidas. Indiretamente porque não há discussão dos conceitos possivelmente por inferir a compreensão, suscitando pontos de desacordo teórico em comparação ao que aqui será postulado.

As ideias a serem desenvolvidas ao longo do trabalho, estando em foco a reescritura como resignificação, estão convencionadas com a distinção que Wolfgang Iser (2002) executa entre realidade, ficção e imaginário. Esta relação ternária isenta o leitor da admissão do “saber tácito” destinado ao reducionismo da evidência de que realidade é aquilo que não é ficção e vice-versa. Ao invés, cabe primeiramente conceber que o discurso ficcional comporta sim realidade, como já dito antes. As realidades inseridas nos textos de ficção não se reproduzem igualmente ao seu funcionamento na vida. Transpostas aos textos são das automatizadas, deslocadas do estado de referência direta com o mundo, localizadas em seguida no imaginário da obra. Os atos de fingir de um texto ficcional, com seus processos de seleção de elementos do real, de combinação desses elementos e do desnudamento da ficção, implicam na fixação de um objetivo e isto faz com que o imaginário, por ter que abarcar agora as intenções do texto, se

coloque como diverso das formas a que está sujeito dentro da experiência vivencial do indivíduo, em idealizações, projeção de ações, ou medo de uma dimensão fantasmal. Sendo própria do domínio do imaginário sua caracterização como algo amorfo e indefinível, posterior à transgressão de limites no ato de fingir, ele se desgarra de sua posição incapaz de ser nítido, para receber seu predicado de realidade e daí, obviamente, realizar-se. Tem-se agora a irrealização do real e a realização do imaginário.

Lourival Holanda aponta em *Os sertões* a recorrência de elaboração narrativa, concernente a determinados acontecimentos, carregada da eloquência da língua de que fazia uso Euclides da Cunha. Em muitas dessas passagens o narrador carrega nos efeitos das palavras o que vai descrever sobre a atuação do jagunço no combate:

*[...] à beira do fosso terrível e atirando, atirando, atirando sempre, despiado, terrível, demoníaco, num duelo de morte contra mil homens!*

No tangente a este trecho específico, o crítico explica:

Temor e atração do demoníaco: a profusão, o efeito de multiplicação e complexidade do real. Demoníaco é, nessa configuração, aquilo de que não se tem domínio, sob um nome ou um conceito. Daí porque Lope de Vega ou Barleus vão ver como demoníaco ou/e anômico o espaço novo da América. Aqui o fascínio pela alteridade vem no registro da estranheza.

O imprevisível alça o real à dimensão de ficção — porque escapa ao comum da convenção. Aos jagunços a queda final de Canudos “aparecia-lhes aos olhos como se fora uma ficção estupenda” (HOLANDA, 1999, p. 29).

Vê-se que neste caso o imaginário em questão se mostra de outra forma: trata-se de uma construção que o sujeito executa comumente quando diante de um fenômeno diverso daqueles vivenciados ou testemunhados normalmente. O narrador não consegue conter o espanto frente aos esforços surpreendentes que o jagunço pratica contra mil homens armados. É antes aqui o medo do inesperado, do que a preparação de seleção e combinação de elementos para que no ato de fingir façam com que o imaginário se realize.

É certo que o artifício de burilar a linguagem está em todo texto, no entanto se mostra mais exposto exatamente nos trechos em que o arcabouço científico não se coloca como suficiente para que sejam descritas as cenas da batalha. Ou seja, como justificar pelas leis deterministas biológicas, raciológicas, que aquele povo bárbaro,

distante da moderna vida social de avanços técnicos, resistia fortemente, legitimando sua grandiosidade bélica nas três primeiras expedições e estendendo a teimosia à rendição na quarta e última investida dos militares? O que Euclides opera para descrever o imprevisível aos seus olhos está vestido de construção retórica, mas que não toca na construção ficcional. O discurso anteriormente fechado e inteiro, munido também para ir ao encontro da batalha contra os “bárbaros” sertanejos, agora pelo distanciamento se encontra minado de lapsos, de certezas decaídas. Não só o imprevisível exige que os espaços vazios deixados pela ciência sejam preenchidos com belos arroubos de linguagem, como também o que se apresenta como desconhecido. É mencionado que o espaço da América, por fugir dos domínios conceituais europeus, por se formar como outra realidade diante de suas observações era encarado como demoníaco. Por conta do signo da ficção ter sofrido o veto discursivo porque não obedecia aos parâmetros de verdade, passível de ser verificável, as crônicas de viagem se encontravam dentro de um campo social complexo. Como estava demasiadamente distante do leitor aquele mundo representado nos relatos, tornava-se-lhe impossível atestar como verídica ou não uma realidade totalmente diversa da sua representada por meio dos signos lingüísticos. No entanto, isto não faz com que sejam denominados de ficcionais os documentos de viagem. Como fundamentou Luiz Costa Lima em seu artigo “O Transtorno da Viagem”, o excesso de linguagem para a caracterização das coisas dispostas nessa inédita realidade esteve proposto como um meio de despertar no leitor o interesse e o convencimento necessários para que do discurso se fizesse a defesa de uma verdade. Afinal, as coisas descritas de fato existiam. Com a ressalva de que foram carregadas de adjetivações para significar o deslumbramento diante da alteridade (1992).

A problemática se prolonga. O espaço reservado à ficção

surge como uma instância crítica que não pretende propor uma verdade outra, mais densa e mais abrangente que a verdade que entretanto questiona [...] a crítica processada pelo ficcional atua [...] ressaltando os pontos fracos e insuficientes da verdade constituída (LIMA, 1992, p.54-5).

Sendo *Os sertões* uma estrutura discursiva simbólica que encenou o desvelar do novo sistema de poder, como já dito anteriormente, sua diferenciação de um discurso ficcional se fixa exatamente em outra questão: a organização em que é posto seu discurso apóia-se numa vontade de verdade, sempre salvaguardada por um saber

instituído. Vontade de verdade, que como coloca Foucault, relacionada “ao modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído” (2006, p.17). Este saber era a ciência: cabia a esta área do conhecimento propagar a divisão de padrões sociais mediante as ações que obedeciam às teorias biológicas e de raça. Um texto propriamente de ficção escapa da prática de selar acordos com o poder estabelecido, principalmente se sua constituição estiver enredada na construção de um antidiscurso da ideologia. Mesmo pinçando aspectos que sinalizem a *re-visão* inscrita no discurso euclidiano, estes ainda se viam envolvidos pela dimensão científica, reguladora da comprovação dos fatos. E assim foi caminhando a construção de um livro que passou a ser visto como obra fundante da identidade nacional.

Bom proveito se encontra em continuidade na observação da disposição de vazios figurativos em alguns capítulos da obra. A análise rodeia um dos últimos momentos da narrativa, o que toma por título “Canudos não se rendeu”, com atenção maior para o uso das reticências. Assim está em *Os sertões*:

*Vimos como quem vinga uma montanha altíssima. No alto, a par de uma perspectiva maior, a vertigem...*(1995, p. 513).

Em *Fato e Fábula* está a reflexão:

O dissenso euclidiano — suas frustrações com o rumo da república — se diz no encarecimento da catástrofe de Canudos [...] É pois possível que as figuras do vácuo, das reticências reenergizando a ordem do discurso, do hiato, do parêntese, operem uma exteriorização de um processo interno. A ser assim, o que foi interdito a nível discursivo, volta refigurado aqui (1999, p.77).

Não há negação de que verdadeiramente as reticências e o silêncio por elas provocado que fica agora ressonante no leitor diante das últimas páginas fazem parte da frustração pelo recebimento de uma “herança inesperada”, para falar da república, como desabafa o narrador. No entanto, a privação discursiva pela qual passou o narrador quando ainda correspondente de guerra, antes do afastamento do quadro a ser contemplado, não pode ser encarada quando livre, para sua mais alta expressão no seu direito de retorno narrativo, como refigurada no sentido do nível ficcional. A refiguração como signo da ficção seria abarcada pelo imaginário quando se realiza no fingimento. O imaginário em *Os sertões* não encontra realização porque não foi

determinado a partir da reciprocidade entre sua dimensão, o real e aquilo que é fictício. As reticências no texto atuam como instrumento retórico para a pontuação de um discurso que agora abrigava a sensibilidade e o estigma, vistos também pelo alargamento da perspectiva que de tão vertiginosa convida o leitor ao fechamento do livro, no intuito de livrá-lo da imagem retardada do crime.

“A complexidade estrutural de ‘Os sertões’ metonimiza uma dada insatisfação com a realidade social” (HOLANDA, 1999, p. 86). Com efeito, esta questão central parece assinalar o núcleo de acordo da crítica de onde, seguidamente, partem as diversidades teóricas. Mas é certo que a análise da obra conserva este argumento desde as primeiras recepções do texto até as mais atuais reflexões sobre sua estrutura narrativa. No entanto, não será endossado aqui o ponto em que se vê que a descrição da realidade factual com tratamento polido de linguagem demude para o ficcional na representação desviada da corrente discursiva oficial, quando em outro nível é a própria obra de Euclides que opera ideologicamente seu *status* de verdade, atuando, entre outras maneiras, como sistema de exclusão. Houve a outra visão do passado quando sinalizou o cumprimento do crime pelas mãos dos oficiais. Porém, essa visão estava sustentada pelos mesmos artifícios marginalizadores demarcados nas variações de tipos raciais e nas oscilações entre o bom senso e a loucura.

Sendo assim, *Fato e Fábula* constrói uma via interpretativa que sobreleva o revisionismo do narrador de *Os sertões* por meio do trabalho com a linguagem estendida por uma visão de mundo barroca. A ficção se mostra por conta do campo do depois, pela fabulação do acontecimento desprendido do documento e ecoado apenas pelo silêncio dado como resposta a um discurso devedor da compreensão de uma realidade social. Pensar a reescritura como ressignificação proporcionará repensar o sentido desse revisionismo através da escrita ficcional de *A casca da serpente*. Cabe refletir até que ponto este aspecto de reviravolta se configura como um ponto engessado, porque inseparável da ideologia positivista de fim de século, e assim insuficiente para redimir o discurso do narrador, ou como traço estimulante, por onde justamente a releitura da obra se apóia para então se reerguer pela lógica da suplementação.

#### 1.4 *Os sertões*: dois livros em um

Walnice Nogueira Galvão certamente carrega o título de uma das personalidades críticas mais dedicadas à obra de Euclides da Cunha. Suas pesquisas contemplam variados temas referentes ao livro. Um exemplo de um dos seus trabalhos mais vigorosos está em *No calor da hora*, reunião que faz de artigos de jornais contemporâneos à guerra para analisá-los em seguida, dividindo-os em três tipos de representação do fato: a galhofeira, a sensacionalista e a ponderada. Outra produção sua que deve ser reconhecida com valor está em *O Império de Belo Monte*, panorama social, político e econômico que traça sobre a época para desenvolver sua reflexão sobre o arraial de Canudos, desde seus primeiros passos até a morte definitiva. Mas é no tocante à discussão que aqui se tem estabelecido sobre o caráter discursivo da obra que o pensamento crítico da autora entra em cena.

Publicado em *Gatos de outro saco* (1981), a seção “Ciclo de *Os sertões*” já traz em seu início a consciência de que o acervo crítico sobre a obra de Euclides da Cunha é marcado de um lado por avanços importantes, e do outro por pontos provocadores de novos problemas. É certo, como mesmo coloca a autora, que toda essa dedicação expressiva em amor ou ódio ao livro facilmente está em continuação ao juízo sobre a pessoa do autor. “Sua personalidade enigmática, sua vida marcada por tragédias incríveis, pode desavisadamente se insinuar sobre o leitor e a leitura” (1982, p.62). Daí é que Walnice Nogueira Galvão escolhe primeiramente fazer uma apresentação da formação do escritor, tanto em sua área mais pessoal, como intelectual. O desenvolvimento biográfico culmina no trabalho que vai exercer como correspondente de guerra para o jornal *Estado de São Paulo* sobre os conflitos no sertão baiano. Terminada a guerra em 1897, só após cinco anos é que surge o livro. O intervalo constatado foi preenchido com muita pesquisa em jornais e em outras fontes documentais que servissem a Euclides como diferentes vias para a compreensão do que ali se passara. A verdade é que se digladiavam a ciência vigente, sua formação republicana e o horror que testemunhou. Embate que permaneceu até mesmo na revisão que faz do acontecimento. Assim se coloca a autora sobre um dos pontos que mais foram analisados em *Os sertões* com o respaldo das teorias sociais do século XIX, o messianismo:

[...] estando o pensamento europeu ainda atordoado pelos efeitos das turbas desenfreadas da Revolução Francesa, Euclides vê-se frequentemente em dificuldades para explicar o desempenho inovador desses mestiços degenerados. Ao mesmo tempo que afirma e reafirma

sua teoria racial, vai mostrando a inventividade incrível dos canudenses, que desenvolvem sofisticadas táticas de guerrilha para enfrentar uma guerra de tipo convencional. Estas, ele admira e registra, sem perceber a contradição em que está caindo (1981, p. 81).

Toda uma linha de pensamento se forma no discurso com afirmações contraditórias e, por causa dessas tensões, é que, segundo Walnice Nogueira Galvão, se vê a possibilidade de dois livros em apenas um. A oscilação faz com que um livro apresente os canudenses como heróicos, resistentes, fortes; o outro é composto por uma caracterização sobre eles como degenerados, inferiores, anormais. As oposições se colocam bastante evidentes no ato da leitura. Ainda no início da narrativa sobre a luta, Euclides evidencia seu partido, representado pelas tropas militares, quando falando sobre os soldados, refere-se ao outro lado da guerra como inimigo. Porém, já no momento em que apresenta os sinais do fim do conflito expressa sua repulsa aos tratamentos dados aos canudenses capturados:

[...] *Tínhamos valentes que ansiavam por essas cobardias repugnantes, tácita e explicitamente sancionadas pelos chefes militares. Apesar de três séculos de atraso os sertanejos não lhes levavam a palma no estadear idênticas barbaridades* (1995, p.482-3).

O discurso simultaneamente abarca o desaplauso aos modos de punição dos militares para com os conselheiristas e resvala na saliência de sua visão “civilizada” sobre a alteridade: *apesar de três séculos de atraso* do sertão. Estes são apenas alguns exemplos do modo como o discurso está construído em cima de oposições que, por razão de estarem imbricadas, a resultante literária se forma, de acordo com a autora, a partir das figuras da antítese e do oxímoron. Dessa forma, a escrita euclidiana, pelo traço único de lançar duas ideias extremas, consegue imprimir a dramaticidade no texto.

Atenta-se aqui para o fato de que Walnice Nogueira Galvão não pára pelas confirmações das antinomias. Embora não aprofunde seu apontamento crítico, mesmo assim acrescenta:

Mesmo nas duas primeiras partes, antes de entrar propriamente no seu assunto de historiador da guerra, a descrição do meio geográfico e do homem que nele vive é concebida com *recursos ficcionais* dramatizantes. Os elementos naturais agem como forças vivas, o solo se contorce e explode, as plantas agridem com seus espinhos cáusticos, as águas se precipitam, as trevas saltam, o dia fulmina [grifo nosso] (1981, p. 81).

Com efeito, entende-se aqui o pensamento sobre um caráter duplo por identificar as oposições das ideias no texto. Mas é certo que ao demarcar o aspecto dramático do discurso nas partes que antecedem a luta, a autora não se debruça o suficiente na análise que exigia um maior prolongamento reflexivo, principalmente por sinalizar que a narrativa comporta recursos ficcionais. Ora, a partir do que aqui já se colocou sobre o ficcional, é possível verificar que na seção de “A Terra” o que Walnice Nogueira Galvão aponta como “recursos ficcionais” não é senão um trabalho bem executado com estilo sobre as palavras. Assim como ela mesma reconhece na expressão que utiliza para caracterizar a escrita, a “linguagem rebuscada” de *Os sertões* veste a descrição da natureza seca das regiões interioranas. Por exemplo, se lê em trechos como este: [...] *A pedra, aflorando em lajedos horizontais, mal movimenta o solo, esgarçando a tênue capa das areias que o revestem* (1995, p. 109).

Há que serem feitas algumas considerações importantes para a compreensão do método de análise de Walnice Nogueira Galvão. Para tomá-lo com descrição, o que a autora elabora parte de uma escrita que congrega o abalo da formação positivista, portanto republicana, com o que testemunha no calor da hora, manifestando seus valores humanistas. Daí Euclides conter o predicado, sancionado pela maioria dos críticos estudiosos da sua vida e obra, de estar firmado em um humanismo científico. O choque ocasionado pela simbiose se mostra nos recursos literários presentes no texto, como já dito anteriormente. E assim, a literatura atua como saída dos impasses ideológicos. O rendimento da discussão exige que se desmembre esta linha de pensamento.

É sabido que Euclides da Cunha, ao lado de Silvio Romero, foi um dos escritores mais influenciados pelas teorias de Herbert Spencer, a partir das quais se cunhou a expressão “antagonismo em equilíbrio”. A sustentação de oposições é afirmada pela constatação de ser a realidade bastante complexa para ser fundamentada em apenas uma verdade, ao invés do concebimento de verdades relativas. O filósofo inglês despertou as mais severas críticas de seus contemporâneos ao propor em sua obra *First Principles* a reconciliação entre ciência e religião, defendendo a possibilidade de que fossem reconhecidos pontos em comum entre as duas áreas do conhecimento humano (PALLARES-BURKE, 2005). O ponto inicial para a construção de sua teoria está calcado no processo de evolução que depende do equilíbrio de forças antagônicas em todo o universo. Os grupos sociais seriam testemunhas do progresso se ponderassem as forças de conflitos susceptíveis a acontecer em toda sociedade. Com possíveis

alterações de predomínio entre movimentos dissonantes, sem, obviamente, despencar para o extremo com uso de total violência — tendência nas sociedades fora desse caminho evolutivo —, as forças dos contrários vão percorrendo paralelamente até atingir um estado ideal de convivência.

A moderação, até onde era capaz de se manter “harmoniosa” entre movimentos e contra-movimentos, era o subterfúgio pregado pela ciência para o exercício do poder dominante. O pensamento científico pairava como uma entidade judicativa sobre as sociedades, parecendo garantir o abrandamento de forças exaltadas de um ou de outro grupo social que apontasse o mínimo de ameaça sobre o caminho promissor do progresso. A construção discursiva ostentava os sentidos de “equilíbrio” e de “harmonia” no intuito de sufocar possíveis estratégias de luta de vozes desprivilegiadas.

Até onde Euclides levou adiante os ensinamentos spencerianos talvez não se possa dizer estritamente na elaboração de sua escrita. Subjugar todas as antinomias construídas em *Os sertões* à linha do filósofo inglês pode se mostrar posicionamento equivocado, ou no mínimo, precipitado, como fica difícil, mas não de todo impossível, delimitar quais antagonismos estão dispostos dentro do equilíbrio viável previsto pela teoria. Porém, nas duplicidades descritivas, tais como o sertanejo era um “Hércules-Quasímodo” ou Antônio Conselheiro poderia ter ido tanto para o hospício, como adentrado pela porta da História, verifica-se numa análise mais demorada a impossibilidade de separação que a significação da expressão provoca. À construção mítica culminada na expressão acima citada antecede a elaboração dos contrários que se deixam ver diante de um exemplo da raça sertaneja:

*O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral. A sua aparência, entretanto, ao primeiro lance de vista, revela o contrário. Falta-lhe a plástica impecável, o desempenho, a estrutura corretíssima das organizações atléticas (1995, p. 179).*

A figura do homem que aparece primeiramente no trecho narrativo deste capítulo vai se revelando mediante a apresentação de suas antíteses. Sua força fica agora possível de ser confirmada pela consciência concessiva: o heroísmo de um povo que resistiu às agruras da guerra, apesar de ter modo de vida tão penoso; apesar de ser formado por uma sub-raça; apesar da cultura bárbara. Em contato com seu meio, não há meios de conter seu ímpeto dentro dos caminhos repletos de obstáculos naturais que a natureza oferece. Montado em seu cavalo transforma-se a imagem em “centauro

bronco”; dois seres em apenas um. O que não escapa de uma leitura cuidadosa é que em vias do fim da reflexão do narrador no subcapítulo intitulado “O Sertanejo”, a impressão que o homem agora que lhe causa, estando ele desprovido de seu cavalo ou estando fora de uma situação conflituosa, retorna a conter o ponto de vista da ciência determinista que reconhece a pulsão no comportamento humano quando este colocado na familiaridade do ambiente que lhe abriga:

*Mas terminada a refrega, restituída ao rebanho a rês dominada, ei-lo, de novo caído sobre o lombilho retovado, outra vez desgracioso, e inerte, oscilando à feição da andadura lenta, com a aparência triste de um inválido esmorecido* (1995, p. 181).

O caso aqui se coloca bem delineado para pensar a ideia do “antagonismo em equilíbrio”. O discurso do narrador neste subcapítulo deságua em reflexões que confirmem os contrários em questão. No entanto, não é possível operar a exclusão da perspectiva determinista que assina o desfecho do seu pensamento.

Como anteriormente foi dito, existe de fato uma impossibilidade de separação entre ambos os qualificativos. Daí é que se apóia a ideia de Walnice Nogueira Galvão em pensar o entrelaçamento das antíteses e a presença dos oximoros como a resultante literária no texto. O que faltou a autora foi um desenvolvimento melhor de sua tese para que a presença dessas forças contrárias não estanque no que lhes tem de literário. Existe sim a resultante literária, porém ela não se configura como uma resolução da oscilação entre duas ideias. Poder-se-ia dizer até que similarmente a ciência não “resolve”, e sim acata o equilíbrio entre a força hercúlea e a feiúra e monstruosidade do Quasimodo. O dogma científico bem-fada a *colisão* em *Os sertões*, para usar um termo spenceriano, dentro de uma esquematização discursiva que a coordena sob o comando, por sua vez, das ciências naturais vigentes no fim do século XIX e no início do XX. Por isso que se vê como acabamento que a figura “Hércules-Quasimodo” proporciona a ênfase do determinismo da natureza sobre o homem, visto no que se segue como mais um quadro antitético que encerra duas figuras distintas, ou como mesmo diz o narrador, dois “tipos díspares”, o jagunço e o gaúcho, este de *feição mais cavalheirosa e atraente* por ser filho na natureza carinhosa dos pampas.

A encruzilhada “loucura-História” também reserva para si um cuidado analítico. Como já destacou Luiz Costa Lima, tratar desta oscilação exige a menção à obra de Henry Maudsley, *The Physiology of Mind* (1876) e *The Pathology of Mind* (1877). O

crítico se debruça sobre a tradução que Euclides da Cunha apresenta de “insanity and crime” para “bom senso e insânia”, esclarecendo que diante de um ambiente completamente mestiço, a medicalização dos corpos era premente, o que para Maudsley não se colocava como necessária. Longe de ser um problema filológico da tradução, diz Costa Lima, trata-se antes da questão sobre a construção do discurso. Para o psiquiatra inglês, o crime deve antes ser encarado como uma resultante falha da sociedade disciplinar. Entretanto, em *Os sertões*, o crime sai de cena no momento em que entra a elaboração dos antagonismos, “perde sua articulação majoritária com o social e é subsumido à categoria médica da insânia, de que é o subproduto contingente” (1997, p. 106). Como o projeto de escrita de Euclides da Cunha precisava sustentar a denúncia de violência sobre o arraial de Canudos, sua tradução está ciente do desvio que executa. Fazê-la literalmente implodiria o sentido de vitimização dos conselheiristas, desmanchando assim a enunciação do “crime”, mencionado como o estigma da nação — representada naquele momento pelo exército — apenas nas palavras finais do livro com a referência a Henry Maudsley. A forma disciplinar da sociedade civilizada, vale dizer evocada a todo tempo e em todo lugar quando se tinha a meta de impedir contramovimentos no novo governo republicano, deslocou o crime para o litoral, acentuando a culpa das práticas militares e dos discursos que as renunciaram com autorização.

Os dois extremos “História” e “hospício”, situados na mesma ideia, assim se constroem. Sobre Antônio Conselheiro está escrito:

[...] *Isolado, ele se perde na turba dos nevróticos vulgares. Pode ser incluído numa modalidade qualquer de psicose progressiva. Mas posto em função do meio, assombra. É uma diátese, e é uma síntese. As frases singulares da sua existência não são, talvez períodos sucessivos, de uma moléstia grave, mas são, com certeza, resumo abreviado dos aspectos predominantes de mal social gravíssimo* (1995, p. 203).

Antecedendo o ápice da imagem antitética, verifica-se que o trecho em destaque demonstra uma dimensão maior ocupada pela ciência que está longe de significar apenas a operação das ideias a serem culminadas pela resultante literária. Embora igualmente se reconheça o trabalho com a figura de linguagem, a questão suscita análise mais demorada. O discurso constrói a simbiose a partir do determinismo psíquico. Ora, aqui não há como haver o esquecimento de como o pensamento euclidiano está formado em cima das teorias de Sighele sobre o contágio executado nas massas. A multidão

recebe o contágio pelo que de atraente oferece o chefe e, por mais que este tenha a apresentar bons exemplos de conduta, é a perversidade que se expõe preponderantemente. Disposta desta forma, a personalidade de Antônio Conselheiro só pode ser analisada a partir da massa que a sustenta ao mesmo tempo em que é amparada por ele. Como foi dito, *em função do meio*, expressa uma disposição moral enferma e uma síntese. Nesta síntese é que estariam colocados o bom senso e a insanidade. Um impasse, possivelmente mais grave, se impõe no discurso do narrador: a oscilação “bom senso e insânia” anularia a predisposição do perverso que as massas contêm? Se afirmativa for a resposta para a provocação, então por que motivo, mais adiante, voltará a mencionar a oscilação do Conselheiro fazendo agora a fusão entre “facínoras” e “heróis”? O desvio da tradução agora renega seu propósito. A personalidade do líder do arraial pára indefinidamente nessa zona mental na qual não se pode nitidamente diferir os “gênios” dos “degenerados”, os “reformadores brilhantes” dos “aleijões tacanhos”. Contudo, o discurso que repousa no saber científico envolve a cadência de expressões antagônicas para sua elaboração conclusiva de que a não transposição da área oscilante faz com que o seu caráter exploda na revolta, motivada pelo misticismo que cultivara.

Como já foi esclarecido, entende-se o caráter duplo que o livro *Os sertões* comporta, segundo a crítica de Walnice Nogueira Galvão. Compreende-se igualmente que o impasse ideológico advindo da formação positivista presente no discurso do narrador, do desconhecimento sobre a alteridade ou do veio romântico debruçado sobre uma ideia de essência, finda pela elaboração sobre a linguagem, a partir da qual se reconhece a derivativa literária. Entretanto, tal caráter a ele direcionado não pode ser visto sem a suplementação da análise discursiva que a complexidade do texto euclidiano de fato requer. Os dois exemplos sugeridos pela autora foram aqui submetidos a uma reflexão continuada que foi evidenciando, a partir da desconstrução das expressões antitéticas, que a duplicidade do livro é apenas momentânea. No alargamento do foco de leitura percebe-se a envoltura em torno das ideias contrárias pela episteme científica. A dupla noção de oposições está prevista pelo pensamento de Herbert Spencer, cujo percurso faz com que permaneça velado o exercício do poder dominante autorizado no discurso da ciência e, ao invés, o jogo de antagonismo seja mantido com os comandos de equilíbrio imprescindível a toda sociedade que carregue o desejo do progresso. Um dos maiores discípulos do teórico inglês no Brasil, Euclides da Cunha expõe em sua escritura a ligação que mantém com seu mestre, não sem maiores conseqüências, mediante os arroubos de marca literária. Por tal razão é que aqui não se permite a parada

neste aspecto. Fazê-la seria endossar o segmento ideológico contra o qual a própria reescritura de *Os sertões* se levanta.

### 1.5 *Os sertões* como terra ignota

O comentário aqui a ser feito sobre a crítica de Luiz Costa Lima não surge por último de maneira aleatória e sem propósito. É bem verdade que a linha da reflexão que se constituiu sobre os posicionamentos críticos acerca de *Os sertões* guiou-se pela sua culminância na referência ao seu mais dedicado trabalho à obra de Euclides da Cunha, *Terra Ignota* (1997). O livro se debruça minuciosamente sobre a construção do texto euclidiano, sem deixar escapar o aprofundamento em cima das teorias das quais faz uso direta ou indiretamente o autor. Com efeito, a partir da análise cuidadosa que é apresentada por Costa Lima sobre as correntes de pensamento que atuaram como vetores importantes da formação intelectual de Euclides, pode-se compreender que, por acolher diversos autores, não seria difícil identificar embates de ideias ao longo de sua escritura sobre a guerra de Canudos. Claramente perceber-se-á que a reflexão aprofundada sobre as correntes científicas em *Terra Ignota* ultrapassa os objetivos de apenas revelar o pensamento em vigor no final do século XIX e no início do XX. A postura do crítico vai além: a atenção assinalada nesta contextualização da epistemologia das ciências e das filiações intelectuais evidenciadas em Euclides da Cunha atuam em seu método analítico para a demonstração de que apesar de conter dois modos de narrar, o descritivo e o de articulação imagética, o discurso de *Os sertões* não comporta a equivalência desses modos, explicitando o absolutismo científico. Para que fosse endossada a posição de Veríssimo e Araripe Jr., por exemplo, sobre o aspecto duplo do livro, seria necessária a constatação de marcas similares dos lugares reservados para ciência e daqueles reservados para a poesia (LIMA, 1997).

Pode-se apontar como ponto de partida para a construção da cadeia demonstrativa de Luiz Costa Lima um sinal que já se coloca no próprio título: a terra é antes de tudo *ignota*. O vocábulo, com suas variações de gênero, aparece exatamente oito vezes no texto euclidiano, sendo cinco localizadas no ciclo de “A Terra”. A associação passa por esta palavra com o sentido do que é *desconhecido*. Porém é preciso voltar ao étimo latino *ignotitia(ae)* para entender que este desconhecimento toca antes o sentido da ignorância. Como manter a permanência invencível do modo descritivo de narrar, marcado pela crença de domínio total do objeto observado, se o que se colocava

à frente do narrador não cabia nos apontamentos científicos admiravelmente cultivados?  
No trecho em que a palavra é referida lê-se:

*O regime desértico ali se firmou, então, em flagrante antagonismo com as disposições geográficas; sobre uma escarpa, onde nada recorda as depressões sem escoamento dos desertos clássicos. Acredita-se que a região incipiente ainda está preparando-se para a Vida: o líquen ainda ataca a pedra, fêcundando a terra. E lutando tenazmente com o flagelar do clima, uma flora de resistência rara por ali entretece a trama das raízes, obstando, em parte, que as torrentes arrebatem todos os princípios exsolvidos (...) sem impedir, contudo, nos estios longos, as insolações inclementes e as águas selvagens, degradando o solo. Daí a impressão dolorosa que nos domina ao atravessarmos aquele ignoto trecho de sertão — quase um deserto— quer se aperte entre as dobras de serrinhas nuas ou se estire, monotonamente, em descampados grandes... (1995, p. 115).*

De imediato se vê que o arcabouço do conhecimento normativo se desmonta no reconhecimento de um antagonismo quanto ao que prescrevia o saber científico. O quadro natural dos sertões desafia o que já se mantinha instituído como verdade, uma vez possível de ser comprovada pela submissão aos instrumentos dominantes das teorias em voga, indispensáveis na atividade de um copista. Neste momento da narrativa se constitui uma manifestação como consequência daquilo que por tanto tempo foi ignorado: não só o lugar daquele Brasil central, como também os habitantes que formam aquele lugar. O espaço do sertão exerce em dobro o impacto no narrador viajante. Primeiro, na expectativa criada previamente ao contato com os caminhos árduos daquela região. E em segundo, na sensação de perplexidade pela fuga do objeto observado diante do referencial científico. Como sanar esse vazio epistemológico?

No encontro intranquilo entre o narrador e o domínio do ignoto verifica-se o aparecimento de ornamentos que mostram seu exercício a partir de uma “moldura” no discurso. Estas bordas onde se localiza o lugar do literário em *Os sertões* só surgem no texto “quando a matéria que as move inclui alguma coisa que ainda precisa ser conhecida” (LIMA, 1997, p. 143). É dessa forma que a linha de pensamento do crítico vai caminhar: destituindo o título de *status* duplo para o discurso de *Os sertões*, o que se observa do que é literatura no texto não ultrapassa sua atuação como moldura de uma estrutura discursiva pertencente à dimensão da história. Como já mencionado anteriormente, a permanência de classificação da obra como resultado da comunhão entre poeta e cientista estava relacionada a não separação entre a retórica das belas-letas, que incluía a história, e a noção romântica sobre a literatura, “diferenciada

enquanto expressão e exploração do infinito individual” (LIMA, 1997, p. 128). A construção do texto euclidiano, é preciso esclarecer bem, se dá por uma dominância do plano científico ao mesmo tempo em que acata a presença subalterna do plano literário.

No eixo desestabilizado das certezas, segundo Costa Lima, a condição do que é ignoto suscita o aparecimento de imagens, constituintes algumas vezes de um olhar ilusório. O intervalo espacial entre o viajante e o que é observado é a peça de engrenagem para os arredondamentos líricos. Segundo o crítico, “o encanto depende da distância (1997, p. 145). Como exemplos escolhidos para análise, são lançados dois trechos de *Os sertões*. O primeiro caracteriza-se pelo instante da narrativa em que o copista admira a paisagem que se coloca à sua frente numa perspectiva longínqua:

*Esta ilusão é empolgante ao longe. Vêm-se as capelinhas alvas, que a pontilham a espaços, subindo em princípio em rampa fortíssima, derivando depois, tornejantes, à feição dos pendores; alteando-se sempre, erectas sobre despenhadeiros, perdendo-se nas alturas, cada vez menores; diluídas a pouco e pouco no azul puríssimo dos ares, até à última no alto...(CUNHA, 1995, p. 275).*

De início o narrador já introduz que o efeito do quadro descrito não é aceitável senão como ilusão. Imagem enganadora desfeita com a aproximação do andante ao que de longe lhe arrebatava pela impressão da paisagem. Esta belíssima construção imagética, entretanto, não sobrevive ao vértice constante de dominância ideológica expressa anteriormente à passagem citada. Segundo Luiz Costa Lima, o viajante de antemão admite a ilusão por já saber como tal fato pode ser explicado:

*A religiosidade ingênua dos matutos ali talhou, em milhares de degraus, coleante, em caracol pelas ladeiras sucessivas, aquela vereda branca de sílica, longa de mais de dois quilômetros, como se construísse uma escada para os céus...*

[...]

*As capelinhas, tão brancas de longe, por sua vez aparecem exíguas e descuradas. E a estrada ciclópica de muros laterais, de alvenaria, a desabarem em certos trechos, cheia de degraus fendidos, tortuosa, lembra uma enorme escadaria em ruínas (CUNHA, 1995, p. 276).*

A atuação, pode-se dizer “temporária”, destes recursos imagéticos traduz uma dissidência discursiva. Em *terra ignota* é referida a existência de uma “disposição principal” em *Os sertões*, dentro da qual se percebe o encadeamento dos fatos fundamentados no determinismo social, que é ladeada por fatores que dela se afastam,

não sem deixar de afetá-la. Daí é que se pode verificar a existência de uma *cena*, na qual estarão dispostos os operadores científicos, e de uma *subcena*, lugar descontínuo de congregação de imagens, escoimadas pela orientação narrativa maior. É dentro da *subcena*, por motivo da sua constituição, que a máquina da *mimesis* apresenta seu funcionamento, ou seja, “opera por superar as semelhanças em que de início se apoiou, para que então faça emergir uma imagem final em que domina algo incompreensível do ponto de vista das categorias apenas perceptivas” (1997, p. 191). Assim é possível analisar em outra passagem de *Os sertões* selecionada por Costa Lima:

*Volvia em volta o olhar para abranger de um lance o conjunto da terra. — E nada mais divisava recordando-lhe os cenários contemplados. Tinha na frente a antítese do que vira. Ali estavam os mesmo acidentes e o mesmo chão, embaixo, fundante revolto, sob o indumento áspero dos pedregais e caatingas estonadas...Mas a reunião de tantos traços incorretos e duros — arregoados divagantes de algares, sulcos de despenhadeiros, socavas de bocainas, criava-lhe perspectiva inteiramente nova. E quase compreendia que os matutos crendeiros, de imaginativa ingênua, acreditassem que “ali era o céu...”. O arraial, adiante e embaixo, erigia-se no mesmo solo perturbado. Mas vistos daquele ponto, de permeio a distância suavizando-lhes as encostas e aplainando-os — todos os serrotes breves e inúmeros, projetando-se em plano inferior e estendendo-se, uniformes, pelos uadrantes, davam-lhe a ilusão de uma planície ondulante e grande (CUNHA, 1995, p. 117).*

Novamente a inserção de um quadro ilusório. A alternância brusca da paisagem surpreende o que estava previsto a entrar no plano descritivo. Ao invés, o que se insinua nesta encenação dramática é a explosão de imagens. Segundo o crítico, é exatamente neste ponto circunstancial que a máquina da *mimesis* é introduzida e oferece o poder de afetar a dimensão normativa no discurso. A dominância científica, por sua vez, reage pelo julgamento de que tal ilusão só pode ser compreendida mediante a consideração da ingenuidade e da crença tosca do sertanejo. A ilusão advém precisamente do não encaixe da paisagem natural nas percepções já previstas pelo arcabouço de conhecimento geográfico. Violentamente transmutada quando o observador atinge o alto da Favela, só encontra apoio na narrativa no lugar flutuante do campo da *mimesis*. Ater-se neste ponto, no sinal da justificativa literária, seria acolher o risco de cair em contradições, uma vez já mencionado que o lugar reservado à literatura estava na *subcena*, caracterizada pela submissão aos padrões recalcitrantes da verdade científica. Daí o mérito para a crítica de Costa Lima: a presença da ilusão é refém de um plano

mais forte. A “leitura da passagem mostra que, se ela foi concebida como ornamento, aí não se esgota. O que, por sua vez, decorre de que a presença da máquina da *mimesis* não se limita a servir de acesso a um material *a priori* recalcado e posto à margem (1997, p. 170).

É preciso, porém, repensar algumas considerações expostas em *Terra Ignota*. A divisão sobre o discurso apresentada por Costa Lima em “disposição principal”, que abarcaria o discurso da verdade científica, e “desvio”, instância susceptível aos arredondamentos literários, envolve a temática da *essência nacional*. Segundo, o crítico, se não houvesse a referência no texto euclidiano a esta ideia de elemento pré-factual das populações sertanejas, a denúncia presente na “Nota Preliminar” também não existiria. Classificar um povo como “a rocha viva da nossa raça” estimula a compreensão do leitor para endossar a ideia de que a campanha de Canudos foi mesmo um crime (LIMA, 1997). Até aqui se partilha do mesmo posicionamento. O ponto de divergência com relação à linha de pensamento exposto em *Terra Ignota* está na expulsão desse tema de essência, motivada pela ideologia positivista, uma vez que não admitia quaisquer elementos referentes à fantasia romântica. Ora, como já discutido anteriormente, a própria filosofia positivista previa uma comunidade universal pela composição harmônica de Estados-nação. A legitimação destes dependia também do bem sucedido caminho para definir suas idiossincrasias, seus mais delineados aspectos culturais. Mesmo se fosse dada a garantia de que o escritor não explorou a ideia com o intuito de mostrar consonância com o credo do positivismo, ainda assim tal elemento informativo sobre a consolidação de cada nação para promover o progresso deve ser levado em consideração. Portanto, esse mito de magma humano não se dispõe tão facilmente apenas no que é apontado como “desvio”, como defende Luiz Costa Lima. Admite-se a possibilidade de que em alguns trechos a máquina da *mimesis* pode atuar com esta noção de essência. No entanto, de antemão, colocá-la como pertencente à dimensão do “desvio” suscita atitude precipitada. Fazê-la implica, de certa forma, renegar irrefletidamente a tensão ideológica do fim de século entre a razão iluminista e o romantismo, correntes igualmente significativas no momento em que se ergue com vigor a filosofia de August Comte.

Outro ponto que merece ser analisado é o posicionamento indagativo de Luiz Costa Lima sobre a blindagem em que o próprio Euclides se coloca nos momentos mais fortes de denúncia em seu discurso sobre o parasitismo das sociedades do litoral. Assim expõe o crítico:

Em instante algum, Euclides se indaga sobre a dependência de seus juízos, de seus preconceitos de homem de litoral; muito menos que significaria tal relação com o parasitismo que veementemente denuncia. O tom taxativo de seu livro não discute as linhas divisórias de que parte. Entre elas, está a de que o narrador não participa dos vícios que aponta (1997, p. 196).

Faltou a reflexão do teórico e crítico sobre como era constituído o *locus* do intelectual nas cidades. Entenda-se aqui que este lugar engendra uma posição engajada do sujeito, o qual estaria apto a mediar as lutas do povo desprivilegiado com o poder do governo. Como já foi esclarecido, Euclides mesmo se considerava o “gênio da raça”, assim como classificava igualmente um dos escritores que mais admirou, Castro Alves. A voz do poeta surgia a partir de uma tribuna que lhe outorgava melhor lucidez para enxergar determinadas adversidades sociais. É realmente notável a ausência de uma discussão sobre como o escritor consegue escapar das práticas de parasitismo predominantes nos centros mais desenvolvidos. No entanto, compreende-se que por que haveria o narrador de fazer menção a tal atitude, se já era evidente a ideia de uma neutralização discursiva imanente ao lugar de enunciação do poeta? O tom taxativo de seu livro está em coerência com o que postula para a posição de um intelectual. Embora se saiba que tal atitude também configura manobras ideológicas, isto não faz com que seja obliterada a importância da consciência sobre este lugar do discurso.

O valor reconhecido sobre a crítica de Luiz Costa Lima vem imediatamente à verificação da construção minuciosa de uma cadeia demonstrativa bem estruturada, imprescindível para se fazer uma análise acerca de um texto de caráter tão complexo, como é o de *Os sertões*. Já foi aqui manifestado que o método teórico, não só crítico, vale dizer, que constrói ao redor da obra euclidiana serviu, no presente trabalho, ao longo dos períodos analíticos debruçados sobre vários autores que apresentaram reflexões significativas sobre o texto de Euclides da Cunha, como fundamento para a discussão das ideias sobre o caráter do livro. A convergência que se estabelece com Luiz Costa Lima está na separação feita entre os discursos da história, da literatura e da ficção. Afinal, não há equidade de dominância quando se verifica confluência discursiva:

Todo discurso, desde os anônimos do cotidiano, tem regras que o disciplinam e identificam. Genial, epigônica ou medíocre, toda obra tem uma inserção discursiva. Essas regras concernem a modos como

historicamente se considerava válida a articulação entre pensar e dizer, dentro de determinada situação comunicativa (1997, p. 206).

Portanto, há aqui uma concordância com Costa Lima em conceber que o que se identifica na *subcena* como ilusão, como fantasmal, ou como arredondamentos literários não podem ser reconhecidos como ficção. Embora se constitua como “desvio” da normatividade da verdade científica, essa insubmissão aos padrões da objetividade histórica não implica no fingimento de uma realidade. Mesmo como “moldura” ou “borda”, a literatura não existe em *Os sertões* como signo ficcional. Sendo o discurso guiado pela “vontade de verdade”, assegurada pelas práticas de um narrador copista, como comportar a ficção se esta se coloca como “perspectivização de verdades”? “É enquanto ficção e não peça didática que a literatura exerce um potencial crítico, sem, entretanto, se confundir com uma alternativa ao sistema social que critica” (1997, p. 189).

## **2.0 Algumas considerações: arremates para uma hermenêutica da literatura**

Conceber a resignificação de *Os sertões* exige de fato a discussão de todo o caminho aqui motivado em duas vertentes. A primeira delas está centrada na contextualização sócio-histórica da obra. Em um período sensivelmente marcado pelo panorama político de transição do sistema de governo monárquico para o republicano, o texto de Euclides da Cunha nasceu como símbolo da nação. Surpreendentemente ou não, o título é mantido com vigor até a atualidade. As duas posições serão aqui levadas em consideração: a surpresa sobre a permanência tangencia a indagação de como um discurso fundado na ideologia do positivismo francês conseguiu preservar seu *status* de “livro número um do Brasil”; a previsibilidade, por outro lado, aponta para a consciência de que essa dimensão aurática da obra convive infelizmente com uma retórica de celebração vazia a respeito do livro e assim como foi aceito nas primeiras recepções como monumento de referência grandiosa à pátria — fundando esta pátria que por si só não se sustentava —, a formação de um aspecto fetichista sobre o texto pode ser revelado, ratificando este significado superficial no presente contexto social. É certo que a denúncia do crime sobre a população de Canudos poderia ser vislumbrada como um ponto em comum entre ambos os posicionamentos.

No primeiro, embora haja a reflexão de que o discurso centraliza e domina através de uma visão embebida pela filosofia positivista, ladeada por teorias raciológicas e deterministas, a sua constância como objeto fundante da nacionalidade é motivada por ter revelado os bastidores de um governo que atuava pelo descaso com relação às populações do centro do país, distantes do efervescer desenvolvimentista.

No segundo, mesmo se constituindo como objeto fetichista, a consciência de que comporta uma narrativa do ponto de vista de uma testemunha de guerra existe de forma incubada, o que acarreta em poucas reflexões sobre este acontecimento histórico. Estas duas manifestações sobre o texto de Euclides da Cunha podem ser encaradas como sinais de recepção da obra, uma vez que são provas de uma configuração executada pela coletividade de leitores dentro de um contexto social.

O diálogo que *Os sertões* constroem com o receptor de seu discurso vai além da redoma interpretativa que põe em consideração apenas o contexto em que foi lançado o livro, cercado de um sucesso editorial sem igual comparação, vale sempre ressaltar. É importante o esclarecimento de que não se quer aqui negar a historicidade do texto. O desejo está sim em reforçar esta historicidade, no entanto como atualização discursiva. Para isso é que se colocou como atitude necessária a apresentação do panorama social e político do fim do século XIX e início do XX: primeiramente estiveram sob discussão as relações que a escrita euclidiana travou com a época de seu aparecimento, evidenciando que a popularidade do livro concedeu respostas a uma necessidade expressa pelo público leitor, a saber, a fundação de uma pátria. Se o livro se mantém ainda hoje como uma das escritas mais significativas de nossa formação cultural, é porque preenche também algumas demandas de uma coletividade. Permanece de fato para análise a pontuação de como se concretizam estas demandas e sob quais aspectos. Partindo deste fator de reflexão é que se pode verificar a importância que aqui se apresentou em discutir o caráter ficcional do discurso. É por meio da formação de um imaginário, do acordo entre autor, texto e leitor em aceitar um mundo *como se fosse* realidade, que as respostas requeridas por *Os sertões* podem ser compreendidas como indicadores ressemantizados inscritos em uma comunicação na qual é possível assinalar socialmente tanto o indivíduo, como grupos sociais (STIERLE, 2002). Desenhar o quadro histórico da primeira recepção do texto é entender o lugar do receptor deste texto e conceber a deslocação do texto através do tempo implica o entendimento de que a posição do leitor acaba por se apresentar como mais expandida, uma vez em consideração as manifestações críticas a respeito da obra desde sua publicação. De um

público que tomou em mãos o livro como a verdade sobre a guerra — sem eliminar desse discurso traços estilísticos que o aproximassem de grandes romances históricos —, escrita com domínio de saber sociológico, fundamentado em teorias deterministas, passa-se a uma recepção que já reflete sobre os aspectos estéticos e ideológicos do texto euclidiano e encontra o percurso para construir sua resposta crítica mediante o discurso ficcional: questiona a objetividade da narrativa exatamente pelo seu artifício de fingimento; pela impossibilidade de garantir a existência do mundo elaborado no texto.

Como a escrita de *Os sertões* expõe aspectos de desejo de que a leitura seja orientada por um discurso fiel aos fatos que ocorreram no sertão baiano, pensar a reescritura como ressignificação em *A casca da serpente* é conceber o *descentramento* da leitura como via contrária à noção clássica de origem, presença e estrutura centrada<sup>22</sup>, reforçando, dessa forma, a abertura do texto para a suplementação de sentidos, facultada pela posição do leitor que se vê agora como produtor da própria escritura que tem em mãos.

O encadeamento continuado do panorama da crítica literária, na forma como está delimitado, também prepara a discussão da ressemantização de aspectos estéticos e ideológicos dispostos em *Os sertões*. Fazer a apresentação de como alguns métodos críticos receberam o texto de Euclides da Cunha é pôr em consideração o fato de que a reescritura também se erige a partir dessas interpretações. Como grande parte dos ensaios críticos estão concentrados na questão sobre o caráter discursivo da obra, a seleção aqui desempenhada desses ensaios se mostra comprometida no debate a respeito de como esta temática pode ser inserida na reflexão sobre a reescritura. O embate entre o que se configura como estrutura discursiva da história, da literatura ou da ficção abre a perspectiva para o desejo mesmo da escrita de *A casca da serpente* em se firmar como contradiscurso ficcional, uma vez que atua na configuração indicadora de pontos fracos e, muitas vezes, insuficientes de uma verdade constituída.

O mapeamento da época em que surgiu a obra e das análises críticas do texto de Euclides encaminha melhor para uma compreensão de como se efetuam as representações no ato da leitura, provocando a transformação de alguns aspectos representados previamente e legitimando assim uma função social pela dilatação de

---

<sup>22</sup> O conceito de *descentramento*, formulado por Derrida, destaca o funcionamento da leitura intertextual, defendendo a não fixação de um significado fixo através de um jogo de diferenças. In: SANTIAGO, Silvano (1976).

interpretações indispensáveis para uma vida prática que expresse inconformidade aos discursos dominantes.

## Capítulo III: A reescritura como ressignificação

### 1.0 Por que a reescritura em *A casca da serpente*?

O caminho mais curto e, sobretudo, mais fácil para a iniciativa de responder à pergunta sobre por que se falar em reescritura de *Os sertões* poderia possivelmente se encontrar na máxima “o livro de Euclides da Cunha é um clássico”. De fato, como *clássico*, o texto permanece sujeito a inúmeros retornos, no entanto estancar nesta máxima, pode-se dizer demasiadamente desgastada pelo senso comum, não satisfaz a uma perspectiva mais crítica de compreender como se configurou e configura a recepção de uma das obras mais importantes da cultura nacional. A ideia que apresenta um diferencial nessa recorrência de classificação, e que se mostra como digna de cotejo com o propósito da análise crítica a ser feita, pode ser apontada dentro da reflexão de Italo Calvino. Acerca das produções textuais que ocupam o lugar de *clássico* o escritor coloca:

são aqueles livros que chegam até nós trazendo consigo as marcas das leituras que precederam a nossa e atrás de si os traços que deixaram na cultura ou nas culturas que atravessaram (ou mais simplesmente na linguagem ou nos costumes) (1993, p.11).

Porém, há que se fazer uma ressalva na reflexão do autor de *Seis propostas para o próximo milênio*. Calvino, ao solicitar mudanças nos currículos acadêmicos e escolares das disciplinas de literatura, deseja que nenhum outro livro tenha mais valor do que o clássico em questão: “nunca será demais recomendar a leitura direta dos textos originais, evitando o mais possível bibliografia crítica, comentários, interpretações” (1993, p. 12). Obviamente que se reconhece a importância do contato direto que o leitor tem com o texto valorizado como clássico, mas, por outro lado, deve-se admitir também, em reverso ao que diz Calvino, que a abundância da fortuna crítica faz parte de um conjunto de marcas que a leitura constrói ao longo do tempo, sem apagar a vivacidade da obra, contribuindo exatamente para o caminho contrário: a reafirmação constante de sua presença através de manifestações interpretativas. Como contraponto à ideia de Italo Calvino, João Alexandre Barbosa expressa bem essa noção de continuidade executada por trabalhos críticos. Na introdução do seu ensaio sobre o

estudo dedicado de Olímpio de Sousa Andrade acerca do livro euclidiano, o crítico expõe:

As verdadeiras obras, aquelas que jamais serão esgotadas pelo trabalho crítico, aquelas que, por serem assim verdadeiras e grandes, fazem deste mesmo trabalho uma tarefa bela nas suas limitações, são, para sempre, eixos imantados das obras de crítica verdadeiras (1980, p. 71).

Acaba por se constatar, então, que Italo Calvino apresenta uma reflexão contraditória quando defende que um livro pode ser considerado *clássico* se trazer a condição de comportar as marcas dos atos de leitura ao longo dos anos ao mesmo tempo em que esta mesma grande obra “repele para longe” — assim são suas palavras exatas — discursos críticos a respeito de si. João Alexandre Barbosa, em vertente oposta, assinala em *Os sertões* uma qualidade presente nos grandes textos: o eterno retorno às suas páginas atravessado pelas mais variadas correntes da crítica literária, cujos elementos eleitos para estarem sob análise, seja do ponto de vista estilístico seja do sociológico, corroboram com a pluralidade de seu discurso. Outras obras, como são sabidas, tematizaram a guerra no sertão nordestino sem alcançar o fenômeno de crítica e de edição que *Os sertões* conquistaram para si. Entre algumas são exemplos *Os jagunços* (1898), de Afonso Arinos, e *Última expedição a Canudos* (1898), de Dantas Barreto. Em extenso trabalho, com abordagens comparativas de análise sobre o livro euclidiano, Leopoldo M. Bernucci tangencia este aspecto questionando por que nenhuma obra que também se ocupou da narrativa sobre os acontecimentos em Canudos conseguiu permanecer com sucesso entre o público. O autor mesmo apresenta uma possibilidade de explicação:

A meu ver, uma das respostas seria a de que o discurso desempenha um papel primordial nas relações entre o livro e o leitor. Nos outros textos entretanto, essas relações não se dão devido à maneira pouco atraente ou convincente pela qual neles se faz a apresentação das situações humanas, da natureza e dos episódios da guerra. Estas relações que se operam n’*Os sertões* estariam sem dúvida ligadas à estratégia retórica adotada pelo autor. Entenda-se aqui, o discurso da persuasão, cujo poder de convencer supera o dos demais livros (BERNUCCI, 1995, p. 42).

Embora o crítico finalize em seguida que parte deste fenômeno de leitura vem de um “aparente controle” das leis científicas conjugado às investidas da imaginação, o que

se quer destacar de sua reflexão é que ele coloca em cena a relação texto/leitor. Existe verdadeiramente uma força retórica concentrada tanto na mudança de perspectiva sobre a guerra — e aí se enquadrariam as “situações humanas” com mais vigor —, como nos arremates estilísticos, construídos com muito esmero. O que fica difícil de compreender na linha de pensamento de Bernucci é como um discurso que acolhe descrições tão precisas da natureza, demonstrando ali um verdadeiro conhecimento de botânica e geologia, assim como também apresenta um profundo estudo sociológico sobre as populações que no centro do território brasileiro habitavam isoladamente, poderia ser “convincente” com apenas um “aparente controle” manobrado pelas teorias da ciência? Dentro da ideia de reescritura, é cabível e conveniente jogar agora a seguinte problematização como contraponto: diante de tantas ressignificações, muitas atuando como antidiscurso da ideologia, quais aspectos de um discurso “persuasivo” falharam no convencimento do leitor? Ora, não se quer aqui ignorar a função retórica do texto euclidiano, porém explicar os retornos à leitura de *Os sertões* pelo seu suposto caráter de forte convicção já é em si ideológico. Se possível, este argumento do caráter persuasivo se mostra como saída mais frágil diante de um contexto sócio-político atento para desconstruir as grandes narrativas que regem comunidades nacionais.

Com efeito, *Os sertões* carregam os matizes variados das interpretações que suscitou ao longo dos anos, desde sua primeira edição. E é preciso afastar-se do engano de pensar que a escritura euclidiana permaneceu restrita aos limites territoriais brasileiros. Apesar de retratar um acontecimento específico na história da nação, a composição textual dos fatos tangencia sensivelmente questões humanas universais concentradas na denúncia de violência ao Outro. É claro, como já dito e discutido antes, que a imputação do crime sobre a população de Canudos é construída em cima das bases do biologismo social, e a partir disso são importantes algumas ressalvas, como já foram demarcadas. Mas denegar a existência de um humanismo científico no discurso de Euclides da Cunha seria recusar a própria relevância de continuidade cultural do seu texto, uma vez que o desfecho da escrita provoca na sua brevidade de capítulo VII, intitulado “Duas linhas”, a incansável reflexão sobre a realidade do país quanto aos crimes das nacionalidades. Em termos formais, a última página que segue em branco após a exposição deste pequeno capítulo enche de vazio os olhos do leitor assim que são vistas as reticências. Euclides da Cunha parece convocar o desenvolvimento de análise social iniciado com as oposições entre “civilização” e “barbárie”, “litoral” e “sertão”. O efeito provocado no ato da leitura pesa em cima de dois eixos: as loucuras e os crimes.

As recepções indicam como os pesos são medidos: ora endossando a perspectiva sobre a alteridade diagnosticada a partir da loucura, sem o aprofundamento crítico que um episódio de violência requer; ora revisando criticamente aspectos ideológicos da época na denúncia do crime sobre Canudos. O fato que se quer destacar é que a máquina discursiva de *Os sertões* pode ser reescrita a partir de diversificados panoramas culturais, como mostra o diálogo estabelecido entre o sistema literário brasileiro e o romance do peruano Mario Vargas Llosa, *La Guerra del fin del mundo* (1981), e do húngaro Sándor Márai, *Veredicto em Canudos* (1970).

A citação destas duas obras convida para dentro da discussão algumas reservas a um ensaio de Leopoldo M. Bernucci (2007) sobre a importância do livro euclidiano. Entre o elenco de algumas obras citadas, como a de Márai e a de Llosa, o crítico seleciona *A casca da serpente* dentro de um grupo de romances “que devem a Euclides da Cunha grande parte de sua confecção. Seja qual for o juízo crítico que se fizer deles, estes livros estão aqui entre nós para testemunhar a pujança da influência de um texto seminal” (p. 301). É bem verdade que as releituras direcionadas ao texto *Os sertões* apontam para a vivacidade e presentificação de um discurso, daí a “pujança” de que fala Bernucci. Por outro lado, o crítico escorrega na sua colocação sobre estas ficções posteriores se firmarem como “devedoras” de uma escritura inicial. Não é à toa que é empregado o adjetivo “seminal” ao fim de sua reflexão: a linha de seu pensamento mostra que o livro de Euclides da Cunha se coloca como símbolo “paternal” das produções que tangenciam a temática do sertão nordestino. O autor do ensaio pode nem ter percebido a carga perigosa de sentido quando se utiliza de tais termos. Ou, ao contrário, pode ter desejado sustentar a noção de “valor” e “origem”, atraída pela figura forte e sempre mencionada do autor de uma das maiores obras brasileiras, sobre o discurso de *Os sertões*. Encarar as reescrituras como ressignificações é destacar a renovação de um texto nos mais diversificados contextos sócio-históricos. O que faz de *Os sertões* um clássico não é a condição de ter sempre escritas “devedoras” de sua temática, e sim de provocar, no ato da leitura, diferenciadas representações ao longo do tempo, reafirmando incessantemente sua atualidade.

Apontar obras como *La guerra del fin del mundo* e *Veredicto em Canudos* sugere uma discussão mais promissora no sentido de que entra agora em jogo a apropriação de memória de uma outra comunidade nacional. Evidencia-se, dessa forma, o devir do apagamento de fronteiras territoriais de que fala Homi K. Bhabha:

O que é teoricamente inovador e politicamente crucial é a necessidade de passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais. Esses “entre-lugares” fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação — singular ou coletiva — que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria idéia de sociedade (2005, p. 20).

As reescrituras, em suas ressignificações do texto de *Os sertões*, atuam no contramovimento da ideia de “fundação” da pátria neste sentido a que Bhabha se refere quando menciona “subjetividades originárias e iniciais”. A dinâmica travada entre sistemas literários diferenciados em suas realidades sócio-políticas específicas demonstra o acordo comum legitimado na resistência em favor da construção de novas formas de significações do sujeito, afastadas de noções fixas determinadas por ocupações dominantes de poder. O diálogo intertextual entre produções de diferentes panoramas culturais comprova a existência de um trânsito enunciativo que em si já põe em xeque a voz “autorizada” do passado que elege os valores do “nacional”. Isto porque a própria concepção de “nacional” pode sugerir um conceito de “identidade” a serviço do imaginário político que faça a manutenção do poder de *centro* no Estado-nação (PERRONE-MOISÉS, 2007). É certo que dentro do amplo quadro da globalização, no qual se vêem, cada vez mais intensamente, quebras de fronteiras para o estabelecimento de relações comandadas pelo capital e pela troca de informações, novas formas de “nacionalismos” estão sendo disseminadas para proteção cultural de cada território. O que aqui se postula como enfraquecimento de limites entre os países não deseja indicar a obliteração de traços e costumes que caracterizam uma nação, e sim a facilidade para serem postas em vigor práticas supranacionais, munidas desse sentido invocado por Homi K. Bhabha de “colaboração”. As reescrituras de Llosa e de Márai, exemplos aqui colocados, exibindo o diálogo com uma realidade que não pertence às suas comunidades de nação, colocam em jogo mediante uma reconfiguração de signos, uma consciência universal sobre a minoria, fazendo com que surjam potências contrárias à força de dominação (DELEUZE; GUATTARI, 1995). A nova ideia de sociedade emerge pela congregação de interesses em favor do Outro. E aqui nem caberia recolocar em novo estudo comparativo *Os sertões* e *La guerra del fin del mundo* pelas semelhanças de questões políticas e econômicas no panorama particular latinoamericano, uma vez que a obra *Veredicto em Canudos* está situada numa ambiência cultural tão diversa, reforçando, desse modo, o deslocamento da enunciação

que entra em cena para desconstruir narrativas atuantes como símbolo de fundação da pátria. É claro que em outra perspectiva comparativa um trabalho de análise sobre o diálogo entre o texto de Euclides da Cunha e o de Mario Vargas Llosa se mostraria bastante interessante pelo que a situação latinoamericana reúne como pontos convergentes os problemas sociais e econômicos de seus Estados. Mas o que se quer fazer entender com a reflexão de Bhabha é a urgência de assumir uma hermenêutica da nação a partir da “mundanidade”, posição sempre alerta da consciência crítica<sup>23</sup>.

Conceber *A casca da serpente* como ressignificação do texto *Os sertões* é compreender uma nova conjunção política e cultural contrária aos discursos “totalizantes”, típicos dos sistemas humanista e positivista que ocultam a intenção do poder e do controle dentro de um determinado saber instituído, que no caso da composição textual euclidiana era a Ciência. Inserida no quadro da ficção pós-moderna, a obra de J. J. Veiga justifica a relevância de uma reescritura de elementos estéticos e ideológicos do texto de Euclides da Cunha porque só um discurso que parte de dentro da própria estrutura que contesta pode apresentar, mediante as ressignificações que executa, os mecanismos para implodir a ideologia dominante, mantenedora de dissonâncias sociais.

Os vários movimentos em torno de *Os sertões* evidenciam, através das recepções de leitura do texto, a maneira como uma comunidade se põe diante da herança cultural que ao longo dos anos expõe diferenciadas representações. Ao se colocar em discussão a ressignificação de um discurso que se quis tão documental, vigilante do compromisso com a verdade, assegurada por teorias científicas, a ficção declara seu posicionamento de antidiscurso ideológico na desorganização que apresenta com os campos de referências extratextuais. A recriação traz à tona não uma marca de registro documental, mas a reconfiguração de um mundo que não existia anteriormente. A ideia de reescritura abriga uma problematização que não renega a construção discursiva de Euclides da Cunha. Ao invés, expõe sua importância pelo que ainda tem de potencial na escrita, anunciando as transgressões de signos e obliterando pela diferença os elementos ideológicos dominantes na sociedade do fim do século oitocentista.

Pode-se postular que o discurso de *Os sertões*, pela recepção que a ele se atribuiu, logo após sua publicação, e atribui até os tempos atuais o *status* de símbolo

---

<sup>23</sup> A ideia de “mundanidade” foi introduzida por Edward Said, a quem Homi k. Bhabha faz referência no capítulo “DissemiNação” (2005).

nacional, construtor da identidade brasileira fundada nas teorias de raça do século XIX, demarcou em sua estrutura a noção de *centro*. Sendo o que se concebe como *centro* “o ponto em que a substituição dos conteúdos, dos elementos, dos termos, já não é possível. No centro, é proibida a permuta ou a transformação dos elementos” (DERRIDA, 2002, p. 230). A estrutura discursiva do livro de Euclides da Cunha, estando sedimentada sobre a *vontade de verdade* na narrativa acerca da denúncia do conflito no sertão baiano, como está esclarecido na “Nota Preliminar”, como também sobre os tipos humanos da formação da identidade nacional, acaba por promover, no desejo de ser lida como um documento fiel da realidade, a não abertura de sua máquina para que transitem sentidos outros ou vetores diversos do discurso, desviantes de uma entidade de origem para a interpretação dos fatos. O narrador de *Os sertões*, com efeito, se apresenta em analogia ao que Lévi-Strauss define como *engenheiro*<sup>24</sup>: o sujeito capaz de concentrar a totalidade de sua linguagem, o domínio sobre o que quer significar as coisas; é o criador único e primeiro do seu discurso (DERRIDA, 2002). Obviamente que não se pode destacar este *locus* de ocupação do narrador do horizonte de expectativa do público em algumas recepções, uma vez sendo tarefa da hermenêutica literária “reconstruir o processo histórico pelo qual o texto é sempre recebido e interpretado diferentemente, por leitores de tempos diversos” (JAUSS, 2002, p. 70). Neste caminho de identificar como se processa o efeito da máquina textual para o leitor contemporâneo, já bastante distante do momento inicial de produção da obra, é que se pode pensar o retorno concedido pelo destinatário na atribuição de sentido ao texto. Verifica-se assim que esta atuação do leitor está em conformidade ao *bricoleur*, aquele que se utiliza dos instrumentos, dentro de inúmeras possibilidades de construção, de deslocamento, de adaptação. O narrador de *A casca da serpente* está inscrito neste domínio da *bricolagem*. desconstrói o mito do sujeito como origem e se serve dos elementos dispostos tanto no texto euclidiano, como numa realidade extratextual, selecionando e combinando tais elementos para a construção específica de um imaginário.

A elaboração do discurso ficcional de J. J. Veiga entra em consonância com a ideia de *Estruturalidade da estrutura*<sup>25</sup>, a qual está comprometida com a ação lúdica de

---

<sup>24</sup> A discussão sobre este conceito é feita por Derrida em seu ensaio “A Estrutura, o Signo e o Jogo no discurso das Ciências Humanas”, em *A Escrita e a Diferença* (2002).

<sup>25</sup> In: SANTIAGO, Silviano. *Glossário de Derrida* (1976).

promover o descentramento de um significado reduzido. Se a *bricolagem* pode ser concebida como uma vertente similar a um discurso crítico, como sugere Derrida quando faz referência a um ensaio de G. Genette<sup>26</sup>, isto só reforça mais ainda a noção de que *A casca da serpente* pode ser encarada como a estruturalidade de *Os sertões*. Sendo o antidiscurso da ideologia, o romance de J. J. Veiga precisa estar dentro dessa estrutura ideológica para ser capaz de subvertê-la. A ressignificação de *A casca da serpente* como *estruturalidade* de *Os sertões* evidencia a relação que a obra euclidiana mantém dentro de um contexto ficcional que já não acolhe o lugar imóvel das grandes narrativas nacionais. Para promover o contramovimento a essa tendência é premente que se entenda o discurso de Euclides da Cunha como *escritura*, ou seja, para além dos signos manchados nas páginas do livro, mais exatamente considerando a totalidade que possibilita o texto<sup>27</sup>. Essa dimensão da totalidade de *Os sertões* já não encontra recepção de fornecer como *centro* uma ideia de pátria e identidade nacional firmada nas teorias científicas do século XIX. O que se verifica, dessa forma, é a ausência desse *centro*, porque a continuação do diálogo que o leitor mantém com o texto retira da recepção a univocidade interpretativa, sem comprometer o potencial de significado da obra, diferentemente constituído em cada contexto de leitura. Portanto, se existe uma falta, por outro lado tem-se um acúmulo de significantes para suprir a ausência demarcada. O fato é que o que faz a estrutura de *Os sertões* atuar como *centro* não atende mais às demandas da leitura, senão pelo o que pode ser construído como contradiscurso ideológico. Ou melhor, não é o discurso de Euclides da Cunha que não preenche as indagações de um público leitor, e sim o seu sentido primeiro, localizado nas recepções iniciais da obra. Por isso a importância de considerar a recepção de um texto dentro da lógica do movimento da hermenêutica “que relaciona a posição do primeiro receptor com os seguintes e assim resgata o potencial de significado da obra, na continuação de diálogo com ela” (STIERLE, 2002, p. 120).

Uma análise comparativa entre *A casca da serpente* e *Os sertões* pressupõe a investigação de como os textos se constituem em diálogo com eles mesmos e com os

---

<sup>26</sup> In *A Escritura e a Diferença* (2002).

<sup>27</sup> Segundo Derrida, a *escritura* vai além “da face significante, até mesmo a face significada; e, a partir daí, tudo o que pode dar lugar a uma inscrição em geral, literal ou não, e mesmo que o que ela distribui no espaço não pertença à ordem da voz: cinematografia, coreografia, sem dúvida, mas também ‘escritura’ pictural, musical, escultural etc. Também se poderia falar em escritura atlética e, com segurança ainda maior, se pensarmos nas técnicas que hoje governam estes domínios, em escritura militar e política” (2004, 11).

seus respectivos contextos de produção. O compromisso acentuado no romance de J. J. Veiga com o texto euclidiano evidencia como está disposto o ato da reescritura, partindo da ressignificação de seus elementos estéticos e ideológicos, inserido dentro de um panorama histórico que passa a ser considerado em seu momento de criação. A análise debruçada sobre *A casca da serpente* centraliza a questão da ressignificação, mediante a reflexão de como seu discurso, presente em um tempo bastante à frente da época de Euclides da Cunha, submete o ponto de vista do narrador a uma volta crítica sobre o discurso do jornalista. Dentro desse movimento de retorno do *diferente*, a reescritura de J. J. Veiga não acontece se ausente desta volta estiver a construção também de um contradiscurso ficcional. Apesar de parecer um pouco taxativa, a possibilidade da releitura sem o seu contramovimento ficcional de fato não encontra espaço para acontecer, uma vez que o horizonte do leitor já não dispõe de fatores histórico-sociais que acatem um discurso descritivo dotado de objetividade científica.

É certo que a ressignificação de *A casca da serpente* comporta em sua composição textual dois pesos igualmente importantes: tanto está em posição de embate com o discurso específico de Euclides da Cunha, como também com outros pontos de documentação da guerra. A relação que mantém com estes discursos do passado se estende, a partir da construção do discurso ficcional, no encaixe de uma reminiscência, como postula Walter Benjamin, diante do perigo iminente. Daí é que se verifica a sensibilidade da tese benjaminiana: a pulsão do discurso que precisa manter o passado vivo contra o esquecimento presente no desejo do poder dominante. Este conceito que o autor mantém sobre a História está bem justalocado com o que aqui se coloca acerca da ressignificação mediante um antidiscurso da ideologia:

O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer (BENJAMIN, 1994, p. 224-225).

A representação que o romance de J. J. Veiga faz do diálogo com *Os sertões* atua na confirmação de que o perigo ainda está presente. A releitura feita da obra euclidiana é o sinal dessas *centelhas da esperança* que arrancam do conformismo a derrota dos que foram silenciados.

Isto caminha para a compreensão de que, por motivo do caráter de discurso autorizado sobre a guerra de Canudos, firmou-se durante muito tempo esta única grande

narrativa como símbolo da nação. A intertextualidade, que provoca também o descentramento do significado, endossa ao mesmo tempo a ideia de que do livro euclidiano não se pode retirar seu aspecto de texto *escrevível*, como bem coloca Barthes, pelo que nele ainda há para ser escrito, continuado como prática de aceitação para *re-escrever* aquilo que assinala bem seu valor plural de significados:

O texto *escrevível* é um presente perpétuo, no qual não se vem inscrever nenhuma palavra *conseqüente* (que, fatalmente, o transformaria em passado); o texto *escrevível* é a *mão escrevendo*, antes que o jogo infinito do mundo (o mundo como jogo) seja cruzado, cortado, interrompido, plastificado por algum sistema singular (Ideologia, Gênero, Crítica) que venha impedir, na pluralidade dos acessos, a abertura das redes, o infinito das linguagens (BARTHES, 1992, p. 39).

O leitor, portanto, se transforma não mais numa instância passiva, e sim na entidade que vai congrega esse desejo de continuidade da escrita pela permanência de abertura do texto na compreensão de seus sentidos. Um ponto importante a ser analisado quando se pensa na reescritura em *A casca da serpente* é que o livro de Euclides da Cunha suscita muito fortemente a problemática de sua extensão *escrevível* no aspecto do revisionismo pelo qual o narrador passa, sem se desvencilhar de uma bagagem ideológica positivista. A denúncia contida neste discurso que revela os estigmas de uma nação se coloca como o *elemento continuado*. A dimensão que definirá a reescritura do texto é aquela que mais reluta em aceitar que o leitor agora não pode mais ser reduzido à posição de consumidor, nem de credor da garantia de uma narrativa que, porque objetiva, descrita com total fidelidade, terá que ser aceita como soberanamente verdadeira na sua significação. O leitor como produtor textual desmancha o traço de fechamento do discurso para assinalar sua potencialidade diante do significante.

## 2.0 A releitura elaborada no romance de J. J. Veiga

*A casca da serpente* materializa em sua reescritura o diálogo que o livro *Os sertões* mantém com um leitor-produtor. Ora, o próprio contexto de produção dessa nova obra possui elementos que direcionam a leitura do discurso euclidiano para novos sentidos. *Os sertões* agora estão dentro de uma recepção que participa de uma cena da ficção entre os anos 70 e 90. Este panorama histórico é marcado pelo grande avanço do

capitalismo e seus primeiros fortes sinais de consolidação de sistema, com a invasão da era eletrônica sofisticada, cujos vetores não deixaram livres os bens simbólicos da sociedade (BOSI, 2001). O ponto de relevância na análise do conjunto de produções do escritor primeiramente seria situar suas criações dentro de uma linha comprometida com a ruptura do pacto realista que dominou a ficção brasileira durante muitos anos. E o eixo específico dessa quebra está na introdução de mundos insólitos, mais especificamente na forma como estes mundos se organizam (CANDIDO, 2003). Outra constante verificada, por exemplo, são as tematizações de espaços na narrativa configurados em lugares bastante interioranos, os quais, segundo Maria Zaíra Turchi (2003), não escapam de associações com as raízes rurais do próprio escritor em Goiás, entre os municípios de Pirenópolis e Corumbá. Os locais recriados em seus textos agregaram para si um importante aspecto: evocam uma realidade de um povo que se encontra à margem do percurso da modernidade, preterido de compreender o que vem a ser o capitalismo, mesmo vivendo as conseqüências deste. (CAMPEDELLI, 1982). De acordo com a linha de pensamento de Gregório Dantas, em seu artigo intitulado “José J. Veiga e o romance brasileiro pós-64”, existe uma tendência crítica sobre a obra do escritor goiano em situá-la com o caráter de alegoria política, uma vez que as

muitas semelhanças entre os livros de Veiga — recorrência de tipos, imagens, enredos — podem causar uma leitura generalizada, que tome o conjunto de suas narrativas como um único bloco, monotemático e estilisticamente repetitivo (2004, p.126).

Aqui se compartilha com a ideia de Dantas de que reduzir as produções de José J. Veiga ao contexto político pode demonstrar atitude irrefletida. É claro que não se quer ignorar a importância deste acontecimento marcante, que foi o golpe de 64, dentro da história do país, mas tomar o texto literário como reflexo desta realidade política seria impor um sentido fechado ao discurso. A estrutura narrativa de seus textos que imprimem a dimensão do fantástico de fato apresenta alguns absurdos que parecem reger o cotidiano das pessoas por meio de um controle e de um poder assustadores, bem possíveis de serem realizados por sistemas políticos de opressão. Mas não se pode esquecer que algumas criações também trazem a configuração de um mundo oculto e não muito feliz do universo infantil, como se percebe na leitura de *Os cavalinhos de Platiplanto* (1959).

Se postas em comparação as produções de Veiga, percebe-se quase de imediato que *A casca da serpente* não carrega essa estrutura do fantástico, nem se mostra como

uma escrita característica do ciclo sombrio no conjunto de seu trabalho criativo. O que permanece como linha contínua em seus textos é certa oralidade na maneira de narrar, sem rebuscamento nas palavras, no entanto com construções muito belas dentro da simplicidade que propõe com o despojamento verbal e com a economia descritiva. E este aspecto se vê na construção do narrador que se empenha em recontar, de maneira retificada, a história da comunidade de Canudos.

O romance retoma de maneira radical *Os sertões*, no momento em que concede à narrativa, mediante um ponto de vista que se constitui como narrador onisciente intruso ou seletivo, a continuação do Arraial, recusando a morte de Antônio Conselheiro e figurando um novo tempo e um novo espaço, aberto à modernização e ao progresso, para Canudos. A serpente, ao perder sua casca, se desvencilha também do perfil autocrático e autoritário do Conselheiro e de velhos costumes (como, por exemplo, as várias horas dedicadas às rezas e a distância que o Conselheiro mantinha em relação às mulheres) e se apresenta agora como *neoliberal e democrática*, como coloca Silviano Santiago (2004) acerca dessa metamorfose. As inovações provocadas no comportamento das pessoas e na perspectiva que se tem do mundo não terminam sendo suficientes para que a comunidade — agora chamada de Concorrência de Itatimundé — tenha um desfecho mais tranquilo e feliz. A partir disso, é estabelecida no texto de Veiga uma visão mais crítica sobre a insurreição sertaneja, assinalando como esta configuração também mantém uma relação dialógica com o leitor de sua contemporaneidade. Mesmo querendo escapar de um reducionismo interpretativo com definições de alegorias políticas, não se pode ignorar o fato de que a “nova Canudos” no texto ficcional de Veiga foi destruída em 1965, novamente por militares. Este aspecto do enredo evidencia a latência de um problema social que se arrasta por mais de um século, a contar de novas promessas de uma nação democrática. O fim da comunidade é ressignificado na reescritura de *A casca da serpente* na negação do seu extermínio pelas tropas republicanas em 1897 e no seu novo aniquilamento pela eliminação inferida de seus habitantes e pela transformação do local em depósito de lixo atômico. A recepção do discurso euclidiano ao longo dos anos e a materialização de novas representações do fato narrado pelo jornalista em textos críticos e ficcionais atuam no combate do esquecimento desta realidade cultural específica que se desenvolveu nos recônditos do sertão. Com relação ao texto de José J. Veiga pode-se dizer que sua produção também encarou dois fatos históricos específicos: primeiro, a produção do esquecimento na inundação do território que abrigou a comunidade pelo rio Cocorobó na década de 60; e

segundo, as campanhas pelas “diretas já” e reabertura democrática dos anos 1980. O novo triste fim para a comunidade idealizada por Antônio Conselheiro tem seu arremate lamentável, no entanto com a visão positiva de que a Concorrência de Itatimundé só foi destruída porque estava dando seus frutos pelo Brasil e por mundo afora. Daí a marca que o discurso ficcional deixa nesta recente ambiência de sistema democrático: a esperança sempre renovada, em busca de melhores e mais justas convivências na sociedade.

A análise mais detida dos aspectos ressignificados no discurso de José J. Veiga será feita mais adiante, assim como a discussão sobre outros textos críticos que interpretaram o romance do escritor goiano.

### 3.0 Repensando a História da Literatura

Conceber a reescritura de uma obra como ressignificação desmonta padrões críticos e teóricos. No domínio da Crítica Literária vê-se logo que atinge valores como o de “novidade” e “originalidade”, sustentados inicialmente pela estética romântica e, a partir disso, mantidos em um funcionamento de longa duração (PERRONE-MOISÉS, 2003). Na esfera da Teoria, o perceptível da mudança está concentrado mais no caráter enciclopédico da História da literatura, fincado na determinação fixa de épocas, tendências e estilos, fazendo com que seu traço histórico seja compreendido pelo arranjo de uma linha cronológica. O principal teórico da Estética da Recepção, Hans Robert Jauss, ainda complementa a este método a seguinte análise:

A biografia dos autores e a apreciação do conjunto de sua obra surgem aí em passagens aleatórias e digressivas, à maneira de um elefante branco. Ou, então, o historiador da literatura ordena seu material de forma unilinear, seguindo a cronologia dos grandes autores e apreciando-os conforme o esquema de “vida e obra”— os autores menores ficam aí a ver navios (são inseridos nos intervalos entre os grandes), e o próprio desenvolvimento dos gêneros vê-se, assim, inevitavelmente fracionado (1994, p. 7).

A reescritura organiza este segmento histórico pela *re-apresentação* que o leitor estabelece a partir do texto de *Os sertões*. O posicionamento de Jauss tangencia também a questão colocada por outro ângulo no estudo que Leyla Perrone-Moisés apresenta sobre a história da literatura e os valores modernos. A autora explica que o século XX, principalmente, é marcado pela efetivação da crítica literária por meio dos próprios

escritores, sacramentando assim um traço que advém da modernidade e denunciando, simultaneamente, a insatisfação com a avaliação antes em poder das grandes academias de arte. O escritor é antes de tudo um leitor.

Ao escolher falar de certos escritores do passado e não de outros, os escritores-críticos efetuam um primeiro julgamento. Assim fazendo, cada um deles estabelece sua própria tradição e, de certa maneira, reescreve a história literária [...] Nesses predecessores, os escritores vão buscar uma energia ainda ativa. Os valores que eles atribuem aos autores do passado não são valores *a priori*, mas aqueles capazes de garantir o prosseguimento de seu próprio trabalho e da escrita literária em geral (2003, p. 11-12).

No caso de atitude comparativa entre *Os sertões* e *A casca da serpente* fica evidente, tanto nos círculos mais leigos como nos mais especializados, o muito conhecimento acerca do livro euclidiano, algumas vezes até preenchido apenas por uma retórica celebrativa vazia, e o pouco — ou nenhum — acerca do romance do escritor goiano. A reescritura também demonstra seu forte compromisso nesta reflexão que ela provoca sobre como se estuda uma história da literatura. Se o seguimento para a compreensão da literatura nacional se dá apenas pela via do cânone, seguido fielmente por uma ordenação de obras que devem ser lidas não em outro sentido, fica desse modo enfraquecida uma possível discussão entre uma comunidade de leitores sobre o próprio discurso de *Os sertões*: uma visão aprofundada dentro de um estudo que analise a partir de quais condições de enunciação o narrador se levanta. A presença do romance de J. J. Veiga ataca uma perspectiva estanque da obra, além de miná-la a partir de seu contramovimento ideológico. É a linha de continuidade que define fortemente a tradição dentro do sistema da literatura brasileira, isto é,

transmissão de algo entre os homens, e o conjunto de elementos transmitidos, formando padrões que se impõem ao pensamento ou ao comportamento, e aos quais somos obrigados a nos referir, para aceitar ou rejeitar. Sem esta tradição não há literatura como fenômeno de civilização (CANDIDO, 2000, p. 24).

O texto de *Os sertões* congrega muito bem estas problemáticas. Talvez pela complexidade de uma definição que localizasse o texto euclidiano em um tipo de discurso específico, caminha-se para a dificuldade em especificar em qual escola ou período literário o autor poderia ser situado. Na grande parte dos livros didáticos escolares Euclides da Cunha é referido como um escritor pré-modernista, sem a

demonstração de quais fatores foram analisados para denominá-lo dessa forma. É bem possível que essa falta na discussão dos aspectos que o coloquem antes neste limbo entre o Realismo/Naturalismo e a Semana de Arte Moderna seja por razão de terem tomado o exercício apenas da linha cronológica como suficiente para a compreensão. Em diferente e mais cuidadosa abordagem Walnice Nogueira Galvão (2009), em sua coletânea de ensaios intitulada *Euclidiana*, recorta esta questão ao destacar as dessemelhanças entre Euclides da Cunha e Machado da Assis, mesmo ambos compartilhando da mesma cena literária. Por outro caminho, viu-se também que situar o jornalista no movimento que culminaria com a Semana de 22 seria atitude precipitada, uma vez que os primeiros sinais da Arte Moderna não chegaram a tempo, antes de sua trágica morte. Por esta e outras razões é que se testemunha a dificuldade em localizar o discurso euclidiano dentro de um evento literário específico:

Sobretudo naturalista e positivista, Euclides vai ser rejeitado pelo modernismo. A retórica do excesso, o registro grandiloquo, o tom altíssimo só poderiam ser avessos ao espírito modernista. Acrescenta-se a isso sua preocupação sua preocupação pelo uso de uma língua portuguesa castiça e até arcaizante, ao tempo em que Mário de Andrade ameaçava todo mundo com seu projeto de escrever uma *Gramatiquinha da fala brasileira* (GALVÃO, 2009, p. 28).

Dessa forma, não havia outra saída a não ser pôr a obra de Euclides da Cunha em um estado de pré-modernismo. Esta condição de precedente lhe foi assim conferida por sua escrita ser responsável por antecipar as preocupações sobre os interiores do território nacional e por adiantar críticas sobre como a cultura do país se encontrava numa onda de imitação dos costumes europeus (GALVÃO, 2009). O fato de identificação desses aspectos passou a ser melhor reconhecido, vale dizer, depois de uma revisão constituída com mais aprofundamento em torno de sua obra.

Mesmo atraindo para si esta difícil qualidade de firmação em uma escola ou em um movimento literário, não é possível dizer que este aspecto enfraquece a obra dentro do cânone brasileiro. Se possível, pode fazer exatamente o movimento oposto: assegurar um determinado valor pela autenticidade ou singularidade discursiva. Embora a reescritura atue como uma construção textual que questione também um *status* fetichista da obra euclidiana, não há no contramovimento de *A casca da serpente* a denegação de uma formação canônica. Por mais que pareça contraditório este ponto de vista, é preciso cautela para o esclarecimento da reflexão. Leyla Perrone-Moisés é quem introduz novos

direcionamentos para a compreensão da importância do cânone, assumindo o escapismo de uma perspectiva essencialista de conservação das obras. Sua linha de pensamento expõe uma relevante visão sobre esta problemática ao fazer entender que o cânone precisa ser reconhecido como instância ativa da cultura, pela própria necessidade que uma comunidade de leitura admite diante dele. Necessidade no sentido de preservação da memória. Assim coloca a autora:

Valorizar o cânone ocidental não é fechá-lo; é apenas não o esquecer nem censurar, sob o pretexto de que não gostamos de nossa história passada, logocêntrica, machista, colonialista etc. Por outro lado, defender o cânone ocidental com unhas e dentes, barricadas e fossos, como fazem os conservadores, é uma empresa vã e perigosa. Querer dirigir ou orientar a cultura de modo autoritário é sempre nocivo para a mesma. O cânone, como a cultura, segue seu caminho. O que podemos fazer é contribuir para que esse caminho não seja desprovido de memória e de projeto (PERRONE-MOISÉS, 2003, p. 202).

Reconhecer a reescrita de José J. Veiga como o antidiscurso da ideologia e, a partir disso, desconstruir aspectos estéticos e ideológicos da máquina discursiva euclidiana não indica a negação de uma narrativa passada, e sim sua problematização como estrutura simbólica, e como esta encenou durante determinada época sua função para significar uma comunidade nacional. Se houvesse de fato a recusa pelo passado, não seria possível demarcar um posicionamento crítico introduzindo a *diferença* dentro da semelhança intertextual. A ressalva que se quer premente para execução dentro dos currículos escolares e acadêmicos é admitir este projeto de continuidade cultural dentro do cânone, mas sem deixar de voltar a atenção para esta partitura textual compartilhada por diferentes leitores que evidenciará, por conseguinte, diferentes representações na recepção do texto euclidiano. Os atos de leitura dessas representações são as práticas verdadeiramente necessárias para a realização de um projeto histórico.

Encarar a importância do diálogo entre *Os sertões* e o público de sua época será sempre preciso para a compreensão do movimento que um texto executa ao longo do tempo, a começar pela sua primeira relação com o público leitor. No entanto, é certo também que esta ligação com o seu tempo não pode ser tomada como fator único para que seja demarcada sua historicidade. Para o grupo de leitores, os textos literários atuam como discurso em tempo simultâneo ao seu. No ato da leitura, as obras são objetos de sua atualidade (ZILBERMAN, 1989).

#### 4.0 O percurso da hermenêutica: recepção e ressignificação

O caminho de pensar o texto de *Os sertões* como uma ressignificação de seus elementos estéticos e ideológicos em *A casca da serpente* já solicita a compreensão do horizonte de expectativa dos leitores contemporâneos à sua publicação, antes, obviamente, da compreensão de como se dá o diálogo do livro euclidiano com esta atualização da obra de J. J. Veiga. Como já discutido, o texto de Euclides da Cunha comportou, juntamente com seu caráter de libelo, o *status* de símbolo de uma nação, fundando, mediante teorias científicas do final do século, a identidade do Brasil. O sucesso de receptividade do livro está justalinhado à formação interpretativa que se constituiu ao seu redor. O quadro desta leitura não se desenha tão facilmente: primeiramente, o discurso mesmo de *Os sertões* carrega o desejo de ser aceito como verdade, ou seja, estaria aí inserida uma única via interpretativa; em segundo lugar, a comunidade de leitores dispunha de condições sócio-históricas para que a formação interpretativa apresentada estivesse em conformidade com a referência de *Os sertões* como obra fundante de uma Pátria, por razão de toda a base discursiva estar salvaguardada por aportes teóricos científicos em total vigor na época. É bem verdade que estes dois fatores não se mostram separadamente, uma vez colocada em questão a figura do leitor:

[...] o leitor é também uma figura histórica: seu horizonte, delimitado pelas possibilidades de aceitação de uma obra, impõe restrições à liberdade de criação do escritor. Este, para assegurar o trânsito social de sua arte, respeita-o e, até certo ponto, repete-o, mas também promove rupturas e introduz, no interior desse diálogo, uma tensão dialética. Por decorrência, entre artista e audiência há uma relação *sui generis*, já que, a todo momento, a troca estimulada pela leitura, que parece colocar dois indivíduos em pé de igualdade, está em vias de chegar ao atrito e ao rompimento (ZILBERMAN, 1989, p.99).

Inicialmente *Os sertões* vêm preencher um lugar social demandado pelo público leitor. Considere-se aqui que este lugar é pensado no sentido do símbolo para a solidificação de um sistema de governo. A partir desse ponto é que as simplificações a respeito da recepção do texto vão se destruindo para dar lugar a um panorama mais complexo. Faz-se necessário um bem delineado caminho para a questão que aqui se coloca. A exposição do contexto sócio-político da época denuncia a quebra de relações afetivas entre litoral e sertão. As práticas do poder direcionadas ao extermínio da

comunidade de Canudos foram explicitamente anunciadas e apoiadas por diversos grupos da sociedade, como estudantes, políticos, jornalistas e militares. Quando não abertamente sustentadas, o segmento de vivência no litoral no mínimo acatava sem mais questionamentos, no silêncio de suas participações como cidadãos, as medidas do governo. Euclides da Cunha, correspondente de guerra do jornal *Estado de São Paulo*, testemunha os momentos finais desse conflito e desloca suas impressões em sua atividade de copista. O arraial é finalmente destruído na quarta expedição ao sertão. Cinco anos depois surge a obra que denunciaria o acontecimento da guerra como um crime por parte dos republicanos. É certo que a exposição da culpa por parte do governo tem suas bases na *cena* discursiva, a “disposição principal” da obra que não se insere na narrativa sem a comprovação do real fora de fundamentos científicos. De todo modo, não é exatamente possível que se veja este trânsito da obra apenas com a consideração de que o discurso estava sob a égide do Positivismo. Como se pode lançar uma explicação ao acolhimento inteiramente louvado do texto quando este veio contra as ações da República, ainda que em diversos momentos com algumas contradições? E por qual razão uma comunidade que antes partilhava do descaso sobre os compatriotas sertanejos, em tempo imediato ao lançamento da obra acatou a reviravolta do ponto de vista do narrador? Abre-se a discussão para duas possibilidades: a primeira seria que tal aceitação sem estranhamentos só comprovaria a alienação e a não-participação política dos cidadãos como agentes sociais; já a segunda, estaria no pacto do compartilhamento do humanismo científico entre narrador e leitor. Neste caso o diálogo entre texto e público seria considerado como bem sucedido como prática social, uma vez que comprova, de certa forma, a potência da ressonância sentida durante o amadurecimento que faz o correspondente da guerra quando se debruça sobre o material colhido e reconhece o crime da nacionalidade. Sem fechar totalmente a discussão, é cabível encarar a obra de Euclides da Cunha como discurso que contribuiu para o acolhimento da vitimização sertaneja. Sua elaboração respaldada na fidelidade ao real adicionou pilares fortes para que o texto fosse legitimado como verdade. Atrelado a esta possibilidade, via-se também a insatisfação geral da população para com o governo, o que tornou o campo mais fértil para a recepção do livro. Além desses aspectos, no domínio do estilo da linguagem, para o primeiro público que desfrutou da obra, se constituía como caráter surpreendente a congregação de ciência e sensibilidade de um romancista. O ponto de vista totalmente repensado sobre a culpa daquela destruição em

massa também se apresenta como um bem delineado recurso retórico para que o livro fosse louvado como as grandes narrativas épicas.

A *re-visão* executada pelo narrador de *Os sertões* pode ser apontada como um eixo importante para se pensar a construção do antidiscurso ficcional. Ao mesmo tempo em que *A casca da serpente* se fixa neste ponto de reviravolta perspectivística, seu contramovimento discursivo não deixa de se esquivar da implosão ideológica de valores positivistas dominantes no fim do século XIX. A reescritura de José J. Veiga não demonstra por isso uma via de apresentação de um discurso agora de fato verdadeiro. E sim, uma via que põe em movimento contradições ideológicas presentes na escritura de Euclides da Cunha, destruindo sua construção imaginária. De certo modo, partindo dessa mudança de visão sobre a guerra, a relação dialógica entre *Os sertões* e *A casca da serpente* suscita uma análise de como cada discurso dispôs sua atividade hermenêutica.

Como já sabido, a escritura de *Os sertões* foi amadurecida em um período de intervalo entre o fim da guerra em 1897 e sua publicação em 1902. Talvez não de todo determinante, a revisão que o narrador fez do conflito foi lograda também por este espaçamento de época. Elemento fulcral que se insere na epistemologia da Estética da Recepção é o pensamento prévio do qual dispõe na Hermenêutica. Por isso, aqui se abre um viés para o cotejo também desta teoria de fundação com o livro de Euclides da Cunha no intuito de problematizar, agora por um novo percurso, sua estrutura discursiva.

Em *O problema da consciência histórica*, Gadamer centraliza seu pensamento em cima de que a compreensão hermenêutica firma-se na relação que o sujeito mantém com as coisas sem que este caminho de apreensão do mundo se dê de forma “natural” e automática. Para isso, concentra sua reflexão sobre o fenômeno da “distância temporal”, aspecto demasiado significativo para a compreensão de um fato histórico:

[...] ao contrário do que costumamos imaginar, o tempo não é um precipício que devemos transpor para recuperarmos o passado; é, na realidade, o solo que mantém o devir de onde o presente cria raízes [...] Trata-se, na verdade, de considerar a “distância temporal” como fundamento de uma possibilidade positiva e produtiva de compreensão. Não é uma distância a percorrer, mas uma continuidade viva de elementos que se acumulam formando uma tradição, isto é, uma luz à qual tudo o que trazemos conosco de nosso passado, tudo o que nos é transmitido faz a sua aparição (2006, p. 67-68).

O narrador mesmo de *Os sertões* não conseguiu manter erguido por longa duração parte de seus valores republicanos no processo de sua escritura. A linha expandida do tempo se mostrou como elemento positivo para o entendimento sobre o que ali ocorreu: apesar da denúncia ainda estar envolta por teorias científicas determinantes, não se pode desconsiderar o desmonte de valores republicanos executados na maturação dos fatos. O apoio que *A casca da serpente* localiza na reviravolta pode assinalar um ponto inicialmente em comum entre os posicionamentos hermenêuticos que mantém com o texto de Euclides da Cunha. Em contextos sócio-históricos bastante distantes, ambos os livros deixam as marcas dessa reflexão sobre a guerra injustamente declarada aos compatriotas do sertão. Daí ser fundamental uma análise comparativa a partir do que postula Gadamer acerca da *interrogação*.

Quando uma de nossas convicções ou uma de nossas opiniões torna-se problemática em consequência de uma nova informação hermenêutica, quando ela se revela como um preconceito, isso não significa que ceda o seu lugar a um tipo de “verdade definitiva” — tal era a tese ingênua do historicismo objetivista. Isso significa esquecer que a convicção que perde o seu lugar e a “verdade” que a denuncia e se instala no espaço deixado vazio são, cada uma, membros de uma cadeia ininterrupta de acontecimentos (2006, p. 69).

A tradição inserida na relação intertextual entre *Os sertões* e *A casca da serpente* abriga dois desfechos diferentes para a atitude hermenêutica demarcada no discurso euclidiano e no discurso da ressignificação. O narrador-testemunha em Canudos experimentou o *lócus* da alteridade nunca antes conhecida. A tensão entre o caráter de “familiaridade” e o caráter de “estranho” é o que vai funcionar como peça de engrenagem para a atividade da hermenêutica (GADAMER, 2006). Desse modo, o desejo na escritura de encontrar a familiarização de objetos prontos a se encaixarem nos arcabouços científicas é suplementado por meio do *desvio* do vetor discursivo dominante no estranhamento que se desenhava na realidade. O que lhe era incomum estava concentrado no assassinio — outorgado pelo governo, vale dizer — da população que se formou como a rocha viva da identidade brasileira. Ao mesmo tempo em que lhe escapava também de encaixes teorizantes o fato indefinido da força resistente de um povo que se constituía a partir de uma sub-raça. O arremate deste aspecto, como já se sabe, se deu por arredondamentos literários nas elaborações antitéticas, constituindo uma moldura que em nada destitui o discurso histórico. Existe, no entanto, cautela e ressalva para a problemática que aqui se faz. A desconstrução dos conceitos prévios do

jornalista se fez no veio dos valores republicanos. No “calor da hora” da guerra e, posteriormente, na reflexão das anotações feitas durante o conflito, o narrador se desarma de sua formação política para atuar em favor do outro. Porém, esta atitude revisionista não consegue o divórcio de seu credo na Ciência. Por sustentar um saber teórico recalcitrante ao questionamento de seus métodos analíticos, a convicção no discurso sai de cena, mas cede seu lugar a uma “verdade definitiva”. O horizonte da jornalista não permitia repensar e pôr em reserva para análise seus próprios métodos de interpretação com bases científicas. Por mais que o discurso tenha mantido a apresentação de uma *mea culpa*, como também funcionado como uma redenção por manter viva a memória daquele povo, não há como obliterar os alicerces em que foi fundada essa denúncia. Assim, a atividade hermenêutica, tal como Gadamer a propõe, não consegue ser de todo praticada, por motivo do obstáculo que encontra nas ciências naturais e sociais em vigor no fim do século. O revisionismo não se concebe sem os ladeamentos de um discurso raciológico e determinista.

A construção do antidiscurso ficcional em *A casca da serpente*, em sua retrospectiva crítica, vem desestabilizar o caráter de “verdade” presente em *Os sertões*. O discurso da ficção se propõe mesmo a não se colocar como outro pilar de verdade discursiva, e sim de trabalhar nos pontos fracos, nos impasses e nos vazios do estatuto legítimo contra o qual se levanta. Daí que neste caso uma atividade hermenêutica pode ser encarada como completa, no sentido que Gadamer coloca.

Melhor explicando: a reescritura do romance de J. J. Veiga encampa traços do panorama da ficção contemporânea, a saber, a contraposição aos discursos que se querem universais, mediante um ponto de vista paródico:

A importância coletiva da *prática* paródica sugere uma redefinição da paródia como uma repetição com distância crítica que permite a indicação irônica da diferença no próprio âmago da semelhança [...] essa paródia realiza paradoxalmente tanto a mudança como a continuidade cultural (HUTCHEON, 1991, p. 47).

Dessa forma, não há como haver a negação do passado histórico. Ao invés, o que se afirma é a continuidade dos acontecimentos. “Qualquer posição ‘nova’ que substitui uma outra segue necessitando da ‘antiga’, já que ela não pode se explicar enquanto não souber nem *a* que nem *por* que ela se opõe” (GADAMER, 2006, p. 69). O discurso de *Os sertões* constrói sua via de revisionismo pelo distanciamento, no entanto sem perder o caráter de vontade de verdade pelo objetivismo científico. *A casca da serpente*, por

sua vez, constrói sua retrospectiva crítica através da apropriação discursiva da obra euclidiana, mas provocando nesta a subversão necessária para desmontar o discurso ideológico.

O cotejo da teoria gadameriana com o texto de Euclides da Cunha atuou no intuito de demarcar mais e melhor em quais condições a mudança de perspectiva estava inserida, além de apontar que essa posição de não ter atingido o escapismo de uma história que se queria objetiva pela apreensão da realidade mediante um instrumental científico se colocava coerentemente com o horizonte dos leitores da época.

Dentro da discussão sobre a ressignificação da obra não há como pensar *Os sertões*, por comportar até os dias mais atuais o pódio de um discurso que simboliza o país, fora da dimensão postulada por Foucault que problematiza o panorama tensionado entre os discursos criadores e aqueles que repetem e comentam. Neste aspecto específico da reviravolta de opinião por parte do narrador da obra fundante, que expõe sua impossibilidade, na atividade hermenêutica, de seguir adiante sem o desejo de se querer como objetivismo histórico, fica exposta a maneira como atua a reescritura de *A casca da serpente* sobre um papel específico do *comentário*: “o de dizer *enfim* o que estava articulado silenciosamente no texto primeiro” (FOUCAULT, 2006, p. 25). Ou seja: o *comentário* do romance de J. J. Veiga desvela aquilo que não poderia ter sido dito no discurso euclidiano. Afinal, como este poderia ir contra o saber instituído da época, que era a Ciência, e apenas a Ciência? Por isso, a mudança da visão da testemunha pode ser vista como o ponto de partida para que o texto *comente* pela primeira vez o que na verdade já teria sido enunciado. Este é o paradoxo que o *comentário* provoca. Em associação com o texto primeiro, faz com que este apareça e se realize, com a ressalva de que o que está sendo dito agora ultrapasse o dito anterior neste jogo de presença e ausência; repetição e diferença.

Sabe-se que todo texto possui suas estratégias específicas, demarcando assim a primeira etapa da situação comunicativa. Obviamente, no entanto, a posição inicial não se efetiva sem a instância do leitor como responsável para atualizar o que é enunciado (ISER, 1999). Os mecanismos desempenhados no ato da leitura oferecidos pelo próprio texto não se concentram em exercício de controle por parte do discurso, pela impossibilidade que a relação com o leitor propõe. Se dentro da interação texto-leitor é condição que estas estratégias venham à tona, como controlar a receptividade de um discurso, quando a experiência da leitura já não permite que esteja em jogo um conhecimento engessado deste discurso? A reescritura de *A casca da serpente*

materializa esta noção na medida em que representa ela mesma o prazer da leitura: o processo de criatividade por parte do leitor em atuar com a consciência de sua própria potência de produtividade. Se o texto de *Os sertões* se solidificou como símbolo da nação, como escrita necessária para a fundação de uma identidade brasileira, determinadas recepções do texto, reescrituras como *A casca da serpente*, problematizam exatamente o caráter discursivo dessa ordem fixa, definindo de que lugar este discurso foi sacramentado como a voz que significou uma coletividade.

As ressignificações se impõem como discursos de resistência ainda no próprio ato da leitura. A interação entre texto e leitor apresenta uma experiência não bem sucedida quando as atividades que este executa durante a leitura entram em conformidade com as representações da obra própria. O texto, ao contrário, precisa caminhar ao mesmo tempo em que se desmorona e o leitor é a parte da comunicação que reúne os destroços discursivos e reorganiza-os desempenhando assim suas próprias representações. No caso da ressignificação em *A casca da serpente*, que está comprometida com a construção ficcional do antidiscurso ideológico, é possível assinalar de modo bastante visível que a sua forma de reconfiguração dos elementos que seleciona a partir do texto euclidiano se constitui na diferença literal que mantém com este. Não escapa à recepção a problematização de que a ressignificação de aspectos estéticos e ideológicos sinaliza o questionamento sobre a vontade do discurso primeiro em atuar como o texto que possibilitou o conhecimento da verdade de um determinado fato histórico, pelo compromisso que tinha na perspectiva de cópia da realidade que se punha à frente do narrador executada através de subsídios científicos. A construção mesma da ficção no romance de J. J. Veiga se impõe como o fingimento que na verdade revela os pontos fracos desse discurso que se queria como bem fundamentado.

A obra de Euclides da Cunha se mantém “a mesma” no sentido de pensar esta estabilidade a partir da permanência do mesmo discurso *ipsis litteris*, tal como escrito pelas mãos de seu autor. No entanto é outra quando “cada leitor reescreve o texto sem sair de sua literalidade” (LARROSA, 1999, p. 135).

## Capítulo IV: O retorno da serpente

### 1.0 Outros trabalhos críticos em torno de *A casca da serpente*

Ater-se com esmero no trabalho de elencar produções artísticas que se apresentam como reescrituras do texto de Euclides da Cunha conduz à constatação de uma temática *canudiana* dentro da literatura. O termo foi tomado do ensaio de Pedro Barboza de Oliveira Neto (2008), publicado nos anais do XI Congresso Internacional da ABRALIC, que elabora comparativamente uma análise entre dois romances: *Luzes de Paris e fogo de Canudos* (2006), de Angela Gutiérrez; e *Antônio Conselheiro* (2004), de Gylson Guilhon Loures. Segundo Oliveira Neto, o ponto de convergência entre ambas as obras é o fato de reporem, ou melhor, ressignificarem a alteridade nacional desconhecida pela pátria durante muito tempo. Ao longo de seu trabalho analítico, o autor coloca um fato já aqui sugerido:

Situar as reescrituras de Canudos como sendo persistência das mesmas questões [...] significa voltarmos não apenas a Euclides, mas ao centro do relato canudiano, como antes já o vira Afonso Arinos, à Nação ferida na Canudos destruída (OLIVEIRA NETO, 2008, p. 8).

A ideia própria da ficção é que a repetição de um mundo no texto não condiz com o mundo a que ele faz referência. Sendo assim, um dos níveis nos quais essa duplicidade ocorre pode ser o *extratextual*, responsável pela relação entre o texto e um mundo externo e entre o texto e outros textos (ISER, p. 2002). Não há como determinar com precisão que reescrituras de *Os sertões* retornem apenas a ele para ressignificá-lo quando, por exemplo, contemporaneamente aos conflitos entre canudenses e militares, os centros urbanos no Brasil e no mundo foram pulverizados por uma produção discursiva intensa de relatos da guerra. Tal foi este excesso que Walnice Nogueira Galvão (1994) se empenhou em fazer um estudo reunindo e analisando as notícias proferidas sobre o longo combate no interior baiano, estas divididas nas seguintes representações: “galhofeira”, “sensacionalista” e “ponderada”.

O que precisa estar esclarecido é que a abordagem comparativa entra em cena com o diálogo entre o texto de Euclides da Cunha e o romance *A casca da serpente*. No entanto, durante a análise a ser apresentada, verificar-se-á que a seleção de elementos

executada pelo texto ficcional para serem deslocados e ressignificados nas combinações do imaginário não demonstra estar restrita ao universo euclidiano.

Não há como atravessar diretamente para a análise propriamente dita antes de comentar outros textos críticos que também se ocupam do romance de José J. Veiga. Obviamente que a discussão não se dedicará minuciosamente sobre estes trabalhos. Intenta-se apenas a escolha de alguns pontos específicos para serem problematizados.

Primeiramente, é preciso fazer a citação do livro *Canudos: história e literatura*, de Simone Garcia (2002). Sua reflexão tem como âncora a noção de que o historiador atual, testemunha da crise da modernidade, agora trabalha com a relativização dos limites entre discurso histórico e discurso literário. Se assim não o fizer, ele “perpetua a memória da dominação social, pondo de lado os sonhos e fantasias de toda uma massa de excluídos” (2002, p. 14). O imaginário, dentro dessa noção de história, através de sua manifestação alegórica, é o reservatório da consciência crítica social com os sonhos de mudanças estruturais para melhores condições de vida. Segundo Garcia, caberia a esse novo historiador:

“psicanalisar” as imagens do desejo produzidas pelo imaginário social, podendo revelar, assim, virtualidades sócio-humanas de formas inibidas pelo desenvolvimento histórico, como também antecipar ou reatualizar formas de sociabilidade mais justas (2002, p. 14).

Sendo assim, a autora não tarda em localizar o discurso de *A casca da serpente* dentro de uma ideia de “historiografia inconsciente” que não aparece satisfatoriamente discutida, com aprofundamento teórico, em seus argumentos. Com a destruição da barreira entre realidade e ficção, Garcia postula que o romance de Veiga apresenta o registro daquilo que poderia ter sido e não foi, “transforma-se em uma denúncia contra a nossa sociedade que explora o trabalhador do campo e da cidade” (2002, p. 112). Ao longo de todo o livro não existe apenas a análise de *A casca da serpente*. Com este texto participam de seu *corpus* a peça em dois atos *Antônio Conselheiro* (1975), de Joaquim Cardozo; *A guerra do fim do mundo* (1981), de Mario Vargas Llosa; *As meninas de Belo Monte* (1993), de Júlio José Chiavenato. Por todas estas reescrituras perpassa a noção de serem manifestações do imaginário na acepção que este tem não como ideologia, nem como dimensão com falta de sentido, mas como “expressão representativa de setores sociais específicos” (GARCIA, 2002, p. 14). Na verdade, a autora toma como empréstimo o conceito problemático de imaginário postulado por

Michel Zaidan Filho (1992). Como já dito acima, e neste ponto se vê a convergência entre os argumentos de Zaidan e Garcia, o imaginário é a dimensão que guarda as esperanças de projetos da alteridade social. Os produtores culturais, ou seja, no caso os escritores, materializariam estas demandas provenientes de subjetividades que por tanto tempo estiveram à margem do discurso oficial. É certo que as reescrituras vêm descentralizar o discurso dominante pelas suas ressignificações, no entanto, da forma como Zaidan coloca e Garcia endossa, esta discussão não surge sem o seguinte questionamento: como este imaginário, sendo uma “historiografia *inconsciente*” [grifo nosso], pode atuar de forma crítica, em uma prática contra-ideológica, se do próprio conceito de imaginário é afastada a ideia de ideologia? Por falta de um desenrolar teórico mais aguçado, ambos os trabalhos, o de Simone Garcia e o de Zaidan, que a propósito também tangencia a interpretação do romance de José J. Veiga, acabam se enredando em suas próprias contradições ao discutirem rapidamente questões como a não separação entre história e literatura. No ensaio de Zaidan, vê-se de imediato um deslize no título: “O imaginário republicano: variações em torno de ‘A casca da serpente’”. Fala-se em “deslize” por motivo da adjetivação do imaginário como “republicano”, uma vez sendo o imaginário esta dimensão que acolhe as esperanças de uma comunidade. Ora, as esperanças da república estavam na redoma da ideologia dominante e todo o projeto de igualdade entre os cidadãos, visando o progresso social, não passava da forma aparente da realidade no mundo das ideias, substituindo as práticas verdadeiras para a concretização das mudanças.

Outro trabalho — mais precisamente uma dissertação publicada recentemente na internet —, de João Paulo Moreno Dias (2009), traz sua abordagem interpretativa pela discussão do gênero romance histórico. Ao classificar o romance de José J. Veiga como histórico, o autor justifica que a narrativa contém elementos de extração histórica. Mais do que isso, para ser mais específico: Dias faz referência a uma “essência histórica” no discurso que ajuda na classificação do gênero. Atrelado a este fato, esclarece que um romancista pode livremente se servir de uma “ferramenta complementar”, exterior ao registro histórico, para transformar o acontecimento da história em forma ficcional. Fechando sua reflexão coloca:

pode-se afirmar que através dessa instauração de historicidade o autor recorre a ferramentas narrativas que irão possibilitar um alargamento de sua teia semiótica, já que pode se utilizar de um aparato ficcional baseado numa matéria histórica para alocar

personagens não-históricos ou personagens que não estão, historicamente, ligados uns aos outros (DIAS, 2009, p. 32).

Como contraponto ao que defende Dias em sua análise, é possível introduzir aqui a ideia já referida anteriormente de que todo texto comporta realidade. E esta realidade pode ser de natureza emocional, política, biográfica, etc. No entanto, quando o discurso da ficção se apropria desses dados do real no seu ato de seleção, ele desrealiza esses elementos para fazer com que eles sejam combinados de outra forma, diferente da maneira como estavam dispostos no mundo (ISER, 2002). Da maneira como o autor apresenta sua ideia, o que há no romance é a confluência de discursos de naturezas diferentes, que continuam a atuar dentro de sua natureza, só que provocando uma dimensão de fato histórico na forma ficcional. Interessante para problematização é também o que Dias fala sobre personagens do romance que não estão em sintonia histórica, ou seja, as relações travadas entre esses elementos não estão “registradas oficialmente” em outros discursos. No caso de *A casca da serpente* a figura de Chiquinha Gonzaga de fato aparece não sem despertar surpresa no leitor. Além deste aspecto, ainda existe no enredo as relações estreitas e fraternas entre ela e o Dr. Orville Derby, um geógrafo e geólogo renomado que esteve no Brasil no fim do século oitocentista para fazer algumas pesquisas. Ora, aqui não existe simultaneamente discurso histórico e ficcional, mesmo dentro do fingimento da presença de Chiquinha Gonzaga no novo arraial. Existe apenas a ficção, comprovada exatamente nessas seleções de elementos do real, desrealizados, e em seguida reorganizados na combinação para tematizar um mundo “como se” fosse real. Este aspecto do discurso de ficção é o que Iser chama de “acoplagem estrutural”:

Cada texto é uma reescrita de outros textos, que são incorporados e armazenados no texto em questão. Essa reescrita constitui uma transgressão de fronteiras, e os fragmentos trazidos das incursões feitas em outros textos são postos em confronto, apagando-se desse modo os seus respectivos contextos, cancelando-se os seus significados, encaixando-se elementos que podem até mesmo ser mutuamente excludentes (1999, p. 174).

O problema na reflexão de Dias está em querer encontrar uma referência para fora do texto com relação aos acontecimentos históricos. A este movimento — que também é o que atesta tratar-se *A casca da serpente* de romance histórico, segundo seu estudo — ele chama de “remoticidade”.

Vê-se que em ambas as análises aqui selecionadas para problematização a mesma ideia de não separação entre os discursos históricos e ficcionais habita ainda que sob forma diferenciada. A análise do romance de José J. Veiga evidenciará que mesmo estas marcas que de fato foram registradas no discurso histórico oficial são duplicadas em *A casca da serpente*, reforçando seu estatuto de ficção no seu funcionamento de se valer de um discurso dominante para denunciar os próprios pontos de fraqueza desse discurso. Ao serem repetidas as exatas palavras do narrador de *Os sertões*, de forma alguma estão ali presentes como discurso histórico. Estão encenando na ficção uma nova organização discursiva disposta para se constituir como o antidiscurso da ideologia. Estando a discussão da reescritura ladeada pela temática da memória, pode-se dizer que a seleção de aspectos a serem ressignificados está em sintonia com o que Todorov chama de *aproveitamento*: “Após ter sido *reconhecido e interpretado*, o passado será agora *utilizado*” (2002, p. 149). O resgate que a reescritura faz do passado não se desvencilha da ideia de que esta recuperação se executa para tematizar não só o mundo vivo do arraial de Canudos, até os seus últimos dias, como também a tematização de um mundo que é hoje presente. A partir de seu contexto de produção, vê-se como a reescritura do romance de J. J. Veiga atribui novos sentidos ao mundo construído no imaginário da obra.

## 2.0 As novas cascas

É importante antes de tudo relembrar que durante a leitura da narrativa de Euclides da Cunha não se passa a conhecer os seguidores de Antônio Conselheiro e moradores de Canudos a não ser como uma “massa de gente”, quase indefinida pelo vício da imitação ao seu chefe. É certo que alguns jagunços mais ligados ao Bom Jesus e outros personagens que tiveram sua importância por terem atuado de forma indireta no desenvolvimento da comunidade foram contemplados, mas ainda de maneira que precisou e precisa ser suplementada. Faz parte de alguns estudos críticos sobre *Os sertões* a preocupação em detalhar mais a atuação desses personagens que tiveram papel importante na história do arraial. Walnice Nogueira Galvão (2001) faz sua referência a eles pelo desfalque que o anonimato provocou dentro de uma história sobre a guerra de Canudos. Para combater esta ausência, a autora separa um “catálogo dos heróis” dentro do trabalho dela sobre o império de Belo Monte. Outro estudo de grande dedicação em pesquisa é o de José Calasans. Seu compromisso de resgate está em expor o estado-

maior do Conselheiro, apresentando informações sobre todos os sertanejos, muitos deles nem mencionados por Euclides da Cunha. A defesa que explicita para a relevância deste trabalho está no seguinte motivo: “Os vencidos também merecem um lugar na História” (CALASANS, 2000, p. 11).

A suplementação executada pela reescritura em *A casca da serpente* não se debruça minuciosamente sobre informações da vida desses outros heróis da guerra de Canudos. No lugar de tal perspectiva, o romance resgata estas vidas pela ressignificação da comunidade na sua organização democrática. O grupo que permanece para a fuga ao lado do Conselheiro é formado por: Joaquim Norberto, Quero-Quero, Quim Pisapé, Sinfrônio de Quipapá, Dedé de Donana, Nestor Borralho, Baianinho Gonçalves, Boanérquio Guerreiro, Bernabé de Carvalho, Pedrão e Sinésio Bailão.

O que surge como novidade é a entrada no grupo de Maria Hermengarda, depois conhecida como filha de Helena Maciel, tia do Conselheiro. Marigarda, como fica sendo chamada, vem suplementar na herança sanguínea a figura forte que foi Helena, a Nêmesis da família, com a ressalva de que em *Os sertões*, a tia do Conselheiro se mostra como uma personalidade perigosa pelo sangue frio que tinha nas veias. Marigarda mobiliza através do discurso do narrador e do seu próprio discurso um novo lugar para a representação feminina. Outra personagem que marca sua presença no grupo é Chiquinha Gonzaga, que estava em viagem pelo sertão para pesquisas sobre o folclore musical da região, acaba por acaso onde a comunidade estava acampada. Ambas as mulheres, por encenarem uma localização no texto ficcional que desconstrói a perspectiva euclidiana sobre o gênero, merecem mais atenção na análise.

Como já refletido, o hiato entre Euclides da Cunha e a mulher em *Os sertões* pode comportar dois fundamentos: primeiramente, o jornalista comungava da ideologia republicana que valorizava a mulher apenas pela responsabilidade que carregava como mantenedora de um lar equilibrado para que seus filhos fossem apropriadamente criados dentro da meta de serem bons cidadãos da pátria. A mudança durante o governo republicano nas áreas de educação para mulheres esteve restritamente centrada em cursos que aprimorassem seus trabalhos dentro de casa, como técnicas de costura, por exemplo. Desse modo, as representações das figuras femininas dificilmente encontrariam lugar fora do estreitamento descritivo que acolhia apenas a reprovação de práticas culturais que não valorizassem a honra pela virgindade e pelo casamento. A segunda possibilidade de fundamentação, vale dizer muito discutida pelos estudiosos da obra euclidiana, está centrada na ligação com a vida do escritor: sabe-se que Euclides da

Cunha teve uma vida amorosa muito atribulada, causadora inclusive da tragédia que acabou com a sua vida precocemente. Sem querer que tal aspecto atue como fator determinante, não é possível, contudo, recusar que estas informações estejam de fora das considerações analíticas.

A construção da personagem Marigarda tem seu devido destaque por estar também diretamente relacionada à mudança de opinião do Conselheiro no que diz respeito às mulheres. No contramovimento à narrativa de Euclides da Cunha, que se ocupou em descrever a figura feminina pela via do sentimento misógino que o chefe de Canudos nutria, da repreensão às práticas do amor livre e da sorte que algumas tristes habitantes tiveram quando sobreviveram ao conflito, a reescritura traz para o centro da narrativa a prima de tio Antônio, com personalidade bastante forte a ponto de conduzir no auxílio, de certa maneira, para que o Bom Jesus fortalecesse sua mudança. Sem nenhuma formalidade ou temor, Dona Marigarda desmonta o abismo entre o líder e as mulheres numa conversa simples sobre o mundo em que habitavam, demonstrando, apesar do constrangimento de outros membros do grupo, ter sido bem acolhida pelo Conselheiro. Antes de tal encontro com aquele que vai ser reconhecido como seu primo, Marigarda trava um diálogo com Bernabé fazendo críticas às mulheres que eram caracterizadas como fanáticas e histéricas, que batiam no peito e desmaiavam ao chegar perto do Bom Jesus.

Chiquinha Gonzaga é o segundo elemento para efetivar a desconstrução do discurso positivista republicano. O próprio narrador também suplementa a construção do antidiscurso pelas informações que apresenta sobre a musicista:

*D<sup>a</sup> Chiquinha não tinha maior interesse por filologia, mas se interessava muito pela vida. Tendo se casado muito cedo por arranjo de família, ela logo descobriu que havia caído num poço, do qual só poderia sair sozinha. Saiu, mas com filhos para criar. Para agravar a situação, optou por uma carreira vedada a mulheres: escolheu ser compositora e executante de música, e com muito esforço conseguiu fazer nome no meio teatral* (VEIGA, 2003, p. 141).

O discurso do narrador sobre a personagem, que estava entre a comunidade apenas de passagem, se fixa exatamente no ponto sobre os valores da sociedade da época, ou melhor, sobre como ela mesma questionou esses valores ao escolher viver dentro do meio artístico, atitude encarada com maus olhos para aquele tempo. A seleção da personagem de Chiquinha Gonzaga, embora pareça totalmente desligada do grupo

dos ex-habitantes do arraial de Canudos, é combinada juntamente com outros elementos para ser realizada nesse imaginário que se coloca como o discurso crítico da ideologia dominante durante os anos iniciais republicanos. Além de o narrador fazer parte da engrenagem crítica estabelecida pela figura feminina da musicista, a própria fala de Chiquinha também se impõe como elemento descentralizador da narrativa euclidiana quando coloca problematizações a respeito do governo: *E aqui no Brasil, o que é que vocês acham dessa república que não acerta o passo? Ela já vai completar dez anos. Com dez anos eu já costurava, fazia alfenim e batucava piano* (VEIGA, 2003, p. 146).

Tanto Marigarda como Chiquinha Gonzaga sinalizam para uma nova visão de progresso e de avanço na sistematização do novo grupo mediante dois caminhos: Marigarda, pelas repreensões feitas ao fanatismo tão inserido nos movimentos messiânicos, logo mais analisadas; Chiquinha Gonzaga, por representar uma nova saída para a vida das mulheres, fora dos padrões do casamento e da maternidade.

## 2.1 O narrador

A primeira frase do livro parece sinalizar de imediato que o narrador é consciente das artimanhas discursivas: *A palavra bem manejada, e dita na hora certa, tem poderes a bem dizer mágicos*. Sabedor desta manipulação sobre a linguagem o ponto de vista experimenta agora o lugar antes reservado como margem. Mesmo comportando uma configuração de narrador onisciente intruso, sua identidade permanece anônima, mas pelo controle que comporta sobre como a narrativa vai ser contada neste romance, verifica-se que sua posição atua sempre em defesa dos sertanejos.

A enunciação do narrador parece desde já conter um caráter de profecia, que não se detém apenas neste trecho inicial, mas percorre todo o romance. Profecia e astúcia porque sabe bem que o que será colocado em seguida se apresenta como contra ao que o jornalista Euclides da Cunha descreve em *Os sertões*. Trata-se da passagem que descreve o fim do conflito e o encontro entre os militares e alguns canudenses que se entregavam. O jornalista assim notificou:

*Ao chegar à presença do general, tirou tranquilamente o gorro azul, de listras e borlas brancas, de linho; e ficou, correto, esperando a primeira palavra do triunfador. Não foi perdida uma sílaba única do diálogo prontamente travado.*

—“Quem é você?”

—“Saiba seu doutor general que sou Antônio Beato, e eu mesmo vim por meu pé me entregar, porque a gente não tem mais opinião e não agüenta mais”.

E rodava lentamente o gorro nas mãos, lançando sobre os circunstantes um olhar sereno.

—“Bem. E o Conselheiro?...”

—“O nosso bom conselheiro está no céu...” (CUNHA, 1995, p. 508).

Em *A casca da serpente* pode-se ler:

No dia 2 de outubro de 1897 dois jagunços de Canudos, exaustos da guerra e agitando uma bandeira branca, conseguiram chegar ao general Artur Oscar, comandante da quarta e última expedição federal despachada contra os rebeldes. Um dos jagunços era Antônio Beatinho, o sacristão de Antônio Conselheiro; o outro era Barnabé José de Carvalho, espécie de secretário para assuntos políticos. Vinham comunicar ao general comandante que os derradeiros defensores do arraial queriam se render. O general cortou a introdução, que ameaçava ser longa, e fez a pergunta que realmente o interessava:

—E o Conselheiro?

O Beatinho olhou para o chão, carregou mais na tristeza das feições, e respondeu:

—O nosso bom Conselheiro já está no céu. (VEIGA, 2003, p. 7-8).

A duplicidade aqui explícita prepara o terreno do texto paródico para a subversão dos fatos narrados por Euclides da Cunha. Note-se que o fingimento do texto ficcional de J. J. Veiga, ou seja, a introdução de aspectos que se referem ao mundo “como se” este mundo fosse real, se dobra sobre o fingimento do personagem evidenciado na recriação do comportamento de Beatinho: *carregou mais na expressão* para que acreditassem de fato na morte do Bom Jesus. Nesta passagem também está em jogo uma ressignificação estética do caráter descritivo da narrativa. O narrador de *A casca da serpente* selecionou como importante a pergunta sobre Antônio Conselheiro, renegando o que a escrita euclidiana tinha como referência do fato. O apego ao real, a supremacia do *status* de copista sai de cena para assinalar o mérito da reescritura: a não morte do chefe de Canudos.

Posteriormente à arguição, o narrador logo expõe o plano combinado pelos sertanejos: encontrando um sócia para apresentar como o corpo morto do santo homem, através das indicações de um jagunço do arraial, e em seguida entregando-o às tropas do

governo, é logrado o convencimento de que Canudos já não se apresenta como ameaça à paz nacional:

*A comissão de oficiais aceitou que aquele era o cadáver do Conselheiro. Precisava que fosse, tinha que ser. Todos os seus membros queriam encerrar logo o assunto e voltar para casa como heróis, por isso ninguém levantou nenhuma dúvida nem estranhou a colaboração “espontânea” do prisioneiro em indicar o lugar exato onde estava o corpo. Pode ser que tivessem desconfiado de tanta gentileza e do perfeito entrosamento de peças, mas para que estragar a arrumação que convinha a todos? (VEIGA, 2003, p.8-9).*

Vê-se claramente no trecho acima que o narrador encerra a possibilidade de que os militares sabiam que o corpo ali exposto e prestes a ser exibido como troféu não era o verdadeiro. Neste momento há uma sugestão de cumplicidade do fingimento. É certo que o plano para enganar as tropas partiu dos conselheiristas, e foi acionado com sucesso. Mas a possível complacência dos oficiais encena a ressignificação no contramovimento do discurso: diante de uma longa e, sobretudo, inesperada batalha, pela resistência que os sertanejos demonstraram, era necessário que os militares atingissem o desfecho dessa etapa histórica com louvor, executando assim o apagamento de sucessivos fracassos diante do exército *bárbaro* da Tróia de Taipa; além de tudo, no embate com o texto euclidiano, era preciso que as tropas do governo vencessem ou toda uma episteme científica determinista, com suas teorias raciológicas, seria derrubada bruscamente. Desse modo, a conclusão dos dois lados como cúmplice era favorável a todos: a glorificação da Pátria, consolidada pelo exército, e a vida dos moradores de Canudos e de seu líder.

O romance ainda traz um aspecto interessante. Um trecho colocado entre aspas, com a única referência de que se tratava de um documento da época, serve como prova de que o plano havia dado certo. Vale dizer que a passagem se encontra no texto de *Os sertões*:

*Removida breve camada de terra, apareceu no triste sudário de um lençol imundo, em que mãos piedosas haviam disparzido algumas flores murchas, e repousando sobre uma esteira velha, de tábuas, o corpo do “famigerado e bárbaro” agitador. Estava hediondo. Envolto no velho hábito azul de brim americano, mãos cruzadas ao peito, rosto tumefacto e esquelético, olhos fundos cheios de terra — mal o reconheciam os que mais de perto o haviam tratado durante a vida (CUNHA, 1995, p. 514).*

O discurso ficcional duplica as mesmas palavras do texto euclidiano, no entanto com outra via de encenação. A escritura oficial aparece posteriormente como relato de que o fingimento, em apresentar outro corpo que não o de Antônio Conselheiro, foi tão bem sucedido que uma das narrativas mais importantes da cultura brasileira endossou o acontecido sem nenhuma desconfiança. O que aqui poderia funcionar como indicador de que *A casca da serpente* se encaixa dentro do gênero romance histórico por amalgamar documentos oficialmente comprovados com ficção não se sustenta teoricamente, a partir do que se viu discutido na dissertação de mestrado cujo *corpus* de análise era o romance de Veiga. Sobre esta repetição pensa-se da seguinte forma:

Uma das principais articulações feitas pelo narrador é a ligação entre o ficcional e o documentado com o intuito de mostrar como, aparentemente, o que vai sendo relatado ao longo do texto é oficialmente comprovado (DIAS, 2009, p. 58).

Ora, como já discutido, o discurso ficcional, ao repetir elementos do real em seu texto, sejam eles eventos ou até mesmo outros textos, retira desses elementos o caráter de referencialidade. Não está se negando que a passagem descrita por Euclides da Cunha é incompatível com o fato histórico. Mas que esta passagem, ao ser combinada a outros aspectos selecionados na escritura ficcional de *A casca da serpente*, não pode ser compreendido como oficial. Daí que esta duplicidade, ao ser executada, desmonta a ideologia dominante atuante pela voz autorizada de narrar o que aconteceu no ponto exato em que o discurso euclidiano tem a função de corroborar com o fingimento praticado na apresentação do sócio do Conselheiro. Em outra passagem, para falar também do caprichoso trabalho no engano que os canudenses provocaram nas tropas militares, *A casca da serpente* faz referência às reportagens redigidas por Euclides quando este estava na função de correspondente de guerra, antes da publicação do livro:

*Quando o cadáver foi achado pela comissão dos federais no dia 6 de outubro, todos concordaram, ou puderam concordar, que se tratava mesmo do famigerado e bárbaro Antônio Vicente Mendes Maciel, vulgo Antônio Conselheiro, como afirma a ata então redigida, e transcrita em parte pelo repórter Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha na correspondência que mandou para seu jornal, e que faz parte do livro que publicou sobre a campanha de Canudos cinco anos depois (VEIGA, 2003, p. 12-13).*

O início da narrativa, ao expressar a atitude dos habitantes de Canudos de burlar o exército, já se apresenta como aspecto significativo para a análise do contradiscurso componente da reescritura de J. J. Veiga. A recriação do texto está envolvida numa continuação do arraial, numa perpetuação de uma coletividade sertaneja, antes descrita no discurso de *Os sertões* como impossível, dentro dos parâmetros da ciência, de sobrevivência àquele meio e às raças mais fortes. Assim está colocado na *Nota Preliminar*:

*Intentamos esboçar, palidamente embora, ante o olhar de futuros historiadores, os traços atuais mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil. E fazemo-lo porque a sua instabilidade de complexo de fatores múltiplos e diversamente combinados, aliada às vicissitudes históricas e deplorável situação mental em que jazem, as tornam talvez efêmeras, destinadas a próximo desaparecimento ante as exigências crescentes da civilização e a concorrência material intensiva das correntes migratórias que começam a invadir profundamente a nossa terra (CUNHA, 1995, p. 99).*

O antidiscurso, que se erige com o fingimento dentro do próprio ato de fingir da ficção, subverte as ideias evolucionistas da obra euclidiana na recusa do fim da comunidade de Canudos, mesmo estando estas ideias envolvidas pela contradição do julgamento de crime. Melhor explicando, seria o caso de lembrar que na “Nota Preliminar” ao mesmo tempo em que determina o “esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes” (CUNHA, 1995, p. 99), o assalto feito pelas tropas do governo significou investida criminosa. Se a população sertaneja já estava destinada ao seu desaparecimento, como o narrador de *Os sertões* assegura pela citação de Gumpłowicz, teria o exército antecipado sua destruição? A reescritura de Veiga se põe também no contrário a estes impasses, resolvendo-os tanto pela continuação de parte da comunidade, como pelo arremate igualmente carregado do peso do crime, como se verá mais a seguir na análise, na extinção da “nova Canudos” por militares na década de 60. No que concerne à colocação disposta no texto euclidiano sobre o caminhar inevitável da história, ameaçando a população sertaneja, a ressignificação de *A casca da serpente* assina o questionamento do saber instituído no fim do século XIX e no início do XX que atuou como fonte de verdade, uma vez que as ferramentas utilizadas para a observação da realidade estavam salvaguardadas na ciência.

Logo se percebe na reflexão desses aspectos que o ficcional, em sua retrospectiva crítica, está localizado em uma perspectiva de falar *para* um discurso, sem

que se conceba nenhuma destruição do passado, no entanto ciente de que a realidade do passado que questiona é também discursiva. A colocação da voz ex-cêntrica *para* um discurso não se dá sob a condição de negação deste mesmo discurso. Se assim o fosse, como se poderia postular a noção de continuidade cultural? O que ocorre é que o discurso paródico só pode trabalhar simultaneamente de dentro e de fora de um contexto social e político dominante (HUTCHEON, 1991).

A maneira como o narrador se posiciona diante de alguns fatos sinaliza e ratifica que seu discurso, antes silenciado por estar à margem, atua agora sustentando a opinião de que o conflito em Canudos foi mesmo um crime cometido pelo governo republicano:

*Do nosso lado também, soldado prisioneiro não era tratado como vossa alteza, ou vossa senhoria. Mas era preciso ter em conta que Canudos estava se defendendo. Ora, quem vai buscar lá não deve reclamar caso saia tosquiado* (VEIGA, 2003, p. 24).

O caráter nada imparcial do narrador é demarcado em expressões do tipo “do nosso lado” e, como se vê em outras passagens do romance, a referência aos militares como “Anticristo”. Após os canudenses terem ludibriado as tropas para que pudessem escapar sem correr riscos de serem capturados, o narrador parece deixar também o arraial, e depois lança a pergunta sobre o que poderia ter acontecido com os bravos lutadores que ficaram sem ceder à rendição. A partir disso, ao longo do texto de *A casca da serpente* são construídas várias críticas ao governo republicano, tanto através da voz que narra, como mediante o discurso dos próprios personagens. Uma das mais exaltadas manifestações do narrador vê-se na seguinte passagem:

*[...] a República está longe, e provavelmente jamais chegará ao sertão, como o Império mesmo não tinha chegado, e justamente por isso, por estar longe dos governos, é que ali era o sertão. E sertão continuaria sendo por muito tempo, senão para sempre. Então vamos soltar a ronca na República, que ninguém sabe o que é nem o que pretende* (VEIGA, 2003, p. 61).

O narrador aqui retoma a noção de *isolamento*, engendrada por Euclides da Cunha quando este cita a carta régia de 7 de fevereiro de 1701 como ponto inicial deste fenômeno não apenas geográfico, mas social. O documento proibia que sertão e sul do país travassem comunicação, principalmente comercial. O percurso para a produção de esquecimento dos compatriotas habitantes do Brasil central estava apenas no seu início. O que Euclides havia demarcado vai aqui ser suplementado com mais veemência de que

assim como o governo republicano, a monarquia não assistiu os cidadãos que em terras tão distantes e tão pobres viviam também, conscientemente, vale dizer, descuidados pela nação. O que se quer destacar com a apresentação deste trecho do romance de José J. Veiga é o estabelecimento da fusão de horizontes na interpretação do texto euclidiano. Ou seja, a representação que *A casca da serpente* encena atua como resultante de um ponto de encontro entre o que o narrador de *Os sertões* denuncia deste isolamento e o que leitor compreende, ou melhor, atualiza no momento presente da leitura.

Numa reflexão sobre a experiência do texto, Iser esclarece:

Experimentar um texto significa que algo está acontecendo com a nossa experiência. Ela não pode permanecer a mesma pelo fato de nossa presença no texto não ser mero reconhecimento do que já sabemos (1999, p. 51).

O diferencial entre *Os sertões* e *A casca da serpente*, mais especificamente no que diz respeito às críticas e aos apontamentos sobre as práticas políticas, ou melhor, a ausência dessas práticas nas imediações interioranas do território nacional, que Euclides da Cunha constrói com a concepção de *isolamento*, está sinalizado na voz do narrador do romance de Veiga quando esta expressa o prolongamento, sem um fim determinado, da situação precária das regiões centrais. Pela leitura de *Os sertões* já se sabia a respeito das carências que um local tão castigado por fenômenos naturais sofria. Só que no momento em que o narrador “profetiza” que o estado de privações de tais localidades ainda permaneceria durante muito tempo, o discurso comprova que a interpretação desenvolvida sobre o texto euclidiano introduz toda a bagagem de conhecimentos disponíveis no ato da leitura, ou seja, as representações executadas na historicidade do texto, que é sua atualização, não se desvencilham, obviamente, do contexto sócio-cultural de produção. Falar sobre a indiferença dos projetos republicanos para com a população sertaneja indica ainda o desaplauso para um governo, que envolvido por anúncios exaltados sobre o bem da democracia, revela sua incompetência por acatar disparidades sociais.

## 2.2 Antônio Conselheiro ou tio Antônio

O enredo da narrativa é tão fiel aos planos de figurar uma continuação da comunidade que habitou em Canudos que quando conseguem fazer com que o governo

acredite que Antônio Vicente Mendes Maciel já é morto e o corpo está disponível para estudos científicos que queiram provar sua “loucura”, os ex-moradores do arraial se despedem do lugar numa caminhada ainda sem rumo, uma vez que o mais importante era escapar da vista dos “anticristos”. O personagem do Conselheiro está no início da caminhada ainda doente e muito fraco.

As mudanças prestes a ocorrerem em Antônio Conselheiro começam antes mesmo de estarem evidentes em seu discurso. O início dessa metamorfose se situa na voz do narrador. Este vai envolvendo cenas de intimidade já para introduzir descrições do cotidiano do líder religioso, não conhecidas antes pela narrativa do jornalista. No percorrer da narrativa, Antônio Conselheiro vai ganhando resistência e apresentando um quadro melhor de saúde. Neste momento o narrador vai se perguntando se com essas mudanças o Bom Jesus não deixaria a mania de rezas a toda hora. O ponto em que de fato se reconhece a transformação de seu caráter se inicia com o desapego às práticas religiosas, mas não radicalmente:

*[...] ele não andava mais tão apegado a citações da Bíblia, falava uma linguagem mais singela. Disse há pouco que era preciso evitar erros de Canudos, formar outro arraial mais voltado para as necessidades das pessoas, não se perdendo tanto tempo com rezas. No novo arraial ia-se rezar, claro, mas não como em Canudos. As rezas agora iam ser entoadas em agradecimento e regozijo, não mais para pleitear graças impossíveis (VEIGA, 2003, p. 29).*

Este trecho que sinaliza a mudança do Conselheiro convoca para discussão um aspecto importante: primeiramente, é preciso esclarecer que o posicionamento do narrador não recusa os costumes religiosos. Prova disso são as próprias citações e referências que ele faz à Bíblia. Uma é feita logo no início: *Bem disse o evangelista que no princípio era o verbo, e o verbo era Deus. E no livro dos provérbios está escrito que a palavra oportuna muito boa é (VEIGA, 2003, p. 7).* O discurso religioso continua, só que de forma mais ponderada e mais refletida: sem o exagero de apelos ao Divino para abençoá-los com rios de leite e montanhas de cuscuz:

*O tempo que antes era gasto em orações, agora seria empregado em obras para melhorar a vida das pessoas, evitar aqueles sofrimentos do corpo que até entopem a comunicação com Deus. Era bem possível que Deus tivesse largado mão de Canudos justamente para se livrar de lamuriação mal apresentada. Na nova Canudos as pessoas iam falar a Deus com clareza, já depois de terem*

*trabalhado em coisas úteis para elas, e comido com decência* (VEIGA, 2003, p. 53).

Outro traço importante do romance de José J. Veiga é que a narrativa retoma informações sobre a vida de Antônio Vicente Mendes Maciel desvincilhadas da visão dominante, que tinha sua salvaguarda nas ciências em vigor do fim do século XIX e do início do XX. Primeiramente em *Os sertões* encontramos as seguintes palavras:

*A sua frágil consciência oscilava em torno dessa posição média, expressa pela linha ideal que Maudsley lamenta não se poder traçar entre o bom senso e a insânia. Parou aí indefinidamente, nas fronteiras oscilantes da loucura, nessa zona mental onde se confundem fâscinoras e heróis, reformadores brilhantes e aleijões tacanhos, e se acotovelam gênios e degenerados. Não a transpôs. Recalcado pela disciplina vigorosa de uma sociedade culta, a sua nevrose explodiria na revolta, o misticismo comprimido esmagaria a razão. Ali, vibrando a primeira uníssona com o sentimento ambiente, difundido o segundo pelas almas todas que em torno se congregavam, se normalizaram* (CUNHA, 1995, p. 207).

Na ressemantização executada em *A casca da serpente* as informações sobre a vida que o Conselheiro tinha antes mesmo de se firmar como líder do arraial de Canudos apresentam seu contraponto com a perspectiva cientificista na narrativa do jornalista:

*[...] aquele homem quase maltrapilho, aparência de mendigo, de rejeitado do mundo, tinha a presença e o olhar de criatura superior. Ele desarrumava as pessoas, mas em nenhum mau sentido. Quem ele olhasse firme sentia um tremor interno que atraía para ele. E em pouco tempo de convívio, mesmo silencioso, implantou-se nos moradores a crença de que aquele homem tão despossuído e tão fraco de corpo tinha dentro uma força e uma qualidade que tocavam a todos, tanto que ninguém se animava a tomar liberdade com ele* (VEIGA, 2003, p. 57-8).

O trecho de *A casca da serpente* descreve a personalidade do Conselheiro ainda antes dessa mudança que se sucedeu quando findou a insurreição sertaneja. A subversão em cima do discurso euclidiano vem se impor no antidiscurso de uma visão normativa de ciência que pontuava a revolta ao sistema vigente de governo como loucura. Este é o viés percorrido pelo discurso do poder para explicar as grandes “crises” nacionais, dentro de uma prática ideológica de democracia não estendida aos interiores do Brasil central.

As aparências foram acompanhando as transformações de dentro e assim o Conselheiro tirou a barba, jogou o camisolão de zuarte fora e vestiu calças. Na opinião do narrador, “ninguém ia notar nem acreditar que ali estivesse o ‘gnóstico bronco’, ‘um caso notável de degenerescência intelectual’, como classificou o repórter Pimenta da Cunha” (VEIGA, 2003, P. 121). Quando o restante do povo se deparou com aquela nova imagem, tão diferente, quase não reconheceu. Dona Marigarda logo se precipitou e mesmo sendo prima do Conselheiro tomou a liberdade de lhe chamar de tio Antônio, possivelmente por ser bem mais nova na idade.

Sobre a figura de Antônio Conselheiro, por mais que no romance *A casca da serpente* ele apareça democrático e desapegado às rezas, é possível dizer que em torno de sua personalidade não desapareceu a admiração que sempre atraiu como líder. O narrador a todo tempo endossa um respeito afetivo antes inexistente no discurso de *Os sertões*. Em determinada passagem do texto euclidiano vê-se de fato a caracterização da posição de autoridade que o Bom Jesus comportava. No entanto, o ponto de vista não escapa de uma elaboração descritiva que precisava diagnosticar aquele homem como louco, que atraiu milhares de pessoas através de suas crenças e de seus costumes. Assim está escrito:

*Tinha [...] ao que parece a preocupação do efeito produzido por uma ou outra frase mais decisiva. Enunciava-a e emudecia; alevantava a cabeça, descerrava de golpe as pálpebras; viam-se-lhe então os olhos extremamente negros e vivos, e o olhar — uma cintilação ofuscante...Ninguém ousava contemplá-lo. A multidão sucumbida abaixava, por sua vez, as vistas, fascinada, sob o estranho hipnotismo daquela insânia formidável* (CUNHA, 1995, p. 218).

Na reescritura, tendo já o processo de transformação se estabilizado, é durante uma sessão de fotos feitas por Militão que a ressignificação se sacramenta. O narrador observa e descreve este momento novo na vida dos sobreviventes; novo como aquele homem a que chamavam carinhosamente de “tio”:

*É um olhar vigilante, discernidor, mas sereno e sábio. É um olhar que atrai a atenção de quem vê a fotografia, e ao mesmo tempo que está sendo olhado, olha também a quem o olha, e diz que ali está quem viu o avesso do mundo e não enlouqueceu, mas tirou conclusões e aprendeu, e agora tem a tranqüilidade humilde- orgulhosa de dizer, estou aqui, apesar* (VEIGA, 2003, p. 124).

Tio Antônio morre aos 94 anos. Embora tenha contribuído para que a nova Canudos servisse de exemplo mundo afora e embora tenha escrito planos com metas de grandes mudanças para aquela região tão pobre do território brasileiro, sua opinião ressentida sobre o governo do país foi o único aspecto dessa renovada comunidade que resistiu em permanecer o mesmo: a república vai sempre ficar sem caminho.

### 2.3 A Concorrência de Itatimundé

A reescritura de José J. Veiga, ao mesmo tempo em que figura a nova atitude de desapegar-se às rezas, a inexistência da submissão em relação a Antônio Conselheiro e o aspecto de dispersão de qualquer fanatismo religioso, acolhe de forma crescente no texto uma fixação pelo progresso, pelo desenvolvimento do novo Arraial, expondo um desejo agora em “retificar” o que foi feito no passado. Essa obsessão pelo desenvolvimento social, responsável pela “abertura” da comunidade às coisas que chegavam de fora, designa um novo tipo de milenarismo. Obviamente um milenarismo que sofreu o processo de laicização de suas estruturas.

A significativa mudança afirmada a todo tempo pelo discurso do narrador de *A casca da serpente*, no intuito de estabelecer o antidiscurso ideológico com a introdução de elementos ressignificados, acaba por não conseguir se desviar da utopia dos anos de felicidade, reafirmada pelo personagem de Pedro — nome adaptado de Piotr Alekseivitch Kropotkin, príncipe do anarquismo russo —, no desejo de construir uma sociedade sem governo, e pela posição de abertura total às novidades que sinalizavam progressos, fossem elas objetos, fossem ideias.

O que estava previsto nas crenças milenar-messiânicas dos fiéis não precisou ser acontecimento em *A casca da serpente*, uma vez que seu falecimento não ocorreu: acreditava-se que após os três dias do momento de sua morte, o bom Conselheiro ressuscitaria. A predestinação não aconteceu, mas houve a persistência de que o dia de sua volta haveria de ocorrer: ele estaria entre milhões de arcanjos munidos de espadas de fogo para a total destruição do inimigo. Erige-se, desse modo, o primeiro contraponto. No fingimento dentro do ato de fingir do texto ficcional, a ideia de ludibriar o exército, forjando o próprio corpo de Antônio Vicente Mendes Maciel, agrega consigo um processo crescente de mudanças que, apenas inicialmente, resvala numa “desleitura” dos movimentos de quiliasmo. No próprio discurso do narrador e de algumas personagens vê-se uma crítica ferrenha às práticas religiosas como fanatismo,

característica possível de ser encontrada em movimentos cristãos. Na máquina discursiva da reescritura pode ser sinalizado o fato de que a “retificação” da comunidade será efetuada com a construção do posicionamento contrário às práticas religiosas marcadas por crenças fervorosas na instalação de um império na Terra, agregador da felicidade eterna para os fiéis.

Para que nada incorra na mesma tragédia que foi a guerra de Canudos, tanto o discurso do narrador, como o dos próprios personagens, afirmam e reafirmam ao longo do texto uma urgente mudança para que seja viável o desvio de alguns erros do passado. Daí a justificativa para a transformação do Conselheiro em pessoa mais democrática. Sobre este aspecto o narrador coloca:

*Antes ele resolvia tudo sozinho e comunicava a decisão aos seguidores; agora falava no plural, nós resolvemos depois para onde ir. Assim ficava melhor, claro: muitas cabeças pensando e se consultando alcançam melhor resultado. A dúvida era se aquilo seria uma mudança de verdade ou efeito passageiro do descabro em que se achavam* (VEIGA, 2003, p. 19).

Aliada à descrição desse novo perfil de Antônio Conselheiro, há também uma preocupação em desmistificar uma aura divinizada do chefe dos jagunços, característica recorrente na formação de todo movimento milenar-messiânico. No romance, a passagem que ilustra esse desmonte envolve a situação de um simples banho que o Conselheiro manifesta desejo em tomar. A naturalidade da narrativa e o próprio despojamento verbal sinaliza inclusive uma certa graça:

*O que o Conselheiro indagava era se tinha jeito de uma pessoa crescida tomar banho naquela baciinha. Sinésio informou que ele e cabo Nestor, cavucando com uma estaca pontuda, tinham conseguido alargar e aprofundar o poço para caber nele uma pessoa com as pernas encolhidas.*

*— Pois eu vou experimentar essa bacia. Estou precisando limpar o ceroto. Também sou filho de Deus — disse o velho* (VEIGA, 2003, p. 29-30).

A carga de mistério, de sagrado e de inacessível, configurada no discurso de *Os sertões* sobre a figura de Antônio Conselheiro, na reescritura, vai sendo desconstruída para a apresentação agora de uma organização de comunidade que deve ser pensada sem o peso das práticas religiosas. É certo que não está expurgada do discurso do narrador a importância de uma religiosidade, como já foi esclarecido anteriormente. O

contraponto se estabelece quando esta religiosidade é praticada de forma cega e exagerada, pois, se assim conservassem tal atitude, os sobreviventes de Canudos, em lugar de alívio para alma, proporcionariam obstáculos para as mudanças que desejassem executar na formação de uma nova comunidade.

Fato interessante para análise dentro da reescritura de *A casca da serpente* é que em desmontar o perfil do Conselheiro como o messias que retornaria três dias após sua morte para redimir os injustiçados, a ressignificação assume que também compartilha da noção de milenarismo como significado de alienação. Ora, como a comunidade, para não repetir as mesmas falhas, precisa estar aberta ao progresso, os valores arcaicos presentes no arraial precisam ser desconstruídos, caso contrário serviriam como impedimento do progresso social. Tal ponto de vista não passa de ideia irrefletida e ingênua por não entender que algumas comunidades são sistematizadas numa estrutura messiânica justamente para manifestar e questionar os grandes avanços de centros urbanos. Maria Isaura Pereira de Queiroz introduz uma reflexão importante a respeito deste ponto de vista equivocado que força correspondência direta entre messianismo e atraso:

A definição de messias como inimigos do progresso decorre do retrato que foi feito de Antônio Conselheiro e da interpretação das suas atividades: condenava, dizem, os costumes novos vindos do litoral, e mandava queimar em grandes autos-de-fé objetos de luxo. É preciso, porém, não confundir luxo e novidade; sabe-se que realmente condenou o luxo. No entanto, também promoveu a prosperidade das zonas em que se instalou; comércio e artesanato se desenvolveram em Canudos [...] (2003, p. 346).

Nos atos de fugir dos erros de Canudos, o que antes era rigorosamente controlado, como por exemplo, a entrada de novas pessoas na comunidade, agora surge com bastante tolerância. Prova disso está na chegada, bem assimilada até certo ponto, de dois estrangeiros no grupo, Cotenile e Pião Dó. A informação que tem a partir da descrição do narrador é que ambos “falavam irlandês”. A seleção destes dois personagens históricos, conhecidos com os nomes de James Connolly, líder nacionalista irlandês e revolucionário socialista, e Padraic Pearse, patriota irlandês e comandante do Irish Republican Army (IRA), encena na combinação com outros elementos do texto ficcional a construção do discurso em favor do governo republicano: ambos se colocam como contrários ao sistema monárquico de sua nação governada ainda a partir de Londres. No entanto, de forma alguma reprovam o fato dos sertanejos desejarem o

retorno de práticas e de leis próprias do regime monárquico. Em determinada conversa com Antônio Conselheiro, no momento em que coloca que o sistema republicano seria o melhor caminho para Irlanda, Pião Dó esclarece:

*O senhor fôï contra a república aqui, mas precisa reconhecer que lá é diferente, não queremos prestar obediência a rei e rainha estrangeiros, e na minha terra não tem ninguém querendo ser rei. Então a nossa saída é a república. A república não está dando certo na América do Norte?* (VEIGA, 2003, p. 133).

Desse modo, os dois personagens atuam também como engrenagem para a reformulação da comunidade. O fácil acolhimento que Cotenile e Pião Dó encontraram no Conselheiro, não sem os ciúmes do restante do grupo, aponta para este novo traço de seu caráter em receber com complacência as novidades que por terras tão escondidas chegavam. É coerente pensar, a partir da análise do discurso do narrador, que a chegada dos dois forasteiros irlandeses proporcionaria uma valiosa contribuição para o acerto que se quer fazer com esse novo arraial. O progresso está na abertura de comunicações entre os mais diversificados povos, derrubando o protecionismo de costumes e bens. Na fala do narrador esta sim é a estrada precípua para que a humanidade progrida a passos largos. A notícia sobre o grupo também atingiu os povos das cidades vizinhas. Tal acontecimento se deu, como cogita o narrador apresentando o progresso de técnicas de comunicação, através de fios de telégrafo da caatinga que divulgaram a formação de uma nova comunidade. E assim a “nova Canudos”, também chamada de “Concorrência de Itatimundé”, como preferiam todos, foi crescendo novamente dentro do sertão.

A culminância de toda transformação se efetiva já no fim da narrativa com a chegada de mais um estrangeiro no acampamento que, por ter nome tão complicado para quem fala e só entende em português, preferiu ser chamado se Pedro. A entrada do anarquista na comunidade vem selar, através dos diálogos que mantém com o Conselheiro, os planos para a construção de uma sociedade sem governo. Tio Antônio e Pedro, então, começaram a escrever seus objetivos para depois porem em prática:

*[...] E no arraial o resultado de tanta conversa e escritos foram aparecendo nas simples e belas construções materiais e nas normas de convivência e trabalho que deram corpo e alma à Concorrência de Itatimundé, comunidade que serviu de modelo a uma infinidade de outras mundo afora* (VEIGA, 2003, p. 158).

Falou-se anteriormente que o objetivo de consertar os erros do passado através da recusa dos valores típicos de comunidades messiânicas sinalizaria apenas inicialmente a problematização crítica dos movimentos de quiliastro. Inicialmente porque a obsessão direta pelo progresso se configura como um tipo de milenarismo laicizado que quer conquistar a felicidade terrestre por meio dos avanços técnicos e científicos. Como esclarece Jean Delumeau sobre os movimentos quiliastas do fim do século XIX:

Essa época está doravante voltada para um futuro radioso realizável neste mundo, quer seja preciso chegar a ele por meio das provações e das violências na continuidade das profecias do Apocalipse ou, ao contrário, por meio de um avanço gradual iluminado pela ciência, pela instrução e por uma moral adulta (1997, p. 285).

A metáfora que Pedro faz da república como uma caixa vazia, a qual ponderadamente os cidadãos devem encher, introduz a perspectiva que os brasileiros têm uma grande oportunidade na mão, só resta saber administrá-la bem. Nesta passagem o anarquista faz um longo elogio aos novos tempos de progresso:

*[...] os negócios humanos se regulam pelo calendário, e o início de um século é importante, pelo menos psicologicamente. Faltam apenas três anos para entrarmos no tão falado século XX, que se espera seja a Idade de Ouro da humanidade. Os inventos e as descobertas que pipocam por toda parte reforçam essa esperança. Vocês brasileiros podem se beneficiar muito do invento daquele moço italiano, o telégrafo sem fio [...] E o raio invisível descoberto por um alemão, raio que atravessa corpos opacos e mostra o que existe dentro?* (VEIGA, 2003, p. 148).

Como já foi antecipado sobre o fim do romance de Veiga, a Concorrência de Itatimundé acaba novamente sob destruição praticada pelos militares em 1965. As mudanças feitas com a assimilação de uma ideia utópica de sociedade estão desabadas, assim como também estiveram os valores e costumes do messianismo no antigo arraial. Já nas últimas linhas do romance, o narrador faz questão de afirmar que se restaram ruínas desse projeto, não quer dizer que tudo não passou de planos absurdos. Ao contrário: “deu tão certo, que precisou ser demolido à força, como fora Canudos setenta anos antes” (VEIGA, 2003, p. 158).

### 3.0 A arrumação do sertão: um desfecho para análise

O contradiscurso ficcional de *A casca da serpente* constrói, através dos planos de mudança na organização das pessoas e das práticas da comunidade, o vislumbre de que, apresentando saídas para retificar o antigo arraial e para desconstruir um discurso dominante sobre a população sertaneja, as mobilizações sociais que estes ex-habitantes experimentavam agora em um novo tempo conduziriam o grupo a uma nova era de felicidade, uma vez que o século XX se iniciou com a celebração pulverizada nos discursos de que se tratava de uma idade de ouro para o progresso, tendo em vista as inúmeras descobertas técnicas e científicas que garantiriam o bem-estar da sociedade. De forma alguma se quis aqui atribuir muito peso a esse resvalo que o contradiscurso comete em se esquivar dos movimentos messiânicos e, conseqüentemente, de seus valores arcaicos, para assumir um tipo de milenarismo do progresso. Obviamente que este aspecto precisa ser assinalado e, em seguida, analisado. Mas aponta-se como estando em segundo plano. O que se vê é que as forças desse antidiscurso ideológico não estão apenas nem nessa oposição às práticas demasiadamente exibidas da religião, nem no investimento que a personagem de Pedro traz à comunidade com seus ideais de sociedade sem governo. Tais aspectos da narrativa são ferramentas para dar mais vigor ao desfecho final da Concorrência de Itatimundé. Como uma comunidade conservaria autonomia para viver seus costumes sem a opressão do poder? A exposição do movimento de Canudos chamou atenção das autoridades políticas não porque a comunidade ameaçava a estabilidade do governo republicano, e sim porque revelava que um sistema que se engrandecia por propagar e oferecer a todos a igualdade perante a lei poderia ser desmontado nos discursos de um mero “fanático” e “louco”, seguido e apoiado também por uma “massa” contagiada por aquela mente de “gnóstico bronco”. Sendo de qualquer natureza, a forma de organização entre os sertanejos que estivesse em reverso do que o poder “autorizava” ou “desautorizava”, de acordo com aquilo que melhor garantisse os privilégios da classe dominante, estaria fadada ao seu fim.

Destruída a comunidade em 1965, aspecto que não pode ser diminuído de importância no romance, a seleção dessa data não deixa de ser bastante significativa por este tempo de nossa história carregar para sempre o estigma da violência diante de projetos de alteridade. A república, sistema democrático de governo, vivendo na idade do ouro, aberta às descobertas da ciência, não se conteve novamente e obrigou o silêncio de tantas vozes que lhe enfrentavam.

A reescritura de *A casca da serpente*, ao não realizar no imaginário da obra um final feliz para a Concorrência de Itatimundé, reforça *pelo* seu discurso e *em* seu discurso o potencial do texto euclidiano em *re- visar* um apagamento de parte da nação pelas mãos daqueles mesmos que tanto lutaram pela liberdade. A revolução de tio Antônio, Chiquinha Gonzaga, Marigarda, Pedro, Pião Dó, Cotenile, Bernabé, entre outros, encontrou no meio do próspero caminho a militarização do novo Estado autoritário.

## Conclusão

Diante de um livro que atuou como símbolo de um país, qualificativo afirmado e reafirmado em suas várias recepções ao longo de mais de um século, é importante pensar que a reescritura de *Os sertões* deve ser concebida na ressignificação de seus elementos estéticos e ideológicos para que se compreenda que o que se perpetua é um potencial que o discurso carrega atendendo diferentemente várias necessidades do público leitor. Vale a menção aqui, para continuação da discussão, de um outro texto ficcional. Trata-se do conto “Gente do Conselheiro”, de Paulo Leminski, presente no livro *Gozo Fabuloso*. O breve conto chama logo atenção pela presença de apenas dois personagens: Euclides da Cunha e um garotinho prisioneiro. Quase o narrador não se coloca, existem apenas diálogos diretos, rápidos e cortantes. Vale dizer que Euclides está ressignificado no texto como tenente das tropas do exército republicano e este pequeno garoto é capturado para que possam matá-lo. Quando o sargento concede autorização para que matem o pequeno menino, Euclides impede com um grito. Depois de longa conversa com o “jaguncinho”, fazendo com que ele entregasse informações importantes sobre o arraial, por um descuido do tenente, ele o surpreendeu por ter uma arma em sua direção e a seguinte ameaça lançada:

*Tenente Euclides da Cunha, eu só não lhe mato porque sei que vou morrer. E sabe por que não lhe mato? Porque eu sei que o senhor vai contar essa nossa história. E vai contar direitinho. O senhor não vai mentir. Quero que me prometa agora, quero que jure por tudo que é mais sagrado. Se o senhor não jurar, eu morro, mas o senhor é um homem morto. Jura!* (2004, p. 118).

O que se segue depois da imposição feita pelo menino é a decisão do tenente Euclides da Cunha em autorizar sua liberdade.

O conto de Leminski resgata bem esse potencial de *Os sertões* registrado pela voz da alteridade sertaneja na sua visão do que se deve “contar direitinho” da história do conflito entre litoral e sertão, república e “Tróia de taipa”. Como já dito anteriormente, o mérito do sucesso em torno da obra euclidiana está também neste posicionamento do narrador submetido ao revisionismo na transformação do soldado republicano em inimigo. O desfecho do correspondente de guerra passa a ser então a denúncia do crime das nacionalidades.

O longo panorama que se apresentou aqui na descrição e na análise do contexto social e político em fins do século XIX demonstrou sua pertinência para entender o meio de produção da obra. A fragilidade do governo republicano aumentava mais ainda e *Os sertões* emergiram dentro dessa estrutura política imatura como o símbolo capaz de preencher o vazio firmado e reafirmado a cada dia pelos insucessos do novo sistema político, há tanto tempo sonhado como sinalização de que a nação de fato estava inserida nos caminhos do progresso. Tudo isso sob a garantia da filosofia positivista que previa o desenvolvimento do país dentro da lógica de mercado e dos avanços nas teorias biossociais do homem. Para assegurar o privilégio entre a classe dominante, o positivismo também defendia o bem sucedido desempenho do Estado-nação se todos convivessem dentro do altruísmo. A tarefa descritiva e analítica foi imprescindível para que fosse mapeada a dimensão na qual o livro de Euclides da Cunha primeiramente encontrou morada.

Diante de um discurso que se quis científico e porta-voz da verdade, porque científico, não poderia estar de fora desta reflexão todos os vetores significativos da sociedade em um período tão importante para o Brasil que foi a mudança de regime. Possivelmente, se houvesse escapismo de um estudo que esclarecesse o quadro político da época uma leitura crítica de *Os sertões* não suscitaria tantas respostas aos receptores de seu texto. A admiração pela reviravolta do narrador sobre o quadro que via na guerra não teria grande impacto se não estivesse também em consideração à formação política do narrador. Euclides da Cunha foi armado em nome da pátria e voltou desarmado em nome dos sertanejos, os *rudes patrícios* daquelas regiões tão castigadas pela seca e pelo esquecimento. O fato é que mesmo levando em consideração seu posicionamento humanista, é sempre cabível chamar atenção para o aspecto de que a máquina que autorizava seu discurso era a ciência. Por isso que se falou em *Os sertões* como “vontade de verdade”. A alusão ao pensamento foucaultiano surge como conveniente porque a narrativa da guerra sempre esteve fundada em um saber instituído. Este saber era a ciência. O que se quis aqui não foi enfraquecer o caráter de vingança do livro de Euclides da Cunha, e sim analisar sobre qual pilar seu discurso se ergue. Numa retomada ao conto mencionado acima, não deixa de ser interessante a recriação de Euclides como integrante do exército republicano. No romance *A casca da Serpente*, o narrador, em determinada passagem, se refere ao jornalista do *Estado de São Paulo* como o escritor que narrou a contragosto a guerra de Canudos. Ora, o que a realização desses imaginários faz é problematizar o lugar de onde fala a voz que atua como

discurso autorizado nos estudos raciológicos que faz dos homens, nas representações das mulheres de acordo com valores da república, nas teorias sociais sobre manifestação das “massas”.

Quando está em cena a ideia de reescritura, isto não quer dizer o endosso dessa totalidade, da qual fala Derrida (2004), que possibilita o discurso de *Os sertões*. É certo que o romance *A casca da serpente* só pode ser pensado como o antidiscurso da ideologia dentro de jogo de estar dentro e ao mesmo tempo fora; de demarcar a semelhança exatamente pela diferença. O discurso ficcional precisa do discurso histórico euclidiano para desmontá-lo a partir do próprio interior deste. No entanto, de forma alguma, isso poderia indicar a manutenção de suas ideias. Por isso a associação aqui sempre feita à *reescritura* como *ressignificação*, o retorno do discurso desconstruído pela deslocação de significados fixos.

A importância da apresentação tão alongada, sem que indicasse despropósito para a discussão, serviu como parte introdutória para a divulgação de como críticos literários, testemunhas do sucesso da obra, se posicionaram em contextos diferenciados e a partir também de diferenciadas vertentes teóricas. O recorte aqui proposto serviu para a demonstração de como algumas recepções críticas endossaram valores inscritos no discurso euclidiano. Fala-se exatamente neste caso sobre os estudos de José Veríssimo, Araripe Júnior e Moreira Guimarães, embora este último tenha apresentado motivos particulares para manifestar sua crítica. Em continuação, no *intermezzo* do século XX, os trabalhos em torno do texto euclidiano retomavam reflexões antes já sugeridas sobre a conjugação entre ciência e arte, porém sem apresentarem aportes teóricos aprofundados para acolher o amálgama discursivo. Somente por voltas da segunda metade do século XX, alguns estudos foram surgindo demonstrando mais consistência interpretativa e se furtando da celebração superficial de um texto que magnificamente é resultado de um homem de ciência e de sentimento.

O cuidado que se evidenciou na discussão de cada ponto da crítica esteve diretamente relacionado à ideia de que não se pode falar em reescritura a partir apenas do diálogo entre *Os sertões* e *A casca da serpente*. A prática da hermenêutica literária tem como compromisso interpretar a tensão existente entre o texto e a sua atualidade dentro do processo histórico. Os trabalhos da crítica literária em torno do livro de Euclides da Cunha são também respostas construídas a partir das perguntas que o discurso de *Os sertões* lança sobre o tempo presente em que se situa. Além desse aspecto, neste movimento de pergunta e resposta, os estudos críticos vão apresentando

novas “soluções”. Desse modo, não caberia a desconsideração, por parte da reescritura de José J. Veiga, de novos discursos direcionados a *Os sertões*. Se o que foi visto no presente trabalho foi sempre a retomada da problematização de demarcar um gênero específico para o texto euclidiano, *A casca da serpente*, na elaboração de sua máquina ficcional, vem se colocar também como manifestação crítica a partir de seu *status*, sempre afirmado, de fingimento. Diante dos embates entre história, literatura e ficção, o mundo elaborado no romance de Veiga “como se” fosse real atua, na desorganização que executa em cima das referências extratextuais e se mostra como possível a partir exatamente do que ele não pode ser. A construção do contradiscurso diante de *Os sertões* se faz pela via do ficcional, que não quer ocupar a posição de outra verdade sobre a guerra de Canudos, e sim revelar os pontos fracos de qualquer discurso que se queira compreendido como verdadeiro.

A desconstrução da posição de *centro* a qual foi e continua sendo ocupada por *Os sertões* se efetiva por um discurso em reverso do desejo de conter a verdade. E tal movimento se faz por dois caminhos contíguos e inseparáveis: primeiro, este não-desejo está na própria mobilização política de conceder a experimentação de voz aos atores sociais antes marginalizados; e segundo, por motivo de colocar esta mesma experiência, antes silenciada, mediante uma construção discursiva que ressignifica o local desses atores na impossibilidade da vontade de verdade pela organização de um mundo “como se” de fato existisse.

As ideias debatidas teoricamente e as reflexões feitas a partir de vários posicionamentos interpretativos apresentaram sua culminância com a análise debruçada sobre o romance de J. J. Veiga. Desta análise foram recortados aspectos particulares para o esclarecimento de como foram ressignificados. Ficou bastante esclarecido, a partir das discussões sobre como se forma o fictício dentro de um texto ficcional, que de forma alguma a reescritura de *A casca da serpente* na seleção que executa com fatos históricos, com cópias *ipsis litteris* do texto euclidiano, com introdução de personagens que de fato atuaram neste momento significativo do governo republicano, entre outros aspectos, pode agregar também para si a confluência discursiva que tanto persegue *Os sertões*. Entender a reescritura como ressignificação é conceber que o que se repete no texto já não pode mais manter a mesma referência de antes. A seleção dos elementos de *A casca da serpente* de fato foi praticada a partir de uma dimensão externa ao romance, podendo ser esta dimensão tanto textual, como da realidade cotidiana. No momento em que esta seleção é feita, os elementos sofrem a desrealização da realidade que antes

continham e passam a uma realização no imaginário da máquina ficcional. A desrealização de elementos de um discurso histórico e a realização destes mesmos elementos dentro de um romance sinalizam como um leitor, que é também produtor, inserido em um contexto histórico específico, carrega consigo uma bagagem de mundo real que será deslocada nas representações efetuadas na leitura para a realização de um imaginário.

Nada de passividade o leitor admite no ato da leitura. O livro *Os sertões* continua conservando o qualificativo de um dos textos mais importantes dentro da cultura brasileira. *Os sertões* também continuam bastante atuante nos meios escolares, acadêmicos e em reuniões de discussão mais leigas. O que precisa se destacar dessa sua presentificação em todas as épocas se assemelha à colocação que Derrida faz sobre a leitura de um livro:

Logo que o círculo gira, que o volume se enrola sobre si próprio, que o livro se repete, a sua identidade a si acolhe uma impereptível diferença que nos permite sair eficazmente, rigorosamente, isto é, discretamente, do fechamento. Redobrando o fechamento do livro, desdobramo-lo. Escapamos-lhe então furtivamente, entre duas passagens pelo mesmo livro, pela mesma linha, segundo a mesma curva [...] Esta saída para fora do idêntico no mesmo permanece muito leve, em si não pesa nada, pensa e pesa o livro *como tal* (2002, p. 75).

O crítico furto que *A casca da serpente* pratica dentro do redobramento e, conseqüentemente, do desdobramento de *Os sertões* é a marca também de uma inquietude política. Percorrer todos os caminhos antes mesmo da análise de quais elementos foram ressignificados dentro do imaginário do romance é agora responder uma importante questão: como se posicionar diante de uma herança cultural? A obra de José J. Veiga atende ao questionamento na afirmação de que a reescritura precisa ser possível pela experiência que *Os sertões* provocam perpetuamente em comunidades de leituras, fazendo-se presente na vida prática dos agentes sociais. Retomar a obra de Euclides da Cunha, esse ferimento de uma escrita sobre o país, significa reafirmar o ferimento pela suplementação contra o espaço ainda limitado e estreito das organizações na sociedade que acolhem lamentavelmente dissonâncias atuantes no cotidiano como sementes de vários “Canudos”.

## Bibliografia

- ABREU, Regina. *O Enigma de Os sertões*. Rio de Janeiro: Funarte: Rocco, 1998.
- BARBOSA FILHO, Hildeberto. Os Sertões: historiografia e esteticidade. In: FERNANDES, Rinaldo de. *O Clarim e a Oração*. São Paulo: Geração Editorial, 2002.
- BARBOSA, João Alexandre. *Opus 60: Ensaio de crítica*. São Paulo: Duas Cidades, 1980.
- BARTHES, Roland. *O Rumor da Língua*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- \_\_\_\_\_. *S/Z*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- BHABHA, Homi K. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: editora UFMG, 2005.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política*. 7ª ed. São Paulo: editora Brasiliense, 1994.
- BLOOM, Harold. *Um Mapa da Desleitura*. Rio de Janeiro: Imago, 2003.
- BERNUCCI, Leopoldo M (Org.). *Discurso, Ciência e Controvérsia em Euclides da Cunha*. São Paulo: Edusp, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Os sertões como um clássico*. In: MARTINS FILHO, Plínio; TENÓRIO, Waldecy (Orgs.). *João Alexandre Barbosa: o leitor insone*. São Paulo: Edusp, 2007.
- \_\_\_\_\_. *A imitação dos sentidos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.
- BOSI, Alfredo. O Positivismo no Brasil: Uma Ideologia de Longa Duração. In: PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Do Positivismo à Desconstrução*. São Paulo: Edusp, 2004.
- \_\_\_\_\_. *História concisa da Literatura Brasileira*. 39ª ed. São Paulo: Cultrix, 2001.
- CALASANS, José. As Mulheres de *Os sertões*. In: FERNANDES, Rinaldo de. *O Clarim e a Oração*. São Paulo: Geração Editorial, 2002.
- \_\_\_\_\_. *O Estado-Maior de Antônio Conselheiro*. São Paulo: GRD, 2000.
- CALVINO, Ítalo. *Por que ler os clássicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- CAMPEDELLI, Samira Youssef. Sertão, sertões. In: *J. J. Veiga – Literatura Comentada*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.p.94-97.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. 2 Vols. 9ª ed. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Itatiaia, 2000.

- \_\_\_\_\_. Euclides da Cunha sociólogo. In: *Remate de Males*. Departamento de Teoria Literária do IEL/UNICAMP, Número especial Antonio Candido. Campinas, 1999. Anual. ISSN 103-183X. pp. 29-32.
- \_\_\_\_\_. *A Educação pela noite e outros ensaios*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 2003.
- CARVALHO, José Murilo. *A Formação das Almas*. O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- \_\_\_\_\_. O povo do Rio de Janeiro: bestializados ou belontras? *Revista Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, n.8, p. 101-114, set/dez 2002.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia*: o discurso competente e outras falas. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- CHKLOVSKI, Vitor. A arte como procedimento. In: TOLEDO, Dionísio de Oliveira. *Teoria da Literatura*: formalistas russos. 4ª ed. Porto Alegre: Globo, 1978. p. 39-56.
- CUNHA, Euclides da. *Obra Completa*: em dois volumes. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995.
- DANTAS, Gregório. José J. Veiga e o romance brasileiro pós-64. *Falla dos Pinhaes*, Espírito Santo de Pinhal, v. 1, n. 1, jan/dez 2004, p. 122-142. Disponível em: <http://www.unipinhal.edu.br/ojs/falladospinhaes/viewarticle.php?id=11>. Acesso em 07 de janeiro de 2010.
- DELUMEAU, Jean. *Mil Anos de Felicidade*: uma história do Paraíso. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- DERRIDA, Jacques. *A Escritura e a Diferença*. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Gramatologia*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix *Mil Platôs*-capitalismo e esquizofrenia. Vol. 2. Rio de Janeiro: editora 34, 1995.
- DIAS, João Paulo Moreno. *Antônio Conselheiro não morreu: ficção histórica e pós-modernidade em “A casca da serpente”*. 2009. 78f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- FACIOLI, Valentin. Euclides da Cunha: Consórcio de Ciência e Arte (Canudos: o sertão em delírio). In: BRAIT, Beth. *O sertão e os sertões*. São Paulo: Arte e Ciência, 1998.

- FERREIRA, Luzilá Gonçalves. Presença das Mulheres em Canudos. In: FERNANDES, Rinaldo (org.). *O Clarim e a Oração: 100 anos de Os sertões*. São Paulo: Geração Editorial, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. 13ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*. 23ª ed. São Paulo: Graal, 2007.
- GADAMER, Hans-Georg. *O Problema da Consciência Histórica*. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. *Gatos de Outro Saco: ensaios críticos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Euclidiana: ensaios sobre Euclides da Cunha*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- \_\_\_\_\_. *No calor da hora: A guerra de Canudos nos jornais*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1994.
- \_\_\_\_\_. *O império de Belo Monte: vida e morte de Canudos*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.
- GARCIA, Simone. *Canudos: história e literatura*. Curitiba: HD Livros, 2002.
- GUIMARÃES, José Maria Moreira. O livro de Euclides da Cunha. In: FACIOLI, Valentim; NASCIMENTO, José Leonardo. *Juízos Críticos: Os sertões e os olhares de sua época*. São Paulo: Nankin Editorial: UNESP, 2003.
- HOLANDA, Lourival. *Fato e Fábula*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1999.
- ISER, Wolfgang. Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional. In: LIMA, Luiz Costa (org.). *Teoria da Literatura em suas fontes (vol.2)*. 3ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p.955-987.
- \_\_\_\_\_. *O Ato da Leitura: uma teoria do efeito estético vol. II*. São Paulo: 34, 1999.
- \_\_\_\_\_. O jogo do texto. In: LIMA, Luiz Costa (org.). *A literatura e o leitor – textos de estética da recepção*. 2ª ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- \_\_\_\_\_. O que é Antropologia literária?. In: ROCHA, João Cezar de Castro. *Teoria da Ficção – Indagações à Obra de Wolfgang Iser*. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 1999.
- JAUSS, Hans Robert. *A História da Literatura como Provocação à Teoria Literária*. São Paulo: Ática, 1994.

- \_\_\_\_\_. A Estética da Recepção: colocações gerais. In: LIMA, Luiz Costa. *A Literatura e o Leitor*. 2ª ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- ARARIPE JUNIOR, Tristão de Alencar. Os sertões: campanha de Canudos por Euclides da Cunha. In: FACIOLI, Valentin; NASCIMENTO, José Leonardo do. (Orgs.). *Juízos Críticos. Os sertões e os olhares de sua época*. São Paulo: Nankin editorial: Editora UNESP, 2003.
- LARROSA, Jorge. Os Paradoxos da Repetição e a Diferença. Notas sobre o comentário de texto a partir de Foucault, Bakhtin e Borges. In: ABREU, Márcia (org.). *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura no Brasil: FAPESP, 1999.
- LEMINSKI, Paulo. *Gozo Fabuloso*. São Paulo: DBA artes gráficas, 2004.
- LEPENIES, Wolf. *As três Culturas*. São Paulo: Edusp, 1996.
- LIMA, Luiz Costa. *Terra Ignota: A construção de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- \_\_\_\_\_. O Transtorno da Viagem. In: SÁ, Jorge de (org.). *A Crônica*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1992.
- \_\_\_\_\_. *O Controle do Imaginário: Razão e Imaginário no Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- \_\_\_\_\_. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- OLIVEIRA NETO, Pedro Barboza. Narrativa canadiana no século XXI: Experimento e Tradição. In: Congresso Internacional da ABRALIC, 11, 2008, São Paulo. **Anais online dos simpósios**. São Paulo: USP, 2008. Disponível em: [http://www.abralic.org.br/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/006/PEDRO\\_NETO.pdf](http://www.abralic.org.br/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/006/PEDRO_NETO.pdf). Acesso em 5 de Janeiro de 2010.
- OS Sertões. *Jornal do Comércio*, Recife, 9 ago. 2009. Caderno Especial, p.2.
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *Gilberto Freyre: um vitoriano nos trópicos*. São Paulo: editora UNESP, 2005.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Do positivismo à Desconstrução: Idéias francesas na América*. São Paulo: Edusp, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Altas Literaturas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Vira e mexe nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Messianismo no Brasil e no Mundo*. 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Alfa-Omega, 2003.
- SANTIAGO, Silviano. *O cosmopolitismo do pobre*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão* : Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas*. 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Duas Cidades, 1988.
- SOMMER, Dóris. *Ficções de Fundação*: Os romances nacionais da América Latina. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- STIERLE, Karlheinz. Que significa a recepção dos textos ficcionais. In: LIMA, Luiz Costa. *A Literatura e o Leitor*. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- TODOROV, Tzvetan. *Memória do mal, tentação do bem*. São Paulo: ARX, 2002.
- TURCHI, Maria Zaira. As fronteiras do conto de José J. Veiga. *Ciências e Letras*, Porto Alegre, n. 34, jul/dez 2003, p. 93-104. Disponível em: <http://www4.fapa.com.br/cienciaseletras/pdf/revista34/art08.pdf>. Acesso em 04 de janeiro de 2010.
- VEIGA, J.J. *A casca da serpente*. 7<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- VERÍSSIMO, José. Uma história dos sertões e da campanha de Canudos. In: FACIOLI, Valentin; NASCIMENTO, José Leonardo do. (Orgs.). *Juízos Críticos: Os sertões e os olhares de sua época*. São Paulo: Nankin editorial: Editora UNESP, 2003.
- ZAIDAN FILHO, Michel. *Circe e o historiador*. (escritos de história e política). Recife: Pindorama, 1992.
- ZILBERMAN, Regina. *Estética da Recepção e História da Literatura*. São Paulo: Ática, 1989.